



Número: 24/2005

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS
ÁREA DE GEOGRAFIA**

MONICA HASHIMOTO IHA

**A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária
Os Acampamentos do MST em Iaras – SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Geografia.

**Orientadora: Prof. Dra. Regina Bega dos Santos
Co-orientador: Prof. Dr. Hidelberto de Souza Ribeiro**

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto – 2005

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

Iha, Mônica Hashimoto.

Ih1t Territorialidade da “posse” na luta pela reforma agrária: os
Acampamentos do MST em Iaras (SP) / Mônica Hashimoto Iha.-
Campinas,SP.: [s.n.], 2005.

Orientador: Regina Célia Bega dos Santos, Hidelberto de Souza Ribeiro
Dissertação (mestrado)

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Geografia humana. 2. Assentamentos humanos. 3.
Reforma agrária – Iaras (SP). I. Santos, Regina Célia Bega dos. II.
Ribeiro, Hidelberto de Souza. III. Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências. IV. Título.

Título em inglês: The Territoriality of “Posse” in Struggle for Land Reform The MST
Camps in Iaras – SP

.Keywords: - Land Reform;
- Landless Rural Work Movement;
- Settlements.

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora: - Regina Célia Bega dos Santos;
- Fernando Antonio Lourenço;
- Ricardo Adib Castilho

Data da defesa: 18/08/2005



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÍTULO DA TESE:

**A TERRITORIALIDADE DA “POSSE” NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.
OS ACAMPAMENTOS DO MST EM IARAS (SP)**

ORIENTADORA: Professora Doutora REGINA CÉLIA BEGA DOS SANTOS

CO-ORIENTADOR: Professor Doutor HIDELBERTO DE SOUZA RIBEIRO

Aprovada em: 18 / 08 / 2005

EXAMINADORES:

Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Bega dos Santos - presidente

Prof. Dr. Ricardo Adib Castilho

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço

Campinas, 18 de agosto de 2005

A minha mãe Iracema
Tão longe e tão perto

Agradecimentos

À minha orientadora, Regina Célia Bega dos Santos, pela dedicação, contribuições e paciência durante esta trajetória. Ao meu co-orientador Hidelberto de Souza Ribeiro (Beto) , pela colaboração constante e tranqüilidade que transmite.

Ao professor Antonio Fernando Lourenço do IFCH, pela visão crítica e simplicidade com que contribuiu com a minha formação, além das valorosas indicações bibliográficas.

Ao professor Ricardo Adib Castilho, pelas atenciosas considerações ao meu trabalho as preciosas conversas salutares.

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira pelas lições de vida e apoio na mediação com o MST.

Ao instituto de Geociências, pelo auxilio na realização dos trabalhos de campo.

Aos funcionários do Instituto de Geociências que faz deste lugar muito especial : Juarez, Maurícia, Reinaldo e Edson motoristas que estiveram comigo em campo, as secretárias Valdirene e Edinalva estiveram presente auxiliando na resolução das dificuldades burocráticas da vida estudantil.

A todo apoio intelectual e prático de Wiliam Gama, ilustre doutor em ciência e tecnologia que me auxiliou no inicio da elaboração desta dissertação assumindo a difícil tarefa de tentar ensinar toda a “formatação burocrática positivista da academia”. Entretanto, não conseguiu conter o meu ímpeto de rebeldia.

Ao MST, em especial : Dona Antônia, Doquinha, Farlete, Piu, Dida, Cláudio, Ceará, Rosemire, Miguel, João Paulo, Gilmar Mauro, Márcia, Mauro, Luiz, Patrícia, Dona Luiza, Gordo.

Aos Funcionários do Incra, em especial à Inácio, Sabrina, e Arilso, que muito me ensinaram sobre os tramites jurídicos da questão agrária.

Ao companheiro de muitas lutas, engenheiro agrônomo exemplar, Marcio Gonçalves Campos, pelo incentivo, amizade e solidariedade, e sobretudo alegria com que me auxiliou na finalização do meu trabalho.

Aos funcionários do Itesp, principalmente ao setor de conflitos.

A prefeitura de Iaras, em especial a equipe de saúde, a assistência social e a secretaria da agricultura do município.

Ao Ceres, Centro de estudos Rurais da Unicamp, em especial à Nashieli, pelo empréstimo de sua dissertação.

Ao Núcleo pela reforma agrária “ Carlos Marighella”, pelo espaço de socialização política porpocionado, fundamental para construção do meu aprendizado.

Aos amigos que colaboraram com o trabalho: César Kazuo Vieira pela ajuda na elaboração dos mapas e imagens. A Saul Ferdinand Carvalho, um artista zen, pelo auxílio na montagem das fotos. A Jonas Justino dos Santos, pelo auxílio no trabalho de campo. A Daniela Alvares Beskow, amiga muito singular que me auxiliou na tradução do abstract.

Aos meus pais, e a minha irmã Maria Augusta. Que muito me ensinaram e muito ainda tem a me ensinar.

Aos militantes da ITCP- Incubadora Tecnológicas de Cooperativas Populares, gente guerreira e amiga: Ana Carolina, Cristina Alvares Beskow, Elcio de Souza Magalhães, César Andaku, Matheus Camargo Pereira, Welington Oliveira, Cecília Camargo Pereira, Luciane Ferrareto, Marcela Bacic, Lais Fraga, Marcus, Edison Nucci.

A Talitha Lessa amiga de sempre, por ter me acolhido várias vezes em minhas paragens por São Paulo. A minha amiga e hermana Bárbara Schuckar pelo apoio contante e motivação.

A todos os amigos da turma de pós-graduação, pelos momentos descontraídos: Sérgio Busso, Rodrigo Dutra, Marcio Toledo, Fabiano Biudes, Marina, Hebert, Fernanda, Paulo Aguiar, Adalba, Melissa, Zuleika e Carlos.

As pessoas cuja a amizade fundamental iluminou meu astral e as engrenagens do meu pensamento nos momentos finais da dissertação: Joseane C. Borges de Carvalho, Ivie Nunes, Fernanda Leonardi, Tharsila Medeiros e Julio Eduardo Monegatto.

Que meu povo me perdoe

Tu que não sabes ler
Pega meus poemas
Pega meus livros
faz dele uma fogueira para aquecer tuas solidões
Que cada palavra alimente a tua brasa
Que cada sopro se perpetue no céu que se abre
Tu que não sabes escrever
Que teu corpo e o teu sangue me contem a história do país
Fala

(Tahar Ben Jelloun, 2003)

**A TERRITORIALIDADE DA “POSSE” NA LUTA PELA REFORMA
AGRÁRIA
OS ACAMPAMENTOS DO MST EM IARAS - SP**

SUMÁRIO

<i>SUMÁRIO</i>	<i>ix</i>
<i>LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS</i>	<i>xi</i>
TABELAS E FIGURAS	xiv
Resumo	xv
<i>APRESENTAÇÃO</i>	<i>1</i>
<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>5</i>
<i>METODOLOGIA</i>	<i>9</i>
<i>CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO</i>	<i>15</i>
1.1 A posse como forma de uso do território e a gênese dos “sem-terra”	15
1.2 O Brasil e a Reforma Agrária	27
1.2.1 As Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)	51
1.2.2 A Origem do MST	54
1.2.3 Organização do MST	58
1.2.4 Reflexões sobre a estratégia Geopolítica do MST	63
<i>CAPÍTULO 2 – CARACTERIZANDO A “TERRA PROMETIDA”</i>	<i>69</i>
2.1 Núcleo Colonial Monção, uma longa história	70
2.2 A Cidade de Iaras	73
2.3 A recriação do processo de concentração de terras: o reflorestamento	75
2.3.1 Reflorestamento de eucaliptos ou reforma agrária?	82
<i>CAPÍTULO 3 – O MST EM IARAS</i>	<i>87</i>
3.1- O “sem-terra” na interface rural-urbana	87
3.2-A origem dos acampamentos do MST em Iaras – a face urbana do movimento	89
3.3 A s diferentes trajetórias dos acampamentos de Iaras.	97
3.4 A territorialidade dos acampamentos	109
3.5 Aspectos gerais da vida dos acampamentos	119
3.7 Aliança entre acampamentos vizinhos	131

3.8 A ocupação e a recreação dos acampamentos _____	135
<i>CAPITULO 4 – RECONHECENDO OS SUJEITOS</i> _____	137
4.1 Acampados, o MST e as Instituições _____	137
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> _____	145
<i>Dossiê Fotográfico</i> _____	149
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:</i> _____	161
<i>BIBLIOGRAFIA</i> _____	164
<i>Anexo 1 – Algumas das principais medidas da Legislação Agrária no Brasil e em São Paulo (tabela 2)</i> _____	171

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABC – Municípios da região metropolitana de São Paulo que reúne os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano

ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola

Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CEB`S – Comunidade Eclesiais de Base

Celpav – Cia. Celulose e Papel Votorantin

Centrovias – Sistemas Rodoviários S/A (Concessionária de estradas paulistas)

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CMP - Central de Movimentos Populares

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DER -SP – Departamento de Estradas de Rodagem (São Paulo)

DOU – Diário Oficial da União

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (SP)

GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária

GPS - Global Position System

GUT – Grau de Utilização da Terra

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IF/SP – Instituto Florestal do Estado de São Paulo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

ITR – Imposto Territorial Rural

MAPA - Ministério de Desenvolvimento Agrário e outro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná

MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná

MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (atual MDA)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OESP – O Estado de São Paulo (jornal)

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCPR - Programa de Combate a Fome e a Pobreza Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Liberal

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Financiamento da Agricultura

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SCA - Sistema Agrícola dos Assentados

SCS - Scientific Certification Systems

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SP)

SINAPRO - Sindicato Nacional dos Produtores Rurais

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UDR – União Democrática Ruralista

TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1.1- Legislação agrária no Brasil

Gráfico 1.2- Ocupações de terra no Brasil

Gráfico 1.3- Assentamentos no Brasil

Mapa 1.1- Ocupações Brasil (Jan – Nov, 2004)

Mapa 1.2- Regionais do MST em São Paulo

Tabela 2.1 Brasil -Distribuição do Volume de produção – Silvicultura

Tabela 2.3 - Quantidade e valor da madeira em tora para papel e celulose por UF-2003.

Mapa 2.1 -Reflorestamento no Estado de São Paulo

Imagem 2.1- localizando o Núcleo Colonial Monção

Tabela 2.2- Brasil – Distribuição do Valor da Produção

Foto 1.1- Farlete e seu filho

Foto 3.1 –Dona Antônia, Doquinha, Dida e Renata

Foto 3.2- Acampamento Nova Canudos (Feliciano-1999)

Foto 3.3- Lafayette de Oliveira

Foto 3.4 – Escola construída no acampamento Nova Canudos 2000

Foto 3.5- Acampamento Nova Canudos em dia de visita, almoço coletivo. 2000

Foto 3.6- Acampamento da Capim 2004 e reflorestamento da empresa Lwart.

Foto 3.7- Barraco: Nova Canudos, 2000.

Foto 3.8- Barraco como pequeno comércio No acampamento 2000.

Foto 3.9- Barraco: Nova Canudos, 2000.

Foto 3.10.-Dona Luiza

Foto 3.11-Despejo Lafayette de Oliveira

Foto 3.12.- policiais no despejo, 2001.

Foto 3.13-Barraco na Fazenda Capim

Foto 3.14-Pequena roça em volta do barraco

Foto 3.15- Plantação seu José



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Resumo

A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária

Os Acampamentos do MST em Iaras – SP

Dissertação de Mestrado

Mônica Hashimoto Iha

Resumo: O presente estudo tem como objetivo apresentar a territorialidade dos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Município de Iaras-SP, a partir da análise crítica do movimento social, buscando a gênese da concentração fundiária e dos sem-terra na formação territorial do País. A partir de 1995 o MST fez a sua primeira ocupação na região, realizando o assentamento Zumbi dos Palmares. Os demais acampamentos que se instalaram passaram por um longo período de espera, o que causou a saída de muitas pessoas, sendo necessário a criação de estratégias para a sobrevivência. O acampamento afirma a posse da terra em barracas de lona preta e, em alguns casos, realizando pequenos roçados e criação de animais. A organização dos acampamentos pelo MST é mantida por um conjunto de regras e disciplina o que contrasta com os valores e a vida anterior do acampado, o que provoca inúmeras contendas. A situação de acampado revela grande instabilidade, estando sujeito à violência dos grandes proprietários de terra, ao despejo e à estigmatização por ser sem-terra. Este estudo teve como metodologia de trabalho a pesquisa qualitativa, através de técnicas como: pequenas histórias de vida, relatos orais, entrevistas, questionários, observação participante e pesquisa nos arquivos de órgãos do Estado responsáveis pelo processo de reforma agrária (Inkra e Itesp)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Abstract

**The Territoriality of “Posse” in Struggle for Land Reform
The MST Camps in Iaras – SP**

The current study aims to present the territoriality of the camps organized by MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Rural Workers Movement) located at Iaras- São Paulo, Brazil, starting from the critical analysis of the social movement, looking for the genesis of the land concentration and of the landless in the territorial formation of the country. From 1995 on, MST begins its occupations. The first one ends up on the settlements Zumbi dos Palmares (government authorized land after the occupation and pressure by MST). The rest of the encamped went through a long waiting period for the authorized release of the land, which caused the departure of many people, and the need for managing surviving strategies. The encamped assert the land's possession by setting up black canvas tents, and in some cases establishing small plantations and animal breeding. The organization of the first camps is maintained by a set of rules and discipline, which contrasts with the values and the previous life of the encamped, causing innumerable quarrels. The camped situation reveals great instability. They subjected to violence that comes from landholder, and stigma for being a landless. This study uses as methodology qualitative research, using techniques like: life histories, oral accounts, interviews, questionnaire, participating observation and research at the State institutions that are responsible for the process of Land Reform.

APRESENTAÇÃO

Existem atualmente em torno de 200 mil famílias acampadas em beiras de estradas ao longo do país. São famílias que reivindicam terra para trabalho e moradia, unindo-se em torno da luta pela reforma agrária. Parte dessas famílias está organizada pelo MST e outra em torno de sindicatos de trabalhadores rurais e outros movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária.

Mesmo frente à massa de trabalhadores pobres, o território modernizado é difundido como algo único, não é questionado enquanto ideologia, como forma de dominação. Assim, a miséria é naturalizada, predominando a idéia de uma história que se desenrola calmamente em direção ao inexorável processo de modernização, ocultando uma comunidade política que existe por trás da disputa de determinado conceito de espaço e de formação de território.

Cabe então uma investigação sobre o uso do território por diferentes atores, com objetivo de constatar o chamado processo de “modernização” e verificar de que modo se apropria efetivamente do território. É fato que existe um processo de dominação de classe no campo, o que é constatado na resistência à execução de uma reforma agrária, e que conseqüentemente vem mantendo a estrutura fundiária concentrada, como instrumento de dominação social.

No Brasil, é importante lembrar, o ressurgimento da reivindicação camponesa¹ nas décadas de 1960 e 1970 envolveu a ação dos “posseiros” e “rendeiros” organizados em associações e sindicatos. Na década de 80 ganhou destaque a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o debate público sobre a reforma agrária a partir das ações do MST com seus acampamentos e ocupações.

Com o início da redemocratização e a constituição da Aliança Democrática, os movimentos ganharam espaço, colocando em pauta a reivindicação pela reforma agrária. Mesmo com a crescente tensão no campo, com aumento da violência e dos conflitos pela propriedade da terra, a urgência de uma reforma agrária foi adiada.

Entretanto, a pressão dos movimentos e os conflitos existentes na área rural garantiram que algumas desapropriações fossem feitas no final da década de 80, e início da década de 90,

¹ A reivindicação camponesa deve ser compreendida como terra de trabalho e morada.

fazendo com que o governo Federal e alguns estados criassem formas de assentamento². Este processo apresenta resultados ainda tímidos, caracterizando uma reforma agrária feita a reboque da ação de ocupação dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais estão se tornando um exemplo de mobilização política na busca de direitos sociais, um agente mediador entre o povo e o Estado. No entanto, é preciso avançar mais para compreender as diversas faces desta relação, à qual é atribuída um papel transformador e portador de novas propostas de organização política, social e econômica, reconhecendo retrocessos e avanços na participação política e nas condições sociais daqueles que compõem o MST.

Para isso escolheu-se investigar uma região de acampamentos no município de Iaras (SP) e constatar empiricamente esta territorialidade dos acampamentos, revelando os diversos sujeitos e interesses que a compõem além da inserção social dos acampados na nova localidade e na relação com o município, com o assentamento, e propriedades vizinhas. Foram utilizados relatos da trajetória de vida dos acampados, e entrevistas colhidas em trabalho de campo, mantendo sua forma original para evidenciar na oralidade também uma forma de caracterizar a territorialidade.

As observações do trabalho de Lygia Sigaud (2002, p.91-92) serviram como um alerta, explicando que: “Tal perspectiva que implica em não se deixar seduzir pelas representações nativas, sobretudo por aquelas que mais agradam à nossa visão de mundo; analisar os fatos de uma perspectiva histórica, prestando atenção na sua gênese e não fazendo de um evento espetacular – como a multiplicação dos acampamentos - um marco zero no tempo; reconstituir e relacionar diferentes pontos de vista e encontrar o significado que têm os acampamentos para os indivíduos, em vez de imputar-lhes sentidos que parecem ‘lógicos’ para o autor, mas que a rigor são suas pré-noções, seus julgamentos de valor.”

Na constituição da territorialidade dos acampamentos estão envolvidos não só acampados, mas os grupos com os quais eles se relacionam. Por isso, para compreender esta territorialidade, torna-se importante mostrar que na abordagem do “povo como sujeito da

²“No entanto, a obtenção de terras foi realizada por outros mecanismos que não a desapropriação por interesse social, instrumento legal de uso exclusivo do governo federal”. Medeiros, L.S. e Leite, S.P.(1997).

história” há relações muitas vezes obscuras deixando de mostrar o verdadeiro protagonismo dos agentes envolvidos e seus interesses.

Neste estudo sobre os acampamentos, um dos desafios colocados foi compreender a trajetória histórica deste protagonista que decide se integrar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, enquanto resultado do processo de desenvolvimento capitalista desigual e contraditório³. E, neste âmbito, as estratégias de sobrevivência adotadas para conseguir manter-se acampado, compondo a “luta” pela reforma agrária, uma realidade que evidencia as dificuldades de rompimento do pacto político entre a elite agrária e a classe política dominante. Para discussão desta problemática o estudo foi estruturado em capítulos, da seguinte forma:

O primeiro capítulo parte de uma breve contextualização histórica da questão agrária no Brasil analisando o processo de ocupação do território e as práticas sociais que influenciaram na origem dos “sem-terra”. A partir desta caracterização, são apresentadas a formação da estrutura fundiária concentrada e as repercussões destas na ordem social, na criação de normas, da política e principalmente o surgimento da reivindicação pela reforma agrária.

Na segunda parte do capítulo I é elaborado um breve histórico, partindo das ações organizadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), mostrando a origem do processo de constituição dos espaços de socialização política do MST a partir das CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base), e a organização interna do movimento social na escala estadual, regional e municipal. Neste sentido, foi contemplada a crítica às problemáticas existentes na prática do movimento, além de se diferenciar os diversos atores - direção, militantes, assentados e acampados - responsáveis por estabelecer as estratégias⁴ e as práticas da luta pela reforma agrária.

Já no capítulo 2 foi caracterizada a área de ocupação dos acampamentos apresentando-se aspectos da história fundiária da Fazenda Núcleo Colonial Monção, da formação da cidade de Iaras, com destaque para o surgimento da exploração florestal, atividade econômica predominante na região através do reflorestamento e que foi posteriormente questionada pelo MST, ocasionando um posicionamento das empresas do setor.

³ Termo definido por Ariovaldo A.U. (1996).

⁴ Uma estratégia é uma forma de agir que se institui como norma, com procedimentos definidos. Um bom exemplo de estratégia é a realização de ocupações em propriedades onde é reconhecido algum tipo de litígio.

A caracterização dos acampamentos, a trajetória, os aspectos da territorialidade e as formas de organização do espaço compõem o capítulo 3. Os acampados de Iaras permaneceram muito tempo na condição de acampados o que implicou na criação de estratégias para enfrentar a perpetuação desta forma e a sua continuidade com características de assentados. A disciplina do movimento e a escassez de recursos financeiros gerou conflitos internos ao grupo de acampados com o MST. A recriação de estratégias camponesas de sobrevivência esteve presente como uma das possibilidades de manter-se na terra e foi utilizada por algumas famílias configurando a posse pelo uso para roça de subsistência.

Finalmente, o capítulo 4 destaca as formas de reconhecimento do acampado frente a órgãos mediadores da reforma agrária; as dificuldades vividas pelo primeiro assentamento de Iaras, “Zumbi dos Palmares” e a inserção do MST no município.

Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa em que se busca relacionar aspectos sobre a história de ocupação e uso do território brasileiro, o surgimento da reivindicação pela reforma agrária e da organização do MST, que culminará na forma acampamento, sendo este um estudo de caso dos acampamentos situados em Iaras-SP.

INTRODUÇÃO

“As situações empíricas observadas são realizadas por sujeitos históricos, portanto constituem-se de ambigüidades e constróem a história como resolução das ambigüidades, um eterno movimento, onde modelos jamais são iguais à realidade” (WOORTHMANN 1990 p.13).

Os acampamentos, assim como os assentamentos formados por pessoas arregimentadas pelo MST acabam criando uma nova dinâmica na região de ocupação. Isso se traduz em novas demandas externas, em novas relações e em novas táticas e estratégias de poder que são capazes de organizar o território através desses novos usos. O estudo de estratégias espaciais pela geografia tem no trabalho de Michel Foucault (1979) uma importante fonte de inspiração. Este autor discute as “Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínio que poderiam constituir uma espécie de geopolítica [...]” (p. 164).

O acampamento tornou-se assim uma estratégia para conseguir o acesso à terra, uma forma de ação direta dos movimentos⁵ com a intenção de marcar a importância política da urgência de uma reforma agrária. Além disto, no que concerne à dinâmica das relações sociais no campo, o acampamento apresenta outros significados e funções. Esse expediente não é só uma forma⁶ de protesto e de reivindicação pela democratização da posse da terra, mas também é acompanhado de antigas relações de trabalho e novas experiências.

Esta forma de ação, via de regra, se traduz segundo o olhar de quem observa e o objetivo de quem nos faz enxergar este espaço. Conforme a narração dos sem-terra a respeito de sua trajetória revela-se uma experiência de migração entre a vida rural e a urbana, marcada pela dificuldade de se manter no campo e pelo desemprego na cidade, o que resulta em sua disposição para se tornar acampado. Para muitos, o acampamento é a única alternativa que lhes restou, mas

⁵ Será utilizado o termo movimento para se referir a todas as formas de organização social que têm como prática a reivindicação organizada em manifestações públicas e de ação direta.

⁶ Para uma abordagem sobre a forma e o significado da forma acampamento, ver Sigaud, L. (2002).

há aqueles que buscam neste espaço um novo projeto de vida, que muitos denominam como: o retorno às origens.

Além disso, observa-se também que o uso do espaço no interior das fazendas é alterado em virtude das práticas sociais utilizadas nos acampamentos e assentamentos. Essa mudança causada pela chegada de um novo grupo, organizado pelo MST, imprime uma nova dinâmica sócio-política no município, visto que a chegada dos novos sujeitos e suas reivindicações questionam a fundamentação da estrutura fundiária no Estado de São Paulo e, portanto, da política como instrumento de controle no uso do território.

A região de Iaras é menos favorecida dentro da dinâmica organizacional do MST, que atualmente atua mais intensamente nas ocupações do Pontal do Paranapanema. O único projeto de assentamento *Zumbi dos Palmares*, realizado em 1998, não se destacou enquanto um exemplo de desenvolvimento econômico, entretanto é igualmente importante destacar os casos que não tiveram êxitos, mostrando a diversidade de problemas que envolvem a reivindicação pela reforma agrária e a sua implementação. Embora o estudo se concentre nos acampamentos, o assentamento é compreendido na dinâmica regional que envolve a organização do MST em Iaras. Os acampamentos de Iaras caracterizam uma fase do MST que teve início em 1995 e visou “recrutar” pessoas na cidade apresentavam interesse em conseguir terra para trabalho e moradia. Estas pessoas integravam-se ao movimento social legitimando a reivindicação da reforma agrária. Um dos acampamentos mais conhecidos deste período foi o *Nova Canudos*, que realizou, em 1999, a sua primeira ocupação com 1200 famílias, na cidade de Porto Feliz, bem próximo à metrópole paulistana.

A dificuldade de manter os acampamentos com um número muito grande de pessoas por um longo período demonstrou que a manutenção “das massas” organizadas, é bem mais difícil do que imaginavam muitos dos líderes do MST.

A discussão da terra para reforma agrária tornou-se problemática em uma região onde é possível extrair lucro da terra através da especulação imobiliária, sem produzir nada ou produzindo somente para manter o direito à terra como reserva de valor.

É importante lembrar que no Brasil, desde sempre, os grandes proprietários de terras foram favorecidos pelo poder público por meio da concessão de incentivos fiscais e de créditos, os quais são investidos na formação de grandes lavouras voltadas à exportação. A modernização

conservadora⁷ do campo brasileiro proporcionou a centralização do capital em um processo que reafirma a preferência por uma economia fundada no grande latifúndio e no agronegócio. Trata-se de uma história política de luta de classes, de concepções de desenvolvimento, de uso e planejamento do território brasileiro em favor das elites.

Neste cenário, Iaras apresenta, ao longo de sua história, diferentes “projetos” para o uso de seu território. O primeiro⁸ ocorreu no início do século XX (1910) com a desapropriação feita pelo governo federal de uma extensa área de terras destinada ao Núcleo Colonial Monções⁹, cuja área hoje compreende vários municípios. Esse projeto baseado na migração estrangeira para colonização agrícola não vingou totalmente. O segundo “projeto” teve início no final da década de 1960, em plena ditadura militar, viabilizado pela concessão de grandes incentivos fiscais destinados principalmente ao reflorestamento para suprir as indústrias de papel e celulose. Esses projetos passam a ocupar parte das terras que pertenciam ao núcleo de assentados, sendo a outra parte ocupada de forma irregular pela prática de grilagem. O terceiro “projeto” de ocupação consistiu na proposta de reforma agrária, que teve início com o assentamento Zumbi do Palmares e é ainda reivindicada por outros acampamentos organizados pelo MST na região.

A opção de analisar os acampamentos do MST, como movimento social na região de Iaras, teve como objetivo reconhecer as formas de organização que o movimento provoca, bem como os limites e as possibilidades de intervenção, afirmando a hipótese de uma provável mudança histórica na estrutura fundiária do campo brasileiro. Esta hipótese configura-se na mudança da correlação de forças sociais no campo que está na possibilidade de ação política do movimento social, como representante dos trabalhadores, na modificação das formas de apropriação e uso do território, ao mesmo tempo em que mostra a importância da geografia na compreensão de novas formas de territorialidade. No entanto, é preciso compreender que tais mudanças apresentam não só avanços, mas uma problemática que precisa ser reconhecida no tempo histórico e também no espaço em que ocorrem.

⁷ O termo modernização conservadora é utilizado por Florestan Fernandes em suas obras para explicar o desenvolvimento brasileiro. O mesmo termo é usado também por Ianni (1979). No campo a modernização conservadora “[...] promoveu o crescimento econômico ao mesmo tempo em que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras” (FERNANDES, B.M. 2000, p.49).

⁸ O primeiro tendo como marco o surgimento do planejamento nacional.

⁹ Ou Fazenda Nacional (INCRA).

Portanto, as contradições e os conflitos que surgiram durante o período investigado, entre as normas jurídicas e as ações políticas e culturais que o movimento social provoca na região de Iaras também estão presentes nesta análise. Com isso, surgiram novas questões refletindo os vários problemas que permeiam a questão da terra, da economia, as políticas públicas e até a legislação sobre meio ambiente.

Em função disso, a territorialização¹⁰ é concebida como um processo de criação do território resultante da organização espacial de certos elementos para atender às necessidades de um ator determinado. É a intencionalidade deste ator,¹¹ o conteúdo e a representação que imprime neste espaço que cria o território.

Assim, presume-se aqui que o território usado pelo acampamento é um espaço de transição, um lugar de passagem, mas um local onde as práticas sociais criam o domínio dos movimentos sociais, inserido no território da propriedade fundiária absoluta.¹² Nessas circunstâncias e dada a demora para a formação dos assentamentos, a população acampada apresenta grande mobilidade, ora migrando para as cidades, ora mudando-se para outros acampamentos, ou ainda, tornando-se militante do MST em outras cidades.

Para compreender a formação da estrutura fundiária é necessário retornar no tempo e compreender as sucessivas formas de uso do território brasileiro, vinculado à forma como ocorreu o desenvolvimento capitalista no Brasil, assunto que será tratado no primeiro capítulo.

¹⁰ Segundo Fernandes (1996, p. 136) compreende-se que: "É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST".

¹¹ "[...] pois o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator."(RAFESTIN, 1993, pg. 147).

¹² A tradição civilista é o direito por meio do qual os detentores de terras apóiam seus argumentos para manter o direito de propriedade inalienável e absoluto.

METODOLOGIA

Para entender esse processo, este estudo tem por base alguns aspectos da teoria crítica que defende que há um posicionamento¹³ para a adoção do método científico. Nesta abordagem, há a tentativa de unir a teoria à prática reconhecendo que o ser humano pode melhorar sua forma de existir no mundo. A teoria crítica mostra que isso pode acontecer, reconhecendo, no presente, tanto os potenciais como os obstáculos à emancipação¹⁴, que neste estudo consiste na análise da situação dos sem-terras acampados.

Para compreender o processo de formação dos acampamentos e a sua territorialidade, ou seja, o uso do território e suas repercussões na região em estudo, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica sobre o MST; estudada a questão agrária no Brasil destacando-se os trabalhos sobre assentamentos e acampamentos no âmbito das ciências sociais; além de estudos sobre a legislação agrária e os projetos agrícolas relevantes, para compreensão das atuais formas de uso do território na região.

A partir desse referencial teórico, buscou-se uma contextualização do objeto de estudo, com o apoio dos dados coletados diretamente no campo através de entrevistas, conversas informais, histórias de vida e trajetórias dos acampados. Na construção do histórico das formas de ocupação da região, foram investigadas as propostas governamentais de ocupação da área, em uma perspectiva ampla, mostrando como implicaram mudanças no uso do território. Para isto, buscou-se estudar a origem da cidade de Iaras para posterior caracterização das relações estabelecidas entre os moradores e os “sem-terra” que ocuparam as fazendas no município e na região. Neste contexto, também tornou-se importante a chegada de outros agentes governamentais requisitados para atender às demandas colocadas pelos acampamentos

¹³ Opondo-se a neutralidade científica

¹⁴ Para Nobre M. (2004, p. 9-10) “Há certamente muitos sentidos de crítica [...] mas o sentido fundamental será em mostrar ‘como as coisas são’ senão a partir da perspectiva de ‘como deveriam ser’: ‘crítica’ significa, antes de mais nada dizer o que é em vista do que ainda não é, mas pode ser. [...] E o delineamento de tais tendências só se torna possível a partir da própria perspectiva da emancipação, da realização de uma sociedade livre e justa, de modo que tendência significa, então, apresentar, em cada momento histórico, os arranjos concretos tanto dos potenciais emancipatórios, quanto os obstáculos da emancipação.

organizados pelo MST, o que caracterizou uma nova teia de relações e interesses presentes nos acampamentos legitimando a reivindicação por reforma agrária.

O objetivo inicial foi tentar compreender a gênese do processo em que os diferentes usos do espaço marcam as diversidades histórico-culturais. A intenção foi mostrar as contradições no desenvolvimento do capitalismo no campo e as ações que o movimento sem-terra comportaram. Com relação a isso, os trabalhos de Oliveira (1986, 1988, 1991, 1997) mostram que o processo de construção do território capitalista no Brasil, combina formas de trabalho “não capitalistas”¹⁵, a recriação do campesinato, e a expansão dos conflitos em torno da propriedade da terra no campo. Nesta abordagem, os movimentos sociais se apresentam como uma contradição produzida pelo capitalismo denunciando as perversidades cometidas pelo desenvolvimento econômico desigual.

A análise de Fernandes (1966) mostrou que as ações do MST legitimam a consolidação do movimento social ao construir a sua forma de organização ocupando o espaço por meio dos assentamentos. Os assentamentos são a territorialização da luta pela terra, afirma o autor, e em sua dimensão como espaços sociais possuem múltiplos significados simbólicos. Mas além dos assentamentos, as lutas dos trabalhadores demonstram, em essência, os vários tempos¹⁶ desta experiência compreendendo, cada uma delas, outra multiplicidade de significados.

Nesta pesquisa os acampamentos foram investigados como uma etapa para a conquista da terra, constituindo uma territorialidade específica nas diversas formas de uso do espaço que apresenta, em seus diversos estágios. Os acampamentos têm uma especificidade: estão sujeitos a despejos e, portanto, a migrações, o que provoca mudanças constantes na sua constituição, mas a forma acampamento foi capaz de manter-se durante anos adotando-se algumas estratégias. Assim o estudo do acampamento em sua rápida transformação oferece algumas pistas para reconhecimento de uma nova dinâmica que se instaura no meio rural.

Os assentamentos por serem espaços já definidos por normas possuem certa estabilidade que facilita os estudos, mas caracteriza um uso do espaço diferente daquele que ocorre nos acampamentos, sujeitos a inúmeras mudanças em sua localização enquanto a pesquisa estava sendo desenvolvida, podendo ser desfeitos através de uma ordem de despejo, com a saída e entrada de novas pessoas, ou ainda transformando-se em assentamentos. No caso de Iaras,

¹⁵ Relações envolvendo o pagamento em espécie, trocas, ou às vezes como relações assalariadas de caráter temporário.

¹⁶ São as fases: ocupação, acampamento, despejo, nova ocupação e assentamento.

alguns acampamentos já completaram anos de existência numa dinâmica de ocupação diferenciada, por estarem em terras da União ocupadas irregularmente por terceiros¹⁷.

O processo de conquista da terra pelo MST se faz através de diversos “instrumentos de luta¹⁸”, caracterizado por: acampamentos, passeatas, ocupações de prédios públicos, reocupações de terras após a reintegração de posse, efetivação da participação das mulheres e dos jovens na luta, bloqueios de estradas, realização de eventos, ocupação de espaços na mídia ou, a repercussão nacional e internacional através da opinião pública. Através dessas prática há territorialização do Movimento.

Durante o trabalho de campo realizado em novembro de 2003 em Iaras, foram contactadas as novas lideranças¹⁹ da comunidade e houve um reencontro com as famílias que chegaram na área como participantes do acampamento Nova Canudos em 1999. Constatou-se que os acampamentos se modificaram com a saída e entrada de novas pessoas, além da constituição de novos acampamentos.

Alguns acampados contactados em viagem de campo anterior foram localizados, mas o grupo encontrava-se disperso, atuando em outras ocupações. Durante o período da pesquisa de campo²⁰ realizou-se a estadia nas ocupações, nos acampamentos, e na cidade. Foi realizada também uma visita às lideranças locais do MST, objetivando esclarecer o intuito da pesquisa, e também em reunião junto aos acampados da Fazenda Capim²¹.

Na segunda visita (julho de 2003) foi dada continuidade ao trabalho de campo, localizando os acampamentos e realizando as entrevistas, reconhecendo as formas de apropriação do espaço e aquilo que constitui a territorialização: o modo de sobrevivência, suas condições de vida, de trabalho e a presença da organização do MST.

¹⁷Além da grilagem típica feita com a falsificação de títulos há também, segundo o Incra, a ocupação sem o título nenhum, e a ocupação com o título de propriedades circunvizinhas.

¹⁸ Termo usado pelo MST.

¹⁹ O trabalho desses militantes (representantes do MST), não se restringe ao assentamento ou ao acampamento, mas compreende também as reuniões e encontros do MST nacional, regional, as negociações com o Incra, as reuniões com as lideranças políticas, religiosas e outras instituições e organizações que atuam na militância pela reforma agrária. Devido a este novo período, foi muito difícil para o movimento de Iaras conseguir chegar até as lideranças do MST na região, além da dificuldade encontrada em conseguir o telefone de lideranças do assentamento, devido à situação de conflitos entre a vizinhança e o grupo.

²⁰ Para o trabalho de campo foi possível realizar 3 visitas, com cerca de 4 dias de duração.

²¹ Foi explicado que a minha presença lá seria resumida a coleta da história dos acampados registrando o testemunho deles sobre a situação vivida. Este esclarecimento serve para deixar claro que nada tinha a

Nesta viagem, foram visitadas as fazendas remanescentes das primeiras ocupações dos sem-terras na região ocorridas há cerca de 10 anos (acampamento Madre Cristina). Além de novas ocupações, constatou-se a presença de técnicos do Incra, Itesp e agentes dos serviços sociais do município.

Para obter dados e informações referentes aos acampamentos e possíveis projetos de assentamento, foram realizadas entrevistas e consultas aos arquivos de órgãos responsáveis pela reforma agrária no Estado de São Paulo, Incra, Itesp e Casa da Agricultura do município. No que concerne à revisão bibliográfica sobre o assunto foram consultadas as bibliotecas da Unicamp, USP, além de artigos, publicações e dados disponíveis em sítios da Internet: fundação SEADE, MST, governo federal, MDA, Incra, Itesp, IBGE, entre outros.

As escalas de análise e o espaço da pesquisa

Nos estudos geográficos sobre o território, os conceitos de horizontalidade e verticalidade são determinantes do lugar. Na análise de Milton Santos (1997) estas ações ocorrem no espaço banal, extensão contínua e campo de ação de todos os agentes, lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. A verticalidade é resultado de uma racionalidade superior, de um agente hegemônico que “funcionaliza” um subespaço para seus interesses e ignora as conseqüências em seu entorno, criando um cotidiano obediente e disciplinado imposto por uma hierarquia e por comandos²².

Nas ações do MST, há a formação de hierarquias decisórias horizontais, que ocorrem da seguinte forma: analisando o Movimento em escala nacional, suas ações privilegiando o plano político nacional em detrimento das determinações verticais impostas, por exemplo, por demandas e interesses do mercado internacional. Desta forma, o MST provoca a ação horizontal à favor da tomada de decisões em escala nacional, no lugar-país, reforçando a ação decisória local, caracterizada como horizontalidade. É desta forma que o Movimento contribui para que o espaço possa constituir-se democraticamente. Entretanto, é preciso reconhecer que a democracia

oferecer, e desfazer falsas expectativas que se formam na espera de recursos trazidos por entidades de apoio.

²² François Chesnais (1999) explica o funcionamento desses comandos através de um processo que chama de mundialização do capital. Um exemplo é o controle produtivo de diferentes regiões do globo, subjugados a uma ordem dada pela matriz ou sede de comando de uma empresa multinacional.

não é um dado, mas um processo em construção, que deve ser analisado segundo diferentes relações.

Neste sentido, coloca-se a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção torna-se fundamental uma vez que muitas das ações realizadas em determinados lugares não são para responder às necessidades dos atores que ali vivem (Santos, M., 1997). Se a formação sócio-econômica é para atender influências externas, reforça-se a dependência com relação ao modo de produção dominante, e sujeição às ações verticais. Um exemplo disso, é a adoção de projetos de planejamento propostos por órgãos internacionais. Na agricultura temos o exemplo da revolução verde que envolveu o uso intensivo de fertilizantes, sementes e equipamentos que na maioria das vezes devem ser importados. Adotando-se esta alteração técnica na agricultura, conseqüentemente há as alterações na propriedade da terra que é ao mesmo tempo: forma jurídica e também espacial. (Santos, M.,1977)

A forma acampamento pode ser analisada em diversas escalas, sendo determinada por ações horizontais realizadas pelos acampados, em suas territorialidades quando então, surgem como sujeitos de seu cotidiano; ou por determinações verticais, através do posicionamento do governo brasileiro frente a um assunto de interesse desses agricultores, provocando a mobilização de militantes do MST do campo para as manifestações nas cidades. As ações verticais da totalidade capitalista, resultantes da crise econômica, por um lado, ajudaram a constituir um contingente interessado na reforma agrária motivando a formação do MST. Para organizar os trabalhadores em torno das reivindicações, há na organização interna de seus quadros (militantes) também verticalidades, que estruturam uma organização hierárquica entre lideranças, assentados e acampados.

As conquistas presente nas horizontalidades de um acampamento surgem quando, através da união e da solidariedade para reivindicar a posse do assentamento ou por melhores condições de vida, os acampados apresentam-se como agentes locais determinantes. Trata-se de um exemplo de determinação horizontal e que posteriormente é tornada determinação vertical do Estado, com o reconhecimento da necessidade de implantação de um assentamento de reforma agrária.

Este processo dialético e contraditório será considerado a matriz que engendra os processos sociais, ou seja, uma determinante teórica que orientará a compreensão da origem dos

movimentos sociais rurais numa relação com a totalidade histórica, e com uma parte específica do processo²³: o local, o vivido nos acampamentos como desafio concreto, imposto pela posição do indivíduo no sistema (Turatti, M. C. M., 1999).

²³ “Marx, (...) (devemos insistir continuamente neste ponto essencial) afirma a idéia geral. De que **o método**, não dispensa a apreensão, em si mesmo, de cada objeto; o método proporciona apenas um guia, um quadro geral, uma orientação para o conhecimento de cada realidade. Em cada realidade, precisamos apreender **as suas** contradições peculiares, **o seu** movimento peculiar (interno), a sua qualidade e as suas transformações bruscas; a forma (lógica) do método deve, pois subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à matéria estudada; permite abordar, eficazmente, o seu estudo, captando o aspecto mais geral desta realidade, mas jamais substitui a pesquisa científica por uma construção abstrata.” (Damiani, 1996, p.12)

CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve panorama histórico das origens da questão agrária brasileira analisando-se o processo de ocupação do território e as práticas sociais que influenciaram na origem dos “sem-terra”.

Posteriormente serão apresentados alguns aspectos da organização da luta pela terra, bem como a questão política decorrente, que culmina na reivindicação pela reforma agrária, influenciando a criação de normas. E finalmente, será analisada a formação do MST enquanto um movimento social, no contexto contemporâneo da história brasileira.

1.1 A posse como forma de uso do território e a gênese dos “sem-terra”

A concessão de sesmarias²⁴ pela coroa portuguesa dá início à política colonial para manter o domínio sobre o território brasileiro. As colônias inseriam-se no contexto do capitalismo mercantil europeu²⁵, enquanto um empreendimento comercial. As principais motivações para ocupação do espaço foram às potencialidades de exploração econômica que a colônia oferecia. A distância da metrópole exigia que houvesse um grande investimento para a inclusão das colônias da América Latina na economia européia. A cobiça dos Estados rivais pressionava os portugueses a ocupar de alguma forma as terras do Novo Mundo.

²⁴ A lei da Sesmaria foi criada em Portugal em 1375 durante o reinado de Fernando I (1345/1383) para obrigar os proprietários a cultivar suas terras para resolver o problema de abastecimento de gêneros alimentícios. Quem não pudesse arar todas as suas terras era obrigado a arrendá-las e os sesmeiros (que eram incumbidos de fiscalizar essa política em nome do rei), tinham até a autoridade para confiscar a terra e distribuí-la para quem se dispusesse a aproveitá-la. (Cunha Jr., 2004)

²⁵ Segundo Silva, L.O. (1996) “pode-se dizer que a organização do sistema colonial estabeleceu-se como um complemento ao processo de acumulação primitiva que acontecia na Europa e que consistiu basicamente na separação entre produtor direto e os meios de produção. Ao mesmo tempo na Europa, a dissolução das relações de produção de cunho feudal acelerava o processo de expropriação de camponeses, transformando-os em trabalhadores livres “disponíveis” para o capital, a abertura de novas regiões no globo para o comércio, a conquista e a expropriação coloniais incrementavam o desenvolvimento do capital mercantil (...)” (p.22)

A ocupação pela prática da exploração agrícola foi adotada como a melhor alternativa para garantir posse legal sobre a terra, ao longo do século XVI. Com poucos recursos, o Estado Português destina à iniciativa privada o empreendimento da ocupação e apropriação territorial. A divisão da colônia brasileira em capitânicas hereditárias tinha objetivos geopolíticos de integração e desenvolvimento do território, que continuava pertencendo ao rei de Portugal. Essa experiência durou cerca de 16 anos (1532-1548). Desta forma, com pouco conhecimento sobre a presença de metais preciosos nessas terras ou outras riquezas de maior valor na época, a colônia foi organizada principalmente em função da produção agrícola açucareira em grande escala.

Esses acontecimentos inauguram o processo de apropriação de terras, com o apresamento, e a escravidão da população indígena no Brasil. Segundo Martins (1995, p.33): “O processo de obtenção de sesmaria consistia justamente na ocupação das terras e abertura da fazenda como condição para a concessão, sendo o emprego útil a base da legitimação da sesmaria”.

Uma outra justificativa que levou a Coroa portuguesa a povoar o Brasil está explícita nas palavras de Dom João III, no Regimento de Tomé de Souza de 1548 em que declara: “foi para que a gente dela se convertesse a nossa fé católica.”(Bega dos Santos, 1994, p.14)

Para colocar em prática o projeto de expansão do cristianismo, o mesmo regimento sugeriu a formação de “aldeamentos indígenas”²⁶, justificando a retirada dos índios convertidos ao cristianismo de seu lugar de origem, devido ao suposto “inconveniente” de conviverem misturados aos outros. Além disso, determinou que: “os gentios²⁷ que se tornaram cristãos morassem juntos, perto das povoações das ditas capitânicas, para que assim conversem com os cristãos e que possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (Op. cit., p.14)

Os donatários, segundo carta régia, deveriam organizar os povoados (vilas), que consistiam justamente em demarcação do terreno, arruamento, o loteamento e a distribuição aos sesmeiros. A interiorização da política de aldeamento, no entanto, foi resultado da ação dos jesuítas, que declaravam interesses em catequizar os índios, enquanto por outro lado os senhores de terra estavam interessados em usá-los como mão-de-obra escrava. De uma forma geral, nos

²⁶ O aldeamento indígena deve ser compreendido segundo o uso do termo aldeia no Brasil, que se deu de forma diferente de Portugal, em que designava o *habitat* rural concentrado correspondente ao *village* francês. A aldeia indígena do Brasil colonial nada mais era do que a concentração de ocas, isto é, o *habitat* indígena concentrado. Os núcleos rurais habitados por brancos eram chamados de “bairros” ou “povoados”. (Bega dos Santos, 1994 p.32)

²⁷ Como eram denominados os índios no período colonial.

aldeamentos havia a motivação, mais ou menos oculta, na letra da lei, para os jesuítas, de se formar uma reserva de mão-de-obra para a lavoura paulista e para ser vendida principalmente para os produtores de cana de açúcar no Nordeste. (Bega dos Santos, 1994)

Segundo a Lei de 1560, não se podia cativar o gentio, salvo aqueles que fossem tomados em guerras justas, que se fizessem com a licença real ou do governador, ou aqueles que tivessem assaltado os portugueses ou atacado índios para comerem. Em 1591 uma outra lei revoga esta e declara que em nenhum caso os índios deveriam ser considerados cativos, a não ser em caso de guerra. (Op.cit.)

Os jesuítas e padres franciscanos ficavam encarregados de administrar os índios, e mantê-los em cativeiro, condição em que estariam disponíveis para trabalhar com um senhor de terras. Embora esta situação não fosse sancionada por lei, segundo Petrone (1964), os senhores de terras sentiam-se na condição de superiores, com cobertura moral para escravizar o índio, julgando-os incapazes e inaptos para a existência civil.

Os aldeamentos, segundo as normas, deveriam ter tamanho suficiente para a roça dos índios, e os moradores da área seriam proibidos de lavrar a terra. A concessão de terras para aldeamento deveria ser feita em nome dos índios. Os índios descidos do sertão deveriam ser repartidos em povoações de até 300 casais, delimitando-se terras para eles morarem, lavrarem e cultivarem, sendo senhores de suas fazendas nas povoações, não podendo as mesmas serem tomadas, nem o gentio ser enviado contra sua vontade para outros lugares (Bega dos Santos, 1994).

Em 1640 os jesuítas foram expulsos dos aldeamentos paulistas acusados de dificultar o acesso à mão-de-obra indígena. Mas tudo indica que os interesses sobre os índios estendiam-se também às terras, já que sem os jesuítas, os senhores de terra seriam os únicos encarregados de administrar os índios e as terras.

As terras de aldeamento eram geralmente requeridas por procuradores em nome dos índios, sendo o procurador nada mais que um usurpador que usava os índios para cometer abusos. Com isso torna-se comum o aforamento das terras indígenas a particulares²⁸, muitas vezes o pedido era feito por fazendeiros que já ocupavam a área. Embora a coroa portuguesa tenha feito normas para a proibição do cativeiro dos índios, era interesse dos cidadãos portugueses explorar as terras da colônia a partir do gentio escravizado, e por isso, agiam à revelia dessas normas. Os

²⁸ Parte das terras de aldeamento foi rateada entre os oficiais da câmara da Vila de São Paulo.

indígenas eram alvo de disputas entre famílias, sendo utilizados para o trabalho nas fazendas e na reivindicação de maiores extensões de terras.

As normas para o apresamento dos índios surgiram somente em 1696 e determinavam aos índios a condição de forros. Este alvará deixava claro que os índios deveriam ser pagos pelo seu serviço, deveriam receber roupas e doutrinação, além de não poderem ser vendidos e dados em pagamentos de dívidas, ou levados ao sertão. Entretanto, não se sabe o alcance dessas medidas na prática.

O aforamento das terras indígenas foi proibido em 1698, no entanto a lei não é cumprida e muitas terras de aldeamento acabam sendo incorporadas às fazendas²⁹. A forma de uso do território indígena, com o cultivo itinerante, ocupando somente uma pequena parte da aldeia, levou muitos fazendeiros a requerer as terras usando como argumento o fato de as terras não estarem totalmente ocupadas com cultivo, embora toda a extensão de terras e matas fora da aldeia fosse vital para manutenção do agrupamento indígena.

A partir do século XVIII a política colonial portuguesa passou a valorizar a posse efetiva da terra, como condição para adquirir a posse legal com a intenção de provocar o desbravamento de novas terras. Para isso, D. Maria I estabeleceu em carta régia que não se concedessem sesmarias em terras onde se encontravam “arranchados”, “com princípio de cultura” ou “criação de *vacum*”. (Bega dos Santos, 1994).

No Tratado de Madri, assinado em 1750, entre Espanha e Portugal foi introduzido pela primeira vez no direito internacional o conceito de *uti possidetis*, segundo o qual cada soberano tem direito às terras que efetivamente ocupa (quem tem a posse tem o domínio). Assim, Portugal passava a ter soberania sobre parte da Amazônia e Centro-Oeste, que efetivamente ocupava e que pela linha de Tordesilhas pertencia à Espanha, bem como a Espanha ficava com Filipinas, Marianas e Molucas (na Ásia) que efetivamente ocupava e pertenciam a Portugal.

Embora a coroa portuguesa tenha proclamado diversas normas favoráveis à manutenção de terras aos indígenas e proibindo a escravidão do índio, dificilmente eram aceitas pelos portugueses colonizadores. Desta forma, para ocupar as terras fazia-se o uso da violência contra essas populações, o que levou tribos inteiras ao extermínio. Os aldeamentos entraram em

²⁹ As terras de aldeamento nunca foram medidas ou demarcadas, o que facilitava sua incorporação às diferentes concessões.

decadência logo que a escravidão indígena não se mostrava mais atraente em face da escravidão negra.

Assim, o período colonial foi marcado por um lado pelo reconhecimento da posse pelo uso e ocupação do solo, mas também pela exclusão, proibindo³⁰ de herdar terra quem não tivesse sangue limpo: os bastardos, mestiços de branco e índios.

Um outro fator de desigualdade foi criado, nesta mesma época, pelo regime de morgadio. Este regime era caracterizado pela concessão de todos os bens do fazendeiro ao filho primogênito, o que destituía os demais de qualquer posse, causando conflitos familiares³¹, e empobrecimento de parte de seus membros. Estes geralmente tornavam-se agregados da fazenda e eram subordinados e reconhecidos como extensão do fazendeiro numa relação de trocas de favores em que defendiam o direito de estar nas terras.

O morgadio foi extinto em 1835 a pretexto de impedir a formação de uma aristocracia fundiária que monopolizasse os cargos políticos do senado do Império (Martins,1995). Mas mesmo com a extinção do morgadio os fazendeiros continuaram centralizando o poder político através de estratégias de monopolização, como o casamento intrafamiliar para manutenção de terras em comum na família.

A Independência liberou os fazendeiros da burocracia lusitana, e desta forma foi mantida a base produtiva no trabalho escravo e na disponibilidade de terras. Era basicamente esta divisão da sociedade em senhores e escravos que refletia nas características da apropriação territorial da colônia. Os escravos estavam excluídos do processo de apropriação por definição. (Osório Silva, 1996, p.334).

A oligarquia agrária conservadora sempre reagiu de forma bastante autoritária às tentativas de se modificar a estrutura fundiária. Um exemplo disso foi a condenação de José Bonifácio, “o patriarca da independência”, ao exílio por sete anos após ter apresentado o seguinte projeto de mudanças agrárias: “Todos os possuidores de terra, que não têm título legal, perderão as terras, exceto um espaço de 650 jeiras que se lhe deixará, caso tenha feito algum estabelecimento no sítio; todos os sesmeiros (possuidores de grandes extensões de terras) que não tiverem começado ou feito estabelecimento nas suas sesmarias serão obrigados a ceder à Coroa

³⁰ Como afirmado anteriormente, as leis da coroa portuguesa protegiam os índios, mas eram facilmente desrespeitadas.

³¹ A violência decorrente das disputas por terra envolveu primeiramente não os trabalhadores rurais, mas os proprietários, grandes grileiros apoiado por grupos armados (Histórico do Incra 4/1/2005).

as terras, conservando 1200 jeiras para si, com a obrigação de começarem a formar roças e sítios dentro de seis anos” (Graziano Silva, 1985, p. 65).

Os brancos deserdados tinham o direito de ocupar terras e abrir uma posse podendo assim obter a sua sesmaria. A concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre o direito de antigos posseiros e cabia ao sesmeeiro aceitar ou não a presença de antigos posseiros como agregados. Com isso, uma multiplicidade de relações passa a caracterizar a hierarquia presente no campo brasileiro, criando uma tradição de trocas de favores. O posseiro e sua família prestavam diversos serviços ao fazendeiro que, em troca, dava permissão para manter-se na propriedade e produzir uma lavoura de subsistência. Defendendo o interesse do fazendeiro, o agregado pretendia defender também o seu direito de se manter na terra³². O agregado podia efetivar a posse em nome do fazendeiro, tal fato não mudou com a lei de terras de 1850.

E foi nesta condição de “morada de favor”, que uma parte da população rural, formada por pequenos agricultores,³³ se manteve durante muitos anos, reafirmando o poder dos senhores de terras no território como uma “extensão de coisas” que pertenciam a eles. Muitas vezes, sem documento algum sobre a propriedade, o agregado era expulso quando convinha ao fazendeiro fazê-lo.

A Lei das Terras de 1850 institucionaliza a propriedade privada como forma de domínio do território. Segundo Osório Silva (1996) a lei manteve muitos aspectos da ordem anterior estabelecendo condições nas quais sesmeeiro e posseiros em situação irregular se transformassem em proprietários de pleno direito sobre a terra que ocupavam³⁴. A adoção da lei, no entanto, deveria desempenhar um papel fundamental na transição do trabalho escravo, para o trabalho livre e dar ao Estado Imperial o controle sobre as terras devolutas, que desde o fim do regime de concessão de sesmarias vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio particular.

³² “(...) a concepção de morada de favor não esconde nada, favor com favor se paga. A morada de favor envolve uma relação de troca que inclui e ultrapassa as relações de trabalho, já que a concepção de favor como prestação pessoal, mas recíproca envolve não apenas a produção material, mas a própria lealdade entre as partes: a defesa de supostos direitos de propriedade de um fazendeiro, bem como abrigo e proteção ao camponês contra a perseguição policial por um crime cometido, etc” (Martins, J. S., 1985, pg. 36).

³³ Os pequenos agricultores, quando em terras de latifundiários, pagavam uma renda para o proprietário pela utilização das terras. Dependendo do acordo, o pagamento era feito com a produção de alimentos. Quando em terras livres, os posseiros produziam para subsistência e podiam vender parte da produção nas feiras das cidades. (Maiores informações, vide José Graziano da Silva 1980, Ariovaldo Umbelino Oliveira 1987, dentre outros).

Para resolver esta confusão de terras, a política imperial teve como objetivo, segundo Osório Silva (1996), “demarcar as terras devolutas e vendê-las além de financiar a imigração de trabalhadores”. No entanto, o funcionamento desta prática estava condicionado ao fim do apossamento. Segundo esta mesma autora:

“A recusa do posseiro em demarcar suas terras e legalizar os seus títulos, impediu a implementação do projeto imperial de colonização com a pequena propriedade. A questão da mão-de-obra foi resolvida sem a demarcação das terras devolutas. (...) A regularização da propriedade privada permaneceu em suspenso” (Op. cit. p. 335).

As terras devolutas eram definidas como terras que não estavam sendo utilizadas (sem cultivo ou princípio de cultivo e nem servia de morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário) mesmo as concedidas através de sesmarias, seriam consideradas incultas e, portanto, devolutas e passariam ao domínio do Estado que poderia assim vendê-las a novos donos, reservá-las para o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros, para outros usos públicos ou até doá-las em se tratando de terras situadas nas fronteiras internacionais.

Com a Constituição de 1891, a resolução política da questão da terra e da mão-de-obra passa ao controle dos Estados, assegurado assim que o interesse das oligarquias estaduais sobre o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado e de regularização da propriedade territorial. Tais acontecimentos só foram possíveis pela expansão do coronelismo, um tipo de controle que envolvia o paternalismo e a violência.

A violência manteve-se como principal forma de controle da propriedade da terra. Por isso, o posseiro³⁵ deveria manter-se na terra para conquistá-la, o que não significava necessariamente cultivá-la, mas impedir que outros viessem a se instalar nelas³⁶ e/ou evitar ser expulso das terras pelas autoridades municipais ou estaduais zeladoras do patrimônio público.

Para manter-se nas terras, o fazendeiro-posseiro contava com recursos próprios (jagunços armados³⁷) e procurava estar bem relacionado com as autoridades do Estado. Essa

³⁴ Isso seria feito por via administrativa, julgado por juiz comissário nomeado pelo governo e a última instância decisória eram os presidentes de Província. (Osório Silva, 1996, p. 338)

³⁵ Como explicado anteriormente, o termo posseiro designa tanto aqueles pequenos agricultores que cultivam a terra para sua subsistência sem estar de posse de um título, como também os fazendeiros que apenas especulam para conseguirem seus títulos.

³⁶ O tipo de agricultura praticada na época esgotava rapidamente o solo impelindo os fazendeiros a procurarem novas terras para o cultivo.

³⁷ O jagunço era muitas vezes um posseiro agregado, trabalhador da fazenda que realizava serviços a pedido do fazendeiro.

condição estava bem expressa no comportamento característico dos coronéis, que era ficar próximo do governo, ser “situacionista”.(Osório Silva, 1996)

A permanência do posseiro³⁸ era instável, apesar da falta de vigilância sobre as terras públicas, ele era expulso com a chegada das forças repressoras. Deste modo, o posseiro ia sendo empurrado para longe das regiões em que havia as melhores condições materiais ou naturais, tais como terras de boa qualidade, açudes e vias de circulação de mercadorias.

Alguns estados do Sul do Brasil, segundo Osório Silva (1996), promoveram a venda de lotes de terras devolutas e, ao mesmo tempo, expediram título de domínio para os colonos que nele se instalaram, uma ocupação que não ocorreu sem contendas.O Estado acabou sempre indenizando as diversas pendências por questões de terra que apareciam entre colonos, posseiros e sesmeiros.

Em 1916 após a promulgação do código civil, começa a se manifestar pedidos de mudança no processo de regularização da propriedade da terra que deveria sair do âmbito administrativo para o judiciário, seguindo as normas deste novo código e também das leis hipotecárias, determinava-se a transcrição dos títulos de domínio nos registros públicos.

A via judicial de controle tinha como principio a defesa da possibilidade de prescrição aquisitiva (usucapião) sobre os bens públicos (como terras devolutas) transformando o Estado em um proprietário como outros, que deveria realizar também transcrições de seus bens. O que confrontava a lei de terras que considerava os bens públicos imprescritíveis. A aceitação do usucapião³⁹ em terras devolutas implicava contraditoriamente na derrubada de um dos pilares da lei de terras (possibilidade de controlar o acesso a terra pela compra) e, portanto, do poder que se dava em torno da grande propriedade. A lei de terras estabeleceu um marco definidor das atribuições do Estado e dos proprietários de terra.

Um decreto federal de 1930 passa a reconhecer os títulos emitidos pelas repartições públicas do Estado, anunciando a necessidade da transcrição e normas que regiam a compra e venda de propriedades particulares, para operacionalizar compra e venda de terras devolutas.

³⁸ O posseiro é o agricultor livre que busca terras principalmente para cultivo de subsistência.

³⁹ A consagração do usucapião em terras públicas significou a adaptação da legislação às características assumidas pela ocupação territorial desde os tempos coloniais (Osório Silva, 1996 p.341).

As relações sociais e políticas continuaram mantendo grandes propriedades⁴⁰, fato que excluiu do direto a propriedade da terra a uma parcela da população, servindo de mão-de-obra barata para outra parcela⁴¹. Como afirma Silva (1996): “a abundância de terras era um dado relativo e socialmente determinado.”(p.337).

Verifica-se, portanto, que a lei de 1850 inicia o processo de organização sobre a regularização de propriedade, que se estende ao início do século XX com leis que prorrogam a data limite para regularização da propriedade em diversos Estados do país.

A formação da classe de proprietários da terra se dá no mesmo momento em que se consolida um Estado Nacional, esta classe acaba exercendo influência decisiva na elaboração da constituição do império.

A existência do latifúndio e da grande exploração agrícola tem raízes no passado, mas não é exatamente a sobrevivência de um passado, foram recriados durante os séculos por diversos meios, inclusive com o avanço do capitalismo no campo.⁴²

Novas leis foram editadas referendando a legalização das posses existentes, mas o fim do processo de implementação de controles jurídicos no uso do território, ainda não se concretizou, uma das provas disto é a falta de controle sobre a legitimidade de títulos, a existência de propriedades que não declaram as suas reais dimensões⁴³, e portanto, não pagam o

⁴⁰ A proposta do Estado não transformou totalmente antigas relações pré-capitalistas. Numa análise da renda da terra, ela perde seu caráter pré-capitalista quando incorporada pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. É esta irracionalidade do capital que está presente na expansão do capitalismo ocorrendo de forma contraditória engendrando relações não capitalistas de produção. Sobre a questão da renda da terra, ver Oliveira A. (1986).

⁴¹ A propriedade da terra, como forma institucionalizada de controle, formalizou o acesso à terra através da compra, restringido seu uso por indígenas, caboclos, sitiantes e posseiros que praticavam cultivos de subsistência. Os fazendeiros apropriaram-se do território antes ocupado por estas populações, fazendo a terra cativa para que a mão-de-obra pudesse ser explorada.(Martins, J.S., 1981).

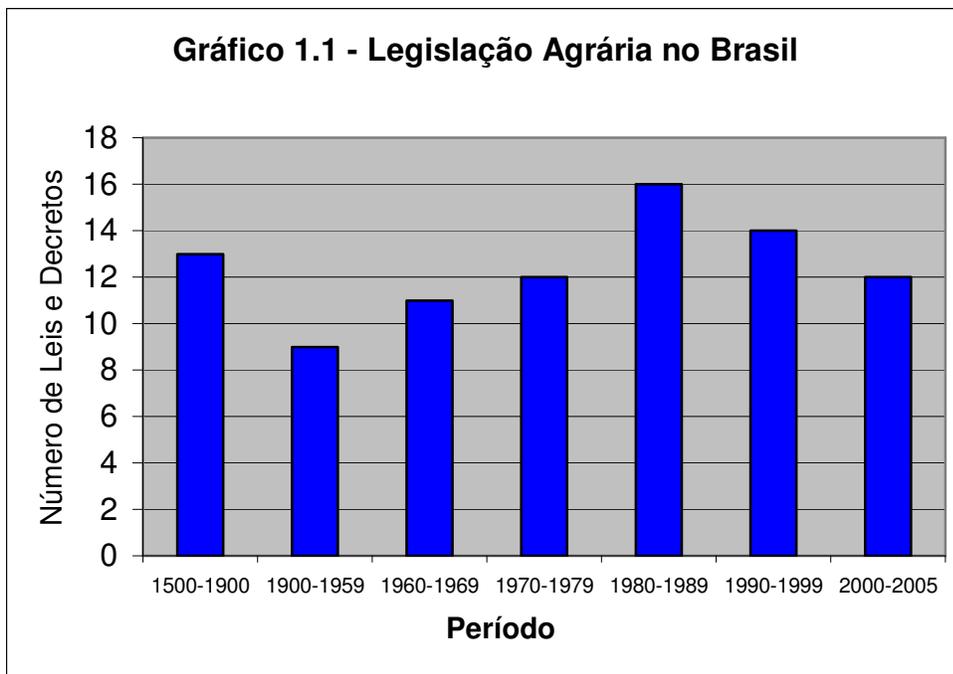
⁴² Diferente da análise de Xico Graziano (2004), em que o latifúndio teria desaparecido com a modernização agrícola, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) apresenta dados sobre o processo de reconcentração fundiária que ocorreu durante a vigência do governo militar e expõe dados sobre a produtividade das pequenas propriedades frente às grandes, que mesmo ocupando grandes extensões, maiores que a soma das menores, ainda mantém um índice de produtividade menor do que a somatória das pequenas.

⁴³ No Brasil apenas 49,78% do total das terras estão cadastradas no Incra. Segundo apuração especial deste cadastro realizada em 2003, foi indicada a existência de 58.329 grandes propriedades classificadas como improdutivas, que ocupam 133,8 milhões de hectares (Carvalho, 2005).

ITR⁴⁴. E enquanto se legalizaram a posse dos grandes, os pequenos expulsos, sem condições de comprar as terras, formam uma reserva de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Os primeiros grupos de sem-terra formaram-se deste contingente sem direito a título de propriedade, índios expulsos de suas terras, negros libertos, posseiros que compõem a fronteira de avanço do capital pelo uso da terra como meio de subsistência vivendo a partir de relações de trabalho não assalariadas, como a parceria, a meação, dentre outras. Quando o rendimento obtido não é suficiente para manutenção da família do agricultor, este passa a migrar continuamente em busca de meios para a sobrevivência.

⁴⁴ No caso estudado, a superintendência do Incra em São Paulo declarou que não possui o cadastro de todas as propriedades do Estado para a caracterização do uso do solo, o que impede de auferir o GUT (grau de utilização da terra).

Gráfico 1.1 - Legislação Agrária no Brasil



1.2 O Brasil e a Reforma Agrária

A agricultura de exportação e seus interesses estão presentes na sociedade brasileira, desde o princípio da constituição do Estado Nacional, fundamentando o poder da classe dominante. Foi para atender a demanda de produtos agrícolas no mercado internacional que se iniciou a exploração do território brasileiro, inicialmente com a cultura da cana, destaque que passa para a cultura do café, e mais recentemente para a da soja. As mudanças históricas modificaram a agricultura, mas não resolveram a questão da concentração fundiária, que permaneceu inalterada⁴⁵.

Se o problema da posse da terra no Brasil se agravou durante os séculos XVIII e XIX, estoura de vez no século XX, que pode ser considerado o século campeão de legislação agrária no Brasil. A tabela elaborada⁴⁶ ordena cronologicamente as principais leis sobre a questão da terra no Brasil apresentando seus principais objetivos. Com estes dados foi elaborado um gráfico indicando a intensificação das leis para estimular a reforma agrária a partir de 1960, tendo aumento progressivo até a década de 90. Um dos principais fatores que contribuiu para este avanço, ou pelo menos para o embate de forças políticas divergentes, são as ações dos movimentos de trabalhadores rurais de luta pela terra. Medeiros (2003, p. 11) explica a diferenciação dos atores neste processo:

“Ao longo dos anos, a atualização da palavra de ordem ‘reforma agrária’ veio sendo feita principalmente pelas ações de significativos contingentes de trabalhadores que se situam e se fazem reconhecer nos espaços públicos através da luta por terra. “Posseiros”, “arrendatários”, “foreiros”, nos anos 60; “posseiros” na década de 70; “seringueiros”, “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “ribeirinhos”, nos anos 80; “sem-terra”, congregando desde assalariados de grandes unidades produtivas em crise, como é o caso da cana-de-açúcar, até moradores de periferias urbanas, nos anos 90 : personagens socialmente diferenciados, eixos geográficos diversos, identidades sociais e políticas distintas, que indicam a permanência da luta por terra, mas também mostram que os seus termos mudam e se transforma o sentido da questão agrária.”

Para compreender a questão agrária é importante conhecer o processo histórico de sua transformação também em questão urbana. Por isso, nesta periodização apresenta-se alguns aspectos da urbanização relacionados às mudanças no campo.

⁴⁵ O índice de Gini mede a concentração da terra sendo que, zero indica igualdade absoluta, e 1, concentração absoluta. No Brasil o índice para concentração fundiária está acima de 0,8. (MDA, Plano Nacional de Reforma Agrária, 2003)

⁴⁶ Anexo 1

Os primeiros segmentos industriais surgem no país em 1888, constituídos por fábricas de chapéus, de louças, de fiações, tecelagem, entre outros. Estas indústrias fortalecem a consolidação dos centros urbanos. Embora incipiente esta industrialização irá provocar mudanças na produção agrícola. Aos poucos, a produção de alimentos vai se transferindo da fazenda para as mãos de pequenos agricultores que passam a ter a opção de produzir também para as indústrias nascentes (culturas como algodão e tabaco). Os latifúndios continuaram se dedicando a cultura do café para a exportação. (Graziano Silva, 1980)

O Código Civil Brasileiro, de 1917, anunciava grandes mudanças para a época quanto ao uso da terra. Instituiu o direito de propriedade como absoluto, perpétuo, irrenunciável quase que imprescritível, admitindo, por exceção o usucapião. No artigo quinto da sua lei declara: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”. No entanto, sabe-se que para o cumprimento da lei é necessário que existam condições para que se torne uma prática social, e uma correlação de forças favoráveis ao cumprimento daquele princípio. Estas condições não existiam, pois o controle do poder político continuava nas mãos dos latifundiários.

A crítica ao latifúndio e ao poder dos proprietários fundiários é um debate antigo. Já feito no começo do século XX, com as reivindicações de reforma agrária pelo movimento Tenentista que enxerga nela uma condição para eliminar os vícios das eleições⁴⁷. Posteriormente a crítica ao latifúndio e a reivindicação pela reforma agrária não são definidas pelos conflitos, mas incorporada pelo Partido Comunista Brasileiro a partir das concepções da Internacional Socialista, em que a eliminação do latifúndio se fazia necessária para transformação do país e a realização da “revolução democrático-burguesa”. Segundo esta concepção, a eliminação do latifúndio significava a eliminação das formas arcaicas de produção, ou “feudais”. Esta medida seria o primeiro passo em direção a um modelo de desenvolvimento que promoveria um mais rápido crescimento das forças produtivas, tanto no campo, como na cidade, e criaria condições para uma revolução socialista (Medeiros, 2003).

Com a depreciação dos preços do café no início do século XX, crises periódicas passam a afetar a economia, tendo o seu auge em 1932 que se refletiu no mercado cafeeiro como

⁴⁷ O sistema eleitoral era pelo voto não secreto o que propiciou o estabelecimento do chamado coronelismo e a prática do voto do cabresto.

consequência da crise de 1929. A crise na economia do café significava também mudanças na sociedade que se estruturou em torno desta cultura.

O período que se estende de 1933 à 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira. Neste período, o setor industrial vai se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas passa a se deslocar do setor cafeeiro-exportador. A indústria vai gradativamente assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser eminentemente agrícola. (Graziano Silva,1980)

Getúlio Vargas, em 1930, apoiado pela Aliança Liberal, não concordando com o resultado do pleito eleitoral em que concorrera, chega ao poder via militar, o que foi chamado de Revolução de 30. Instalado o governo golpista, este enfrenta, em 1932, o Movimento Constitucionalista de São Paulo que, mesmo tendo sido esmagado, provoca a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, sendo apresentada, ao fim de seus trabalhos, a nova Constituição em 16 de julho de 1934, cujo artigo 17 enuncia: “É garantido o direito de propriedade, que não pode ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma da lei”, ressaltando a necessidade de limitar seus abusos. No entanto esta primeira conquista em direção à reforma agrária será derrotada nos anos seguintes.

Em 1937, tendo como pretexto o acirramento das disputas ideológicas no país, principalmente pela “infiltração” comunista, Getúlio, a 10 de novembro deste ano, decreta nova Constituição, a qual impõe entraves ao cumprimento do interesse social enunciado na constituição de 1934, como fator a ser observado pela propriedade.

Com o fim da guerra e início de um processo de redemocratização, na constituinte de 1946 a bancada comunista insere no artigo 147, a concepção do “uso da propriedade subordinado ao bem estar social”⁴⁸. As desapropriações como prerrogativas do governo federal só poderiam ser feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Pela indisponibilidade de recursos por parte do Estado era uma prática limitada.(Medeiros, 2003).

Com o fim da 2ª Guerra e o impacto causado pelas atrocidades dela advindas, surge a Carta das Nações Unidas, em 1945, como expressão do soerguimento da pessoa humana e de

⁴⁸ Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

direitos e liberdades a ela inerentes, em âmbito mundial⁴⁹. O que se colocava na ordem do dia era a necessidade de promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos estimulando a industrialização. Segundo a Cepal⁵⁰, a agricultura com base em grandes propriedades e baixo nível de incorporação tecnológica representava um obstáculo estrutural ao desenvolvimento, quadro que deveria ser alterado, modernizando o setor e levando a produzir para o mercado interno. Além disso, era necessário elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em mercado consumidor.

Em 1948 o Brasil assina a Carta Internacional Americana de Garantias Sociais, que afirma em seu art. 38 o direito dos trabalhadores rurais à melhoria do nível de vida e à melhor participação social. Afirma, ainda, ser dever do Estado a realização de uma ação planejada e sistemática para promover a emancipação econômica e social dos “camponeses” e o reconhecimento do direito de associação dos mesmos e dos indivíduos aptos ao trabalho agrícola que precisem de terra ou não a tenha suficientemente, a serem dotados dela e dos meios para fazê-la produzir.

No Nordeste merece destaque a organização da Ligas Camponesas⁵¹, que teve início na década de 40, no Engenho Galiléia em Pernambuco. Em 1958, o governador Cid Sampaio, com o apoio da população aprova uma medida de desapropriação do engenho. No fim dos anos 50, contam com mais de sessenta mil associados (Bombardi, 2003. p.48).

Em São Paulo, na década de 40, 50 e 60, o Partido Comunista⁵² organiza mobilização dos trabalhadores em movimentos como o Arranca Capim, em 1959, em Santa Fé do Sul, e a ocupação da fazenda Santa Helena⁵³ em Marília, em 1960. Neste contexto, no Estado de São Paulo durante o governo Carvalho Pinto, é aprovada a lei de Revisão Agrária que objetivava

⁴⁹ O Brasil ratifica em 21/09/1945 a sua adoção em São Francisco (EUA), reconhecendo a dignidade humana e se compromete a defendê-la e a promovê-la. A Assembléia Geral da ONU adota e proclama, em 10/12/1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é assinada pelo Brasil na mesma data.

⁵⁰ A Comissão Econômica Para América Latina (Cepal) formou os principais economistas e planejadores latino-americanos de então, e era um importante fórum elaborador de diretrizes políticas e econômicas (Medeiros, 2003).

⁵¹ As Ligas Camponesas surgiram com o apoio do PCB a partir da ação de foreiros que se organizaram numa associação de ajuda mútua, objetivando além de fins sociais, garantir a permanência na terra contra a ameaça de expulsão do proprietário. Aos poucos elas se multiplicaram e se constituíram num símbolo da luta no Nordeste, ao mesmo tempo que suas lideranças romperam com o PCB (Medeiros, 2002).

⁵² A ação do PCB voltava-se para o encaminhamento de lutas mais imediatas (melhores salários, direitos trabalhistas, abolição de “vales” e “barracões”, apoio à resistência na terra, demanda por maior prazo de garantia de renovação de contratos de arrendamento, diminuição do seu valor, diminuição de impostos e fretes). (Medeiros, 2003).

assentar 500 a 1000 lavradores anualmente, em terras públicas ou privadas⁵⁴, objetivando conter os movimentos sociais, medida que posteriormente integraria os objetivos do Estatuto da Terra. (Op. cit.)

Apesar da expressão “reforma agrária” parecer familiar e carregada de significados, ela só foi se instalar na legislação brasileira durante o breve governo de João Goulart (1962-1964) com a criação da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) através da Lei Delegada nº 11, de 11/10/1962.

Durante esse período o governo João Goulart (1962/1964) assumiu a necessidade do Brasil de fazer as chamadas reformas de base, entre as quais a mais prioritária era a reforma agrária. De fato, o ambiente estava carregado de tensões dada a influência da revolução cubana de 1959, que confiscou todas as terras. Naquele mundo dividido entre áreas de influência de duas super potências (EUA x URSS) o Brasil, do ponto de vista dos EUA, não poderia cair nas mãos dos comunistas, e João Goulart, com suas reformas de base, era visto dessa forma.

O presidente João Goulart, no seu famoso discurso no comício da Central do Brasil (RJ, 13/03/1964) reafirmava sua intenção de desapropriar 100 quilômetros em torno das obras federais (rodovias, barragens, etc.) para fins de reforma agrária. Não chegou a fazê-lo posto que foi derrubado por um golpe liderado pelos militares em 31/03/1964. Dois anos antes, João Goulart já havia estabelecido o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4214/63) concedendo-lhes todos os direitos dos trabalhadores urbanos, inclusive a previdência social. Assim, uma das primeiras providências da junta militar que assumiu o governo foi dar curso à reforma agrária, como forma de estancar os conflitos através de uma lei dispendo sobre o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra é aprovado e promulgado no governo do Marechal Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura, cedendo às pressões norte-americanas. Segundo D’ Incao (1990):

“A ambigüidade deste estatuto é bastante indicadora do estreito vínculo existente entre a proposta de reforma agrária e o projeto desenvolvimentista: à possibilidade de desapropriação de terras por interesse social, condição legal para a realização de uma política de reforma agrária, este estatuto contrapõe o conceito de empresa rural, não passível de desapropriação. Mais do que isso incentiva o desenvolvimento da agricultura empresarial, dimensionando o imposto territorial rural na razão direta da produtividade da terra, e , deslocando a questão da reforma agrária para “áreas

⁵³ Destacado por Otavio Ianni, 1979.

⁵⁴ No caso de propriedades particulares a indenização era em dinheiro com recursos do Imposto Territorial Rural recolhido pela União.

prioritárias” e/ou programas de colonização. Tratava-se sem dúvida de promover a distribuição de terras para ou nas frímbricas do desenvolvimento econômico da agricultura.” (p. 92)

A ditadura recém instalada procurou manter a questão agrária sob rígido controle do poder central, colocando na ilegalidade os sindicatos dos trabalhadores rurais e até inserindo espiões do Serviço Nacional de Informações (SNI) nas mobilizações públicas desses trabalhadores e seus simpatizantes. No período de 1961 à 1981, foram editados apenas oito decretos de desapropriações para uma média de 60 conflitos por terra por ano (Martins,1995).

O Decreto-lei n. 554, de 25 de abril de 1969, inserido no Código Civil, em seu artigo primeiro, reafirma a possibilidade de “desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária”, o que já fora previsto no Estatuto de Terra.

O acesso à terra tornou-se apenas uma medida para amenizar os conflitos e estancar as lutas dos trabalhadores na campo, num contexto de modernização e expansão da fronteira agrícola, quando as diferenças sociais no campo resultaram em ações violentas⁵⁵.

Segundo José Graziano Silva (1980), o processo de expansão do capitalismo do campo caracteriza-se da seguinte forma:

“nas épocas favoráveis a expansão da atividade econômica, o grande prospera e engole os pequenos à sua volta. Na crise⁵⁶, o contrário, o grande se retrai. Ou seja, nas épocas desfavoráveis, a grande propriedade procura reduzir os seus ‘custos variáveis’, e os seus ‘riscos’, repassando a responsabilidade pela exploração de parte de suas terras para pequenos parceiros e arrendatários”. (p.35)

Segundo Oliveira (1991) este modelo não favorecia os pequenos proprietários e contraditoriamente incorporou formas de produção não capitalistas, subjugando camponeses e trabalhadores rurais à exploração de grandes empresas internacionais.

A bandeira da reforma agrária serviu ao regime militar para legitimar seus projetos de colonização, principalmente na Amazônia. O governo declarava em suas propagandas: “terra sem

⁵⁵ A guerrilha do Araguaia fez com que o governo militar assumisse uma postura mais radical abrindo mão da política de colonização e definindo outras prioridades (Martins, 1984, p. 53). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrava que, até 1979, ocorreram 715 conflitos por terra, sendo que 88,1% deles começaram a partir de 1973 (Fernandes, B.M. pg. 37).

⁵⁶ A crise em questão pode ser desde uma catástrofe climática até a queda drástica do preço de um produto agrícola (Graziano Silva, 1980 p.37).

homens, para homens sem-terra”⁵⁷. Tal intento, pelos altos incentivos fiscais oferecidos através dos planos regionais de desenvolvimento, foi apropriado por grandes grupos do empresariado nacional e estrangeiro. Deste modo, a Amazônia ficou submetida a interesses do processo de acumulação capitalista assegurado pelas condições políticas do golpe.

A modernização da agricultura não atingiu de forma homogênea todo o território⁵⁸, assim como não atingiu também todas as fases do ciclo produtivo⁵⁹ e excluiu do ponto de vista social, caracterizando o que o sociólogo Florestan Fernandes chama de modernização conservadora. Esta modernização parcial provocou o crescimento da sazonalidade do trabalho agrícola, tornando-se mais exigente em termos de mão-de-obra na época da colheita. A especialização transformou algumas áreas em monoculturas, criando uma cadeia produtiva cada vez mais excludente no Centro-Sul do País⁶⁰.

Neste processo o que se observou foi uma concentração ainda maior das terras através da expulsão de milhares de posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários das terras em que viviam. Os planos de desenvolvimentos regionais favoreceram principalmente a expansão de latifúndios na Amazônia, na década de 70, e a disseminação da agroindústria no Centro-Sul e em parte do Nordeste. O avanço do capitalismo sobre a Amazônia foi realizado com o uso da violência de jagunços, contratados por fazendeiros para abrir grandes fazendas, o que resultou em um grande número de mortes de camponeses e índios que ocupavam as terras anteriormente. No período de 1964-1984 o número de mortos em conflitos no campo, segundo a CPT chegou a 874, sendo quase a metade deles ocorridos na Amazônia; no estado do Pará; ocorreram 263 no nordeste; 164 no centro-sudeste e 55 no Sul.

A manutenção desse padrão de concentração da propriedade da terra deixou os trabalhadores rurais sem condições de manter a vida no campo, forçando-os a partir para a cidade, como refugiados do campo⁶¹ buscando novas formas de ganhar a vida. Neste processo, é gerado um contingente de possíveis consumidores e mão-de-obra para o mercado das indústrias.

⁵⁷ Conforme Oliveira A.U. (1988, p. 74) “Era preciso levar os trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da Operação Amazônia, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região que faltava força de trabalho”.

⁵⁸ Milton Santos (2002). caracteriza esses lugares (que não foram atingidos por este processo de modernização técnica) de discontinuidades no território.

⁵⁹ A mecanização e a criação de tecnologia otimizadora de mão-de-obra na agricultura não ocorreu em todas as culturas, e atingiu somente algumas fases do processo produtivo.

⁶⁰ Ver José Graziano Silva 1980.

O crescimento da população urbana acabou incentivando uma produção mercantil de alimentos, e impulsionando a especialização produtiva dos estabelecimentos agrícolas e em algumas regiões uma agricultura industrial de compra de insumos e venda de matéria prima.

O contingente de trabalhadores rurais prejudicado pela crise social, e não contemplado pela modernização, teve suas reivindicações incorporadas pela oposição política ao regime militar. Tal processo influenciou fortemente na redemocratização do país e abriu espaços para o surgimento de movimentos sociais⁶², particularmente durante a crise econômica da década de 80.

Desde 1964, um grande número de instituições e organismos foram criados para amenizar os conflitos pela posse da terra no campo, no entanto pouco se realizou. Para atender às demandas do Estatuto da Terra criou-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que estaria supostamente comprometido com a finalidade da reforma agrária, por outro lado criou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), que teria como função implementar políticas agrícolas visando o desenvolvimento rural. O primeiro órgão estava subordinado à Presidência da República, enquanto o segundo, o INDA, ao Ministério da Agricultura, controlado tradicionalmente pelos grandes proprietários.(Feliciano, 2002).

Os dois órgãos são extintos em 1970, quando é criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), subordinado ao Ministério da Agricultura, o que mantém o controle da reforma agrária nas mãos dos grandes proprietários de terras. A reforma agrária é substituída por programas de desenvolvimento nacionais e regionais (Programa de Integração Nacional, Programa especial para o Vale do São Francisco, Programa de Redistribuição de Terras e de estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia e outros).

Segundo Feliciano (2002) com o intuito de represar o crescimento de forças políticas de reivindicação de terra e confiscar o poder das oligarquias regionais é criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins e Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas.

Em 1982, cria-se o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, para manter o controle militar da questão da terra atendendo também o interesse de manter a correlação de forças com os militares nomeando o general Danilo Venturini ao cargo de ministro (Gomes da Silva, 1987, p.44).

⁶¹ Termo usado por Inacy Sachs e Ricardo Abromovay (2003) para caracterizar os migrantes do campo nas cidades brasileiras.

⁶² Sobre este período consultar Doimo, A. M., 1996.

Neste período, as ações de assentamentos ficaram restrita à colonização e a regularização fundiária. E o chamado milagre econômico conduziu o país à lógica do endividamento:

“A agricultura subordinada ao mercado externo, a capitais internacionais e à nova fase do capitalismo financeiro é responsável em grande parte pela dívida externa brasileira. O dinheiro do endividamento foi usado para financiar o aumento da produção de excedentes para exportação, com preços controlados pelos capitalistas internacionais. Assim, embora as matérias primas agrícolas tivessem baixado de preço nas últimas décadas, o país teve que aumentar continuamente a produção para poder continuar pagando a dívida e para isso teve e tem que tomar mais dinheiro emprestado” (Oliveira, 1991, p 22-3).

Essa política de investimentos provocou, no Estado de São Paulo, a expansão dos cultivos de cana-de-açúcar e a modernização da agroindústria canavieira. Essa expansão, porém, teve como conseqüência o surgimento de grandes usineiros que passaram a comprar propriedades com menos de 100 hectares e/ou a utilizar a relação de “parceria disfarçada” (Thomaz Jr. ,1966)⁶³, ou seja tornar os pequenos agricultores em fornecedores de cana.

Ianni (1984) afirma que marcando a tendência dessas modalidades há, tanto no campo como na cidade, a influência do grande capital industrial e financeiro, diretamente articulado ao movimento internacional do capital.⁶⁴ Para Oliveira (2001), essas grandes extensões de terra concentradas nas mãos de grupos econômicos funcionam no Brasil ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial que são usadas como garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais.

Passado o regime militar, e com a posse de um presidente civil eleito indiretamente, o país inicia a “transição democrática” numa luta por direitos e liberdades fundamentais, como reação à revogação dos direitos constitucionais, civis e políticos por parte dos militares. Com a morte do presidente Tancredo Neves, a “Nova República” foi assumida pelo seu vice, José Sarney, comprometido com a reforma agrária, cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), subordinando o INCRA a esta instância. Além disso, propõe-se a discutir uma proposta para o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária com os

⁶³ Forma de burlar o fisco encontrada pelo capitalista, pois de acordo com a legislação tributária federal, os tributos sobre a parceria são mais vantajosos do que o do arrendamento. (Fernandes, B.M. 1996, p. 47).

trabalhadores rurais unidos em torno da CONTAG⁶⁵ (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em seu IV Congresso.

Na proposta, define-se reforma agrária como uma política a ser realizada em áreas de domínio privado, situadas em regiões já ocupadas, dotadas de infraestrutura, com densidade demográfica apreciável e tensão social. A colonização seria dirigida às áreas públicas geralmente situadas em áreas de desbravamento e ocupação (Gomes da Silva, 1987).

Esta proposta elaborada junto aos trabalhadores foi fortemente contestada pela bancada ruralista, sofrendo muitas modificações. Na primeira proposta do plano, estabeleceu-se como meta assentar três milhões de famílias em 10 anos, fazendo da reforma agrária uma política obrigatória para os próximos governos. Com os recuos no plano chegou-se ao número de 1.4 milhões de assentados para os quatro anos do governo, sem prever uma discussão de metas para os governos seguintes. (Feliciano,2002)

Seguem-se algumas polêmicas expostas pelos opositores da proposta do I PNRA⁶⁶.

Segundo os conservadores, os conceitos de produtividade presente no Estatuto da Terra (no qual o plano se apoiou), não são claros, e as desapropriações de latifúndios produtivos podiam levar o país a um “retrocesso” no estágio de desenvolvimento da agricultura capitalista. A outra polêmica se fez em torno da desapropriação por interesse social, medida que para os opositores deveria ser exceção, enquanto o plano colocava como primordial. A colonização, discriminação de terra pública e tributação era a saída apresentada pelos opositores da reforma agrária. E ainda, justificaram temer a reforma agrária como uma forma de desestabilizar a estrutura produtiva, o que retiraria a segurança dos empresários rurais para que realizassem novos investimentos no campo. (Graziano Silva,1985). O fato do financiamento da reforma agrária ser custeada em parte pela diminuição do preço pago pela desapropriação aos proprietários de terra também afligiu o grupo.

Neste contexto, reagindo a estas medidas, os conservadores organizam a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), e a organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), estas entidades realizam um congresso para discussão da reforma agrária em junho de 1985 em Brasília momento que propiciou a organização da UDR- União Democrática Ruralista. A UDR caracteriza-se como organização política dos latifundiários

⁶⁵ A CONTAG surgiu em 1963 sob forte influência do PCB e teve grande participação na aprovação do Estatuto da Terra.

⁶⁶ José Gomes da Silva (1987) diferencia a proposta do plano e o I PNRA aprovado.

reagindo contra a proposta da reforma agrária e organizando formas de conter as ações dos movimentos de trabalhadores rurais.

O poder da bancada ruralista, presente como majoritária no congresso, favoreceu sua vitória o que conseqüentemente levou a uma descaracterização da proposta original do I PNRA. O decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985, aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que trata da necessidade e oportunidade da reforma agrária, seus princípios básicos, objetivos, áreas prioritárias de reforma agrária, estratégia de ação, recursos e fontes de financiamento. O I PNRA contém como pontos de recuo principais: a defesa do latifúndio (por dimensão e exploração), impedindo-o de desapropriação aqueles que tiverem cumprido a sua função social e impedindo também a desapropriação de áreas com alta incidência de arrendatários ou parceiros, o que era uma regra no caso do Estatuto da Terra. (Feliciano, 2002)

A Constituição Federal de 1988 trouxe, em seu artigo quinto, inciso XXIV, que a “lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por interesse social ou por necessidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro⁶⁷, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”. Afirma ainda, no mesmo artigo, inciso anterior, a necessidade de vinculação da propriedade à sua função social, definida no artigo 186.⁶⁸

No entanto, no artigo 185 manifesta a impossibilidade de desapropriação de “propriedades produtivas”, termo que levou a inúmeras discussões no Congresso quanto à sua interpretação, o que dificultou o processo de desapropriações.

A meta de assentar 1.4 milhões da política de reforma agrária do governo José Sarney não foi cumprida, chegando a 69.778 famílias assentadas. Neste período, os assentamentos ficaram concentrados na região amazônica, um resultado dos projetos de colonização, predominando nas áreas de conflito e segundo lugar no nordeste.

O governo Collor, primeiro presidente eleito (em 1989) em eleições diretas, após o golpe militar, irá apresentar os planos referentes à reforma agrária somente em 1992, sob a forma de “programa da terra”, com a metade assentar 64.463 famílias nos quatro anos de governo. Em dois anos foram assentadas apenas 39.894 famílias.

⁶⁷ Não define critérios de fixação de preço justo.

⁶⁸ Artigo 186 - “A função social da propriedade é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento adequado;

II- utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;

II- observância das leis que regulam as relações de trabalho”.

Com a saída de Collor, em 1992, através de Impeachment, o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência. Sem plano de ação para a reforma agrária propôs assentar 80.000 famílias. No entanto, consegue somente regularizar algumas áreas de conflito, contabilizando 4.809 famílias assentadas. Durante este período, o INCRA passa estar subordinado ao Ministério da Agricultura, controlado por membros da UDR⁶⁹. No entanto é Itamar Franco que inicia o diálogo com os movimentos sociais, inclusive o MST e aprova duas importantes leis estabelecendo o processo contraditório especial de “rito sumário” para o processo de desapropriação de imóveis rurais por interesse social para fins de reforma agrária.

A modernização tecnológica sem reforma agrária proposta pela classe dominante e apoiada pelo Estado continuou neste período, atrelada economias externas, a um mercado internacional de *commodities*, ao uso de modernos insumos industrializados, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e suas respectivas indústrias.

O governo FHC

Em 1994, eleito pelo voto direto, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, com a proposta da “reforma agrária possível”, sem desapropriação, seletiva, que privilegia a resolução de conflitos, destacando ações como a eletrificação rural, crédito agrícola e assistência técnica.

Para viabilizá-la apresenta os seguintes projetos: Lumiar (desenvolvimento sustentável adequado aos assentados), Casulo (geração de emprego e renda na periferia dos núcleos urbanos), Roda Viva (difusão de conhecimento técnico e tecnologias geradora de renda, lazer, educação ambiental e meios de fomentar expressão cultural dos assentados), Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), Programa de acesso direto à terra (inscrição para obter lote de reforma agrária via cadastro dos correios), Programa de atendimento ao cidadão “pode contar” (acesso a serviços prestados pelo MDA e INCRA), Sala do cidadão (sala nas superintendências regionais do INCRA para informações e serviços rápidos), Cartilha do cidadão (serviço da Internet para esclarecer dúvidas quanto aos projetos do governo federal) e o Banco da Terra⁷⁰.

⁶⁹ Ver Oliveira A. U., 1996.

⁷⁰ Criado pela lei complementar n. 93 de 04/02/1998 e regulamentado em 2000 incorporando algumas críticas ao programa Cédula da Terra. Segundo Medeiros (2003), para a efetivação do projeto confluíram ações do Legislativo e do Executivo. O projeto de lei teve início na Câmara dos deputados (...) no senado

Alguns fatos ocorridos neste período em relação a questão agrária, comprometeram gravemente a imagem do Governo FHC. O primeiro deles refere-se ao uso da violência policial contra os trabalhadores rurais e que culminou em dois massacres, o primeiro no dia 15 de julho de 1995 em Corumbiara-RO, e o segundo no dia 17 de Abril de 1996 em Eldorado do Carajás-PA⁷¹. O outro fato foi a retomada das ocupações no campo pelo MST, sindicatos e federações dos trabalhadores rurais ligados a Contag, destacando-se Minas Gerais, Goiás, e região canavieira nordestina. Além desses outros conflitos aconteceram espalhados pelo Brasil, reprimidos pela política militar. Para se acompanhar a escalada da violência e das ocupações no campo podemos observar as tabelas e gráficos e mapas a seguir.

A repercussão dos acontecimentos citados anteriormente levou o governo federal a criar a Ouvidoria Agrária, em Março de 1999, com objetivo de prevenir e diminuir os conflitos agrários. E para colocar em prática as mudanças para o “Novo Mundo Rural”, slogan deste Governo, o Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária - o Proceira, instituído no âmbito do PNRA, é extinto, e em 2000, os assentados antes atendidos por este plano são incorporados ao Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF).

Para Fernandes (2005), o governo FHC percebeu que o aumento do número de famílias assentadas e os investimentos realizados por meio das linhas de crédito fortaleciam a organização do MST. Muitas ocupações eram realizadas com o apoio de cooperativas de assentados, que emprestavam caminhões e financiavam os custos da ocupação de terra.

A proposta do Banco da Terra colocava em prática o modelo do Banco Mundial conhecido como “reforma agrária de mercado”. Fomentaria o mercado de terras, que segundo os seus defensores sofria distorção com o modelo tradicional de reforma agrária pela desapropriação com pagamento parte em dinheiro, parte em títulos da dívida pública, e que muitas vezes eram calculados com valor abaixo do mercado.

Segundo Medeiros (2003), a opção do governo foi pelo estímulo à obtenção de terras com a hipótese de encontrar um preço mais baixo, e que traria um ganho político por se privilegiar a negociação e não o confronto. O Banco da Terra foi veiculado como sendo “a reforma agrária sem burocracia, sem conflito, sem necessidade de recorrer à justiça”, por tanto

a aprovação do projeto de lei complementar do Banco da Terra chegou a 67 votos a favor, nenhuma abstenção e nenhum voto contra (p.77).

com muito mais rapidez. Nos documentos do programa apresentavam as desvantagens do processo de desapropriação em relação à forma de negociação proposta. A desapropriação acarretaria custos de transação no judiciário e na transferência das terras adquiridas pelo patrimônio público e seu retorno ao patrimônio privado.

Em 1996, o governo cria o Fundo Rotativo de Terras e estabelece parceria com o Banco Mundial criando um programa de crédito fundiário de combate a pobreza. O novo modelo de reforma agrária encontrou resistência para implantação, e com isso, o Banco Mundial optou por fazer projetos pilotos, o que originou o Programa Cédula da Terra. Em fevereiro de 1997 passa a ser desenvolvido nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, e no Ceará. O projeto contou com apoio internacional de 90 milhões de dólares feito pelo Banco Mundial, tendo como contrapartida do governo federal 45 milhões de dólares. Os estados nos quais seriam instalados deveriam contribuir com seis milhões e os beneficiários com nove milhões. (Medeiros 2003).

O plano foi amplamente apoiado pelas organizações patronais dos proprietários de terra, aclamado, certamente por preservar o direito de propriedade e as regras de mercado. Segundo a CNA: “estamos saindo de um período no qual imperavam as invasões, as querelas judiciais sobre desapropriações ou produtividade dos imóveis rurais que demandavam tempo, arbitrariedade e violências, e passando para um meio moderno de aquisição de financiamento de terras.” Uma outra vantagem apresentada pelo mesmo órgão representativo seria a participação das comunidades nos conselhos do município com representantes locais, o que posteriormente vai ser alvo de questionamento das entidades de trabalhadores rurais quanto à legitimidade representativa desses espaços.

Analisando dados sobre a evolução da estrutura fundiária, em 1966 as propriedades com mais de 1000 hectares chegavam a 45,1%, sobre o total de terras no Brasil, sendo que as propriedades com menos de 100 hectares correspondiam a 20,49%. No decorrer dos anos até 1992, temos um crescimento das propriedades com mais de 1000 hectares que chegaram a atingir 55,2% sobre o total de terras, em contraste com a diminuição para 15,4% do total para as propriedades de menos de 100 hectares.⁷²

⁷¹ Em Corumbiara (RO), a polícia agiu violentamente durante a ação de despejo, realizada ilegalmente à noite. Em Eldorado do Carajás (PA), trabalhadores “sem-terra” bloquearam a estrada e foram cercados pela polícia, num enfrentamento que resultou na morte de 17 deles.

⁷² Dados do Incra - Evolução da Estrutura Fundiária – 1992.

Numa tentativa de retomar o debate da reforma agrária no Brasil, diferentes instituições buscando construir um eixo comum de reivindicações para compor alianças e apoios, constituem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em 1995, congregando os órgãos representantes dos trabalhadores rurais e substituindo a antiga Campanha Nacional pela Reforma Agrária⁷³. Os setores representativos dos trabalhadores rurais posicionaram-se contra o programa Cédula da Terra e no Fórum destacaram as principais críticas ao programa (Medeiros, 2003):

- o poder público adotando a compra e venda de terras deixa de conduzir a reforma agrária deixando-a sob controle dos proprietários de terra;
- o novo sistema favorecia os proprietários de terra que receberiam o valor das terras à vista, transformando as terras improdutivas em verdadeiros ativos financeiros;
- o financiamento do programa acarretaria um aumento substancial do preço da terra;
- os que acessassem a terra por este sistema teriam que pagar o financiamento da compra da terra e buscar financiamento para a produção, o que inviabilizaria a sua reprodução;
- o programa criaria o risco de alimentar a formação de currais eleitorais pelas oligarquias rurais;
- o programa tenderia a produzir o fracionamento da média propriedade, ampliando a minifundiarização, e favorecendo a constituição de “associações fantasmas”. etc.⁷⁴

Além dessas críticas, o Fórum encaminhou também o pedido de instalação de um Painel de Inspeção do Projeto Cédula da Terra ao Banco Mundial. Tal pedido foi negado alegando-se o fato dos demandantes não serem representantes dos beneficiários, esta recusa tomou forma de vitória política do governo e desqualificação da demanda. No entanto, o Banco comprometeu-se a não incluir no programa as áreas passíveis de serem desapropriadas no futuro; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário alterou as condições de pagamento de dez para vinte anos, com três anos de carência, favorecendo futuros mutuários. (Op. Cit.)

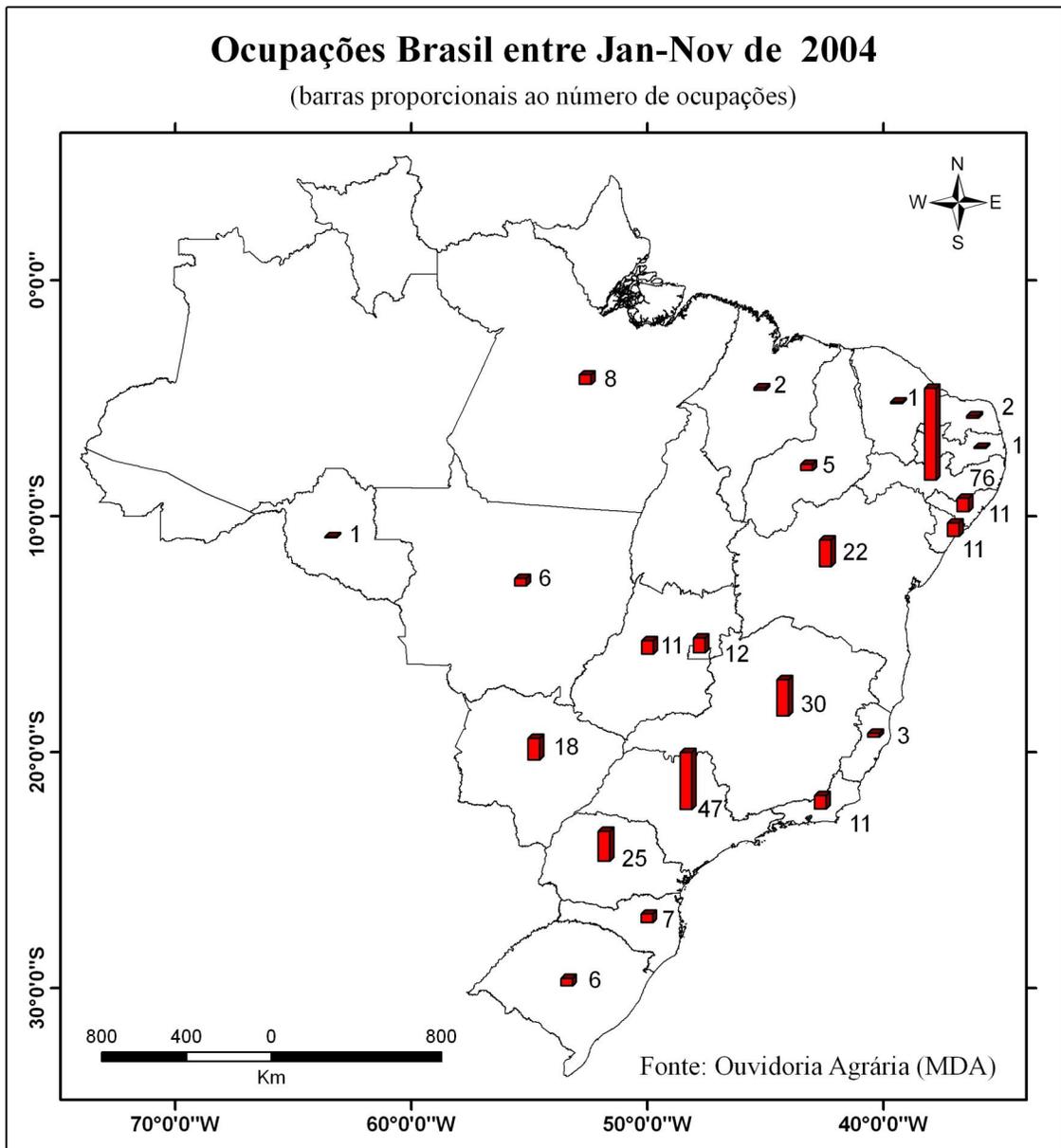
⁷³ A campanha atuou durante o período da Constituinte e teve sua base no Rio de Janeiro. Já com o Fórum, o eixo de atuação passou para Brasília e Goiânia localizando-se mais perto fisicamente do centro de poder.

⁷⁴ Ver Medeiros 2003, www.mst.org.br

No segundo mandato do governo FHC, o número de ocupações começou a diminuir a partir de 2000 e em maio de 2001, o governo do presidente FHC publicou uma medida provisória de criminalização das ocupações. A Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por quatro anos, quando houver reincidência. (Fernandes, B.M., 2003)

Com o debate da agricultura centralizado na questão econômica, os ruralistas passam a usar os meios de comunicação de forma ofensiva, noticiando as ocupações e criticando principalmente as ações do MST. No jornal “O Estado de São Paulo” ganhou destaque os debates apresentados periodicamente por Xico Graziano. O que não se restringiu a críticas, mas passou a contrapor à reforma agrária, a idéia de modernidade, estigmatizando-a como um modelo de desenvolvimento atrasado. Por outro lado, a propaganda positiva do agronegócio, moderno e produtivo serviu para generalizar a imagem do campo como altamente desenvolvido exaltando os índices econômicos positivos. Esta oposição caracteriza bem o mecanismo que Norbert Elias (2000) denomina: relação estabelecidos-*outsiders*, sendo a estigmatização, enquanto imagem criada, um elemento de dominação de um grupo sobre outro.

Mapa 1.1



O governo Lula

A primeira vitória de um partido de esquerda no Brasil, o Partido dos Trabalhadores, leva à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de muitas derrotas, a sua chegada ao governo causou grandes expectativas de mudança no que consiste a política agrária.

Em 2002 o governo apresenta o programa Vida Digna no Campo, situando novos valores e diretrizes fundamentais para elaborar um plano de reforma agrária capaz de responder aos desafios da atualidade. Segue trecho do programa:

“Para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola será fundamental a implementação de um programa de reforma agrária amplo e não atomizado, isto é, centrado na definição de áreas reformadas que orientem o reordenamento do espaço territorial do país, via zoneamento econômico e agroecológico.”⁷⁵

A implantação de um plano de reforma agrária é fundamental para o país, pois irá gerar postos de trabalho no campo, contribuir com as políticas de soberania alimentar, combate à pobreza, e com a consolidação da agricultura familiar. A reforma agrária é também fundamental para dinamizar as economias locais e regionais (...)”(PNRA, 2003 p.4).

O PNRA de 2003 prevê uma atuação em diversas escalas, e passa a exigir da população a organização de novas instâncias decisórias, que transpõe a escala municipal e a região política administrativa, a nova instância de atuação e decisão, passa a ser o denominado “território”. Um espaço novo, e que ainda abstrato, feito a partir de valores ainda quase inexistentes nos rincões do país. Com esta meta, o plano pretende integrar a diversidade de grupos, as diferenças naturais, e as especificidades sociais, todas teriam papel predominante na gestão do processo de desenvolvimento territorial.

O programa antecede o que viria a ser o Plano Nacional de Reforma Agrária, e traz novos termos para defesa da reforma agrária na atualidade. Deixa bem claro que a reforma agrária faz parte de uma política de desenvolvimento mais ampla, diferenciando-se de outros governos, onde ela se restringia a uma política compensatória. As potencialidades da reforma agrária proposta estão além da necessidade de atender as demandas por terra, e resolver os conflitos no campo, é atribuído a ela o papel de desencadear uma mudança em série envolvendo a

viabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental, e a capacidade de criar, através da “área de assentamento”, um novo padrão de desenvolvimento rural.

Em seu primeiro ano de governo preparou o Plano Nacional de Reforma Agrária, contendo além das estratégias de ação citadas, metas para concretização de mudanças da estrutura fundiária brasileira. Além do plano, modificou alguns aspectos do funcionamento de órgãos federais, criando novas instâncias como: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Secretarias de Desenvolvimento Territorial (SDT) o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (que coordena o principal programa do governo “Fome Zero”). Em relação aos projetos voltados para agricultura destaca-se o Programa de Combate a Fome e a Pobreza Rural (PCPR), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) interligado a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional e as várias modalidades de compra pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) a compra direta, antecipada, o contrato de garantia de compra, dentre outros (www.mda.gov.br).

Segundo Leite (2005) a contradição persiste no governo Lula, na presença de dois modelos agrícolas, um do Ministério de Desenvolvimento Agrário e outro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).⁷⁶ O modelo do MDA apóia a reforma agrária, enquanto o MAPA, favorece o desenvolvimento do agronegócio, portanto contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento da agricultura pela reforma agrária.

Segundo o balanço publicado pelo MAPA, o agronegócio exportou 30.7 bilhões, garantindo o superávit de 2003. No entanto, deixa-se de esclarecer que segundo a lógica mundializada do mercado, no mesmo ano em que houve este superávit com produtos da pauta de exportação⁷⁷, teve que importar para atender a demanda interna de arroz, algodão e milho, além de evidentemente, do trigo e do leite, alimentos básicos da dieta alimentar do trabalhador brasileiro. Sob o comando das leis do mercado mundial, o agronegócio avança para os países

⁷⁵ O zoneamento econômico e agroecológico teve início durante o governo Fernando Henrique Cardoso e está sendo implementado pela EMBRAPA com o intuito de planejar o uso do território para a agricultura principalmente de acordo com as condições naturais específicas de cada lugar.

⁷⁶ Palestra na sede do Incra em São Paulo no dia 29/05/2005.

⁷⁷ Complexo soja, carne bovina, café, açúcar e álcool, madeira e suas obras, suco de frutas, algodão, fibras têxteis vegetais, milho, trigo, couro, calçados, fumo, tabaco, frutas, hortaliças e preparações; cereais; farinhas e preparações; pescados e cacau e suas preparações (Oliveira 2003).

onde pode-se pagar mais, importando-se pouco com a economia nacional e a necessidades de segurança alimentar do país (Oliveira A.U., 2003).

A adoção de novos índices e a discussão dos parâmetros para a desapropriação aflige o agronegócio, que ainda segue os índices da década de 70. O discurso deles é pelo agronegócio como uma vocação, um dogma da produtividade, mas que não deve ser cobrado quanto aos seus verdadeiros resultados. Neste aspecto, o agronegócio, viabilizado pela agricultura extensiva e latifundiária, continua sendo prioridade, tanto das políticas internas quanto das políticas externas do país, na medida em que a agricultura para exportação pautou as discussões do governo em 2003 em fóruns como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Alca.

Um dos grandes problemas na execução política do plano hoje é a existência de várias instâncias que são responsáveis pela política agrária, mas não dialogam, ou não têm coordenação são elas: O MDA, MAPA, as Secretarias de Desenvolvimento Territoriais e o INCRA (Leite 2005).⁷⁸

Para Carvalho (2003) a proposta, assim como aconteceu a 20 anos atrás com o I PNRA, foi abortada pelas pressões políticas das classes dominantes dentro do próprio poder executivo. A reforma agrária ainda vem sendo uma política compensatória e as ações continuam a reboque dos movimentos sociais sendo somente 4% que não seguiu este padrão (Leite, 2005).

Como o aumento do preço de terra devido à valorização de alguns produtos agrícolas, a política orçamentária também tem sido um entrave para o cumprimento da reforma agrária mantendo uma liberação desigual de verbas, o que tem limitado a continuidade de certos projetos, deixando-os à mercê de uma nova liberação de verbas para continuar os trabalhos, o que no caso da agricultura se torna fatal, já que depende de épocas específicas para se realizar o plantio (Ferreira 2005)⁷⁹.

A obtenção de terras para assentamentos continua sendo feita da mesma forma que no governo FHC, um negócio de aquisição de terras, mesmo a revelia dos movimentos sociais. Pouco se avançou no que consiste às mudanças necessárias na legislação para que a desapropriação por interesse social tivesse um caráter de interesse público, e portanto,

⁷⁸ Palestra na sede do Incra em São Paulo no dia 29/05/2005

⁷⁹ Palestra na sede do Incra em São Paulo no dia 29/05/2005. Um outro fator importante é compreender que o valor anunciado pelo governo geralmente indica o contingenciado e não o valor exato do que vai ser liberado.

eliminasse os quesitos relacionados ao pagamento de terras improdutivas, em situação ilegal a preço de mercado (Carvalho, 2005).

Na dinâmica desta luta de classes pela apropriação do espaço rural, insere-se a ação organizada dos trabalhadores rurais sem-terra pela reforma agrária reivindicando-a pela prática das ocupações. No gráfico a seguir observa-se a evolução do número de ocupações realizadas a cada ano no Brasil e se comparadas ao gráfico seguinte, indicando o número de famílias assentadas, observa-se que é mantido a quase a mesma configuração do gráfico de ocupações.

Com isso, nota-se que a reforma agrária, continua como política compensatória a reboque da ação dos movimentos sociais que pressionam o governo com suas ocupações questionando a manutenção dos latifúndios⁸⁰.

Para compreender melhor a luta pela terra, escolheu-se analisar um movimento social de destaque na atualidade, o MST, para isso apresenta-se primeiramente, a sua origem histórica na Igreja Católica pela ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), próximo tópico a ser tratado.

⁸⁰ Ver mapa 1.1.

Gráfico 1.2

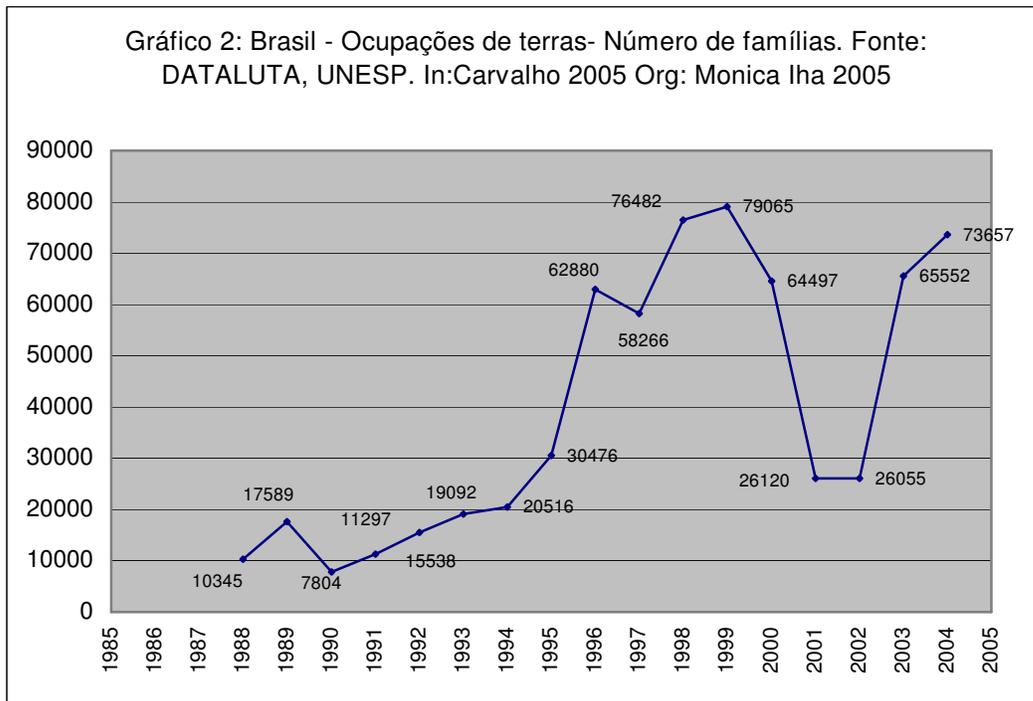
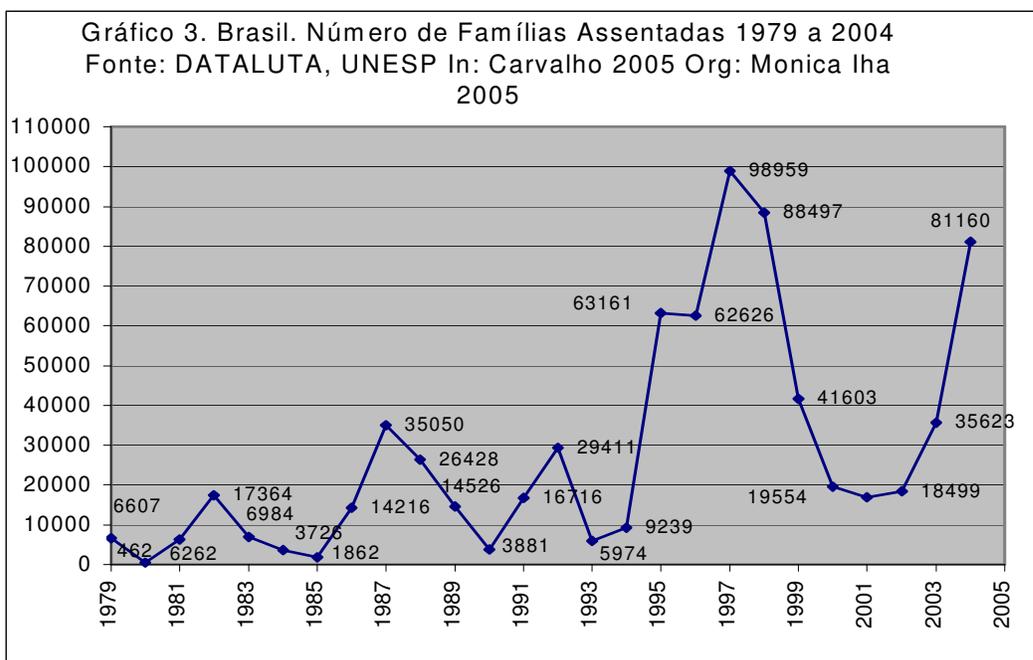


Gráfico 1.3



1.2.1 As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)

Com o processo de modernização da sociedade, as igrejas passaram a se defrontar com novas situações: a complexa divisão do trabalho, a fragmentação dos papéis sociais, o desenraizamento das massas, a atomização da existência, o desencantamento do mundo, a monetarização das relações, a perda do sentimento de solidariedade, o avanço da racionalidade das instituições e o desapego as relações tipo primário, especialmente as referidas à família e à religião. Estes desafios colocaram-se como verdadeiros paradoxos para o cristianismo que havia prosperado a partir da vida em pequenas comunidades e teve que se adaptar à grande sociedade urbana para continuar existindo, combatendo o comportamento massificado e preparando os requisitos cristãos para a modernidade (Doimo, 1996, p. 91).

Foi diante de contextos históricos favoráveis que a Igreja Católica encontrou condições para fazer os ajustamentos necessários de seus valores à nova época. Depois da eclosão dos movimentos estudantis de 1966 a 1968, sobretudo os de 1968 na Tchecoslováquia, França, EUA, Alemanha, desconfiando de suas próprias realizações históricas, houve revalorização de alguma coisa que a Igreja se considerava portadora: a pessoa.

Na encíclica *Mater et Magistra*, elaborada em 1961 pelo Papa João XXIII, visando o Concílio do Vaticano II do ano seguinte, consta no parágrafo 256: “está inteiramente nos planos de Deus que o homem se desenvolva e se aperfeiçoe pelo trabalho cotidiano (...) e nos negócios temporais”(p. 90 op. cit). O cotidiano e as relações pessoais se tornam então eixos fundamentais para reprodução da institucionalidade da Igreja.

Para colocar em prática o projeto de divulgação de novas concepções na Igreja, aumentam os encontros e conferências para o debate de temas, como: migração, industrialização, pobreza, marginalização na América Latina. O projeto modernizante da igreja oficial ganhou força com a criação da linha 6 da CNBB, voltada para o social e formalizado no segundo e terceiro planos bienais das pastorais (1973-74 e 1975-76). Surge uma igreja popular, destacando-se em especial a Teologia da Libertação. Uma espécie de teologia do desenvolvimento, voltada para a organização autônoma da sociedade civil, um popular desenvolvimentismo, abandonando a antiga concepção centrada no Estado nação (Op. cit. p.82).

No mesmo momento que surge a Teologia da Libertação iniciam-se a ação das CEB's, na década de 60, em pleno regime militar. As CEB's, surgem enquanto um espaço da Igreja Católica utilizado para encontros de formação política dos trabalhadores rurais. No princípio, os setores mais conservadores da Igreja – majoritários – estavam a favor do golpe militar, apoiando a queda do governo de João Goulart. Gradativamente, os setores mais progressistas foram se fortalecendo, ampliando a popularidade e a expansão da Igreja Católica entre os pobres da América Latina.

Como uma das poucas instituições presentes em todo território nacional que escapava do controle do Estado, a Igreja, foi capaz de reconhecer as principais lacunas em relação às condições sociais necessárias para que pudesse se manter na vida da população. É com isso que favorece as ações, na organização de uma oposição política que se contrapunha ao Estado autoritário.

Um marco desta mudança sócio-política da Igreja, foi a declaração feita na Conferência de Medellín na Colômbia, anunciando a necessidade de uma reflexão teológica sobre o sentido da luta contra a injustiça.

Com o objetivo de implementar esta prática no Brasil, em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que passou a realizar trabalhos em paróquias das periferias das grandes cidades, e com as comunidades rurais, contribuindo na organização política dos trabalhadores e afirmando um novo espaço de atuação da Igreja.

Neste novo papel⁸¹, a igreja incorpora - em sua pedagogia, nos rituais e trabalhos na comunidade - a cultura, o interesse, a vontade e o conhecimento para refletir a história e evidentemente a realidade econômica deste povo. Esta iniciativa favorecia por fim, também uma aproximação com os mais pobres, setor no qual a Igreja Católica estava perdendo força.

⁸¹ “Ninguém nega a religiosidade do povo brasileiro. Alguns até diriam que este é o único modo que encontram de enfrentar uma realidade nada agradável, de violência, miséria, abandono. Na ocupação de nosso território já se delineava este perfil, através da ação de jesuítas. Depois deste momento, vários foram os papéis que a Igreja Católica como instituição exerceu em nossa história. Legitimadora da escravidão do negro; subordinada no padroado aos desmandos do poder moderador; oposição ao império no amanhecer republicano. Tamanha foi a sua presença que aqui tornou-se conhecida a expressão ‘catolicismo popular’, ou ainda ‘religiosidade popular’, indicando justamente a apropriação dos elementos da religião católica pelas camadas mais humildes do povo brasileiro” (Machado, Vitor Barletta, 2003).

O espírito de igualdade nas CEB's afirmava-se na concepção de que todos são parte do "Povo de Deus"⁸². A partir deste princípio de igualdade as pessoas eram convidadas a participar dos ritos. Os sacerdotes estimulavam a participação dos leigos, abrindo a palavra em determinados momentos da missa. A leitura do evangelho estava associada à realidade da luta da comunidade. Por exemplo, durante os estudos bíblicos, no caso do sem-terra expropriado, faziam analogias entre o êxodo do povo hebreu e a migração dos trabalhadores rurais.

Assim, no final da década de sessenta começam a surgir as primeiras ocupações organizadas pela igreja, militantes de esquerda, partidos e o novo sindicalismo em ascensão. A luta pela terra transformou-se em interesse político na bandeira de partidos, sindicatos, além de assunto de interesse da Igreja. Muitas destas instituições, fundamentadas no socialismo da revolução cubana vislumbraram no campo brasileiro a possibilidade de uma revolução.

⁸² A conjuntura de supressão da participação popular fez com que o povo buscasse nas CEB's um lugar para se organizar contra a ditadura.

1.2.2 A Origem do MST

A luta pela terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez das CEB's, espaço de socialização da política, apoiando a organização da luta dos trabalhadores rurais em todo o país (Fernandes, B.M.,1996). Nesta fase inicial, a CPT ajuda na organização das primeiras ocupações objetivando ações não violentas.

Foi a CPT a mediadora entre os sem-terra de diferentes Estados, que realizavam reuniões para discutir a reforma agrária e trocar experiências sobre a luta: posse, despejo, ocupação e acampamento. Em 1982 ocorre o primeiro encontro preparatório regional no Sul do País, na cidade de Medianeira – PR reunindo cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (Fernandes, B.M., 1996 p.75).

A história das ocupações, que resultaram em assentamentos tornou-se um estímulo à luta pela terra. A ocupação em Ronda Alta – RS, em setembro de 1979, das glebas de Macali e Brilhante torna-se um marco principalmente por ter originado o acampamento, Encruzilhada do Natalino, símbolo da fundação do MST. Em São Paulo o MST originou-se da luta dos posseiros da fazenda Primavera, em Andradina, do movimento dos sem-terra de Sumaré e do movimento do sem-terra do Oeste do Estado. No Paraná⁸³, destacam-se as experiências do MASTRO⁸⁴ que favoreceu a formação de outros movimentos regionalizados: o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte (MASTEN), do Sudoeste (MASTES), do Centro-Oeste (MASTRECO) e do Litoral (MASTEL). Em Santa Catarina é lembrada a ocupação da Fazenda Burro Branco na cidade de Campo Êre.

Estas foram algumas das ocupações e conquistas que deram origem ao MST. Como se pode notar, as lutas ocorrem em momentos muito próximos, quando não simultâneos, mas têm origens diversas em lugares diferentes. O MST, desta forma, nasce no Sul e no Sudeste tendo uma maior atuação nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, no estado de São Paulo, destaca-se a região do Pontal do Paranapanema.

⁸³ É importante lembrar que a luta pela terra esteve sempre muito presente na história do país muito antes da formação do MST. No Paraná, destacam-se as lutas de Porecatú (norte) em 1950 e a revolta dos Posseiros do Sudoeste em 1957 (Martins, 1985).

⁸⁴ Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná e que teve seu embrião no Movimento Justiça e Terra, organizado pela CPT, principalmente com os agricultores expropriados pela construção da usina de Itaipú.

Com a redemocratização ocorrida a partir de 1985, o movimento inicia uma prática de confronto, adquirindo autonomia em relação às decisões da Igreja que assumia cada vez mais o papel de auxiliar. Neste período o movimento torna-se organização⁸⁵ constituindo sede em São Paulo (Navarro, 2002). As reivindicações, antes feitas ao Governo Federal, passaram a se direcionar também para o Governo do Estado por três motivos: primeiro, em virtudes dos entraves nas negociações com as classes dominantes; segundo, pelo reconhecimento da existência de terras devolutas da União sob controle do Estado; e, terceiro, percebeu-se que as medidas de desapropriação dificilmente seriam postas em prática sem o apoio dos Governos Estaduais.

Neste período, o movimento começou a colher resultados, originando alguns assentamentos. Essa conquista (no governo José Sarney) favoreceu a ação do movimento na chamada frente de massas⁸⁶ intensificando as ocupações e os acampamentos, o que resultou em um número cada vez maior de assentamentos⁸⁷. No ano de 1994 o movimento consolida sua atuação no Pontal do Paranapanema conquistando áreas devolutas do Estado de São Paulo.

O crescimento da força política do movimento dos sem-terra teve grande repercussão nos meios de comunicação tornando-se um interlocutor importante na questão agrária nesse Estado.

O crescimento do movimento sem-terra nos últimos anos vem atraindo não só trabalhadores rurais que migraram para as cidades, como também operários urbanos e desempregados rurais e urbanos.

Para explicar mais sobre a política de formação de base do Movimento Sem-Terra, foi ouvido em 2000 um membro da direção do Movimento Sem-Terra do Estado de São Paulo, João Paulo. Seus pais foram assentados em Andradina, num dos primeiros assentamentos do MST no Estado. Segue o relato de João Paulo sobre sua militância no MST.

“Eu vim em novembro 1999 para cá. (sede do MST em São Paulo) e morei em Guarulhos, numa favela chamada Ponte Grande. E fiz toda a minha militância para levar pessoas pra roça... Foi na cidade de Guarulhos. Eu me enfiei lá. Imagina um camponês... Sempre morei na roça... Ir morar numa favela em Guarulhos passa a ser extremamente complicado. Lá fui conversar com os moradores, entregar panfleto... Ir ao sindicato para ajudar, marcar a reunião das ocupações, têm todo um trabalho significativo.”

⁸⁵ “Trata-se na verdade, de um movimento social organizado, onde a organização não é um fim em si, mas nasceu da necessidade da luta e dela depende, sendo, portanto, flexível” (Oliveira, 2001).

⁸⁶ A frente de massa consiste no trabalho de “recrutamento” de pessoas interessadas na luta pela terra, que ocorre em centros urbanos e rurais.

⁸⁷ Ver gráfico 1.2.

Na fala seguinte João Paulo revela com simplicidade a estratégia geopolítica de atuação do movimento nas cidades.

“Por exemplo: Eu quero fazer a ocupação aqui, e o meu raio de fazer o trabalho de base é aqui (faz um desenho e circula a cidade), então têm 100 km aqui e 100 aqui (raio ao redor da cidade, mostra no desenho). Eu vou mapear as principais cidades aqui e vou distribuir um número x de militantes que vão para essas cidades trabalhar no trabalho de base.

Chegando nessa cidade a primeira tarefa de cada um é conversar com a igreja, e ver em que a igreja pode dar apoio no trabalho de base. Ajudar do ponto de vista de ceder infraestrutura, casa da igreja para os militantes morar; alimentação; dizer em qual lugar que têm camponeses, quem quer ir para terra. Visitar todos os sindicatos desde dos trabalhadores rurais, até sindicatos da construção civil; partidos de esquerda que tiver lá; centro ecumênico; e por outro com organizações comunicáveis, que é lá no bairro: associação de bairro, movimento sem teto, associação de jovens, pastoral da juventude do bairro lá da... Capixinguinha da Serra. Então é assim, é a questão do mapeamento no Movimento o Sem-terra. E aí com outros grupos de pessoas, né. Os homens de rádio comunitária, de rádio que abre espaço... Um jornal. E achar outros amigos do MST que possam ajudar no trabalho de convencimento e conscientização deste povo, e assim por diante.

Chegando nas tais cidades, nós trabalhamos com elementos de conversar com eles (...) Quem vai lá junto comigo é o presidente do Sindicato, é o presidente da associação de bairro, que conhece o cara: "- Ô seu Zé, vem cá no carro temos uma conversa a fazer com você sobre a reforma agrária, tá aqui os meninos do MST que querem conversar com você, vamos lá ..." Ou através de panfleto, o sindicato contando: "O sindicatos e os moradores da cidade tal convidam vocês, para vim participar de um ato inédito da luta pela terra". Feito o primeiro contato, aí é com nós marcando a primeira reunião nós vamos lá, marcamos a segunda reunião com esse povo, que quer discutir qual é o objetivo da nossa conversa. Levamos um vídeo para passar para ele, para dizer o que nós estamos pensando. A segunda conversa marcada... Eles por si próprio têm a tarefa de convidar outros: "Olha rapaz o meu compadre é doido para lavar uma terrinha e vou convidar ele para vim!".

A presença nessas reuniões varia de 15 a 200 pessoas. Na porta do Centro de Formação do MST em São Paulo, os militantes organizam uma espécie de guichê orientando e preenchendo fichas que chamam de “cadastro para reforma agrária”. Num grande salão organizam uma sala de espera para umas vinte pessoas, e uma sala de reunião para os cursos de formação. A sala de espera tem as cadeiras enfileiradas, as pessoas recebem uma senha e aguardam a sua vez. Na reunião é formado um círculo, onde um militante explica quais são as regras do acampamento, abrindo espaço para questionamentos e dúvidas sobre a luta pela terra do MST.

João Paulo exemplifica como se dá a conversa com as pessoas:

“Nesse processo de convencer, você já tem que ir conscientizando para dar uma formação política. Dizer: olha, você vai sair do meio e vai ser um lutador! Vai fazer oposição ao governo e vai ter que brigar contra ele. Esse processo do convencimento para levar o excluído para a terra, está muito ligado a uma perspectiva de conscientizar da necessidade de se fazer um reforma agrária.”

Em São Paulo, esta articulação campo-cidade, partindo do MST⁸⁸ para o movimento de moradia deu origem ao MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em 1994. Esta aliança foi articulada juntamente com grupos da Igreja Católica e da Consulta Popular⁸⁹ com o objetivo de apresentar propostas conjuntas de organização popular unindo-se as problemáticas do campo e da cidade. Este movimento realizou grandes ocupações em áreas públicas e trouxe para o centro do debate a propriedade ociosa dentro dos centros urbanos⁹⁰.

Mas, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994/2002) que o MST promoveu suas maiores ocupações, longas marchas, grandes acampamentos e protestos. O movimento passa a conquistar terras em diversas áreas, favorecendo sua organização no Estado de São Paulo.

O surgimento dos assentamentos ainda, na década de 80, trouxe novas preocupações, nova propostas, parcerias, projetos que deram origem à “escola do MST” e ao estabelecimento de cursos profissionalizantes.

A formação da escola nacional do MST teve como preocupação a criação de novos quadros para o MST, novas lideranças capazes de atuar na defesa dos princípios éticos e defender as propostas da organização. Nessa escola formou-se uma geração de jovens, filhos de assentados de vários Estados do Brasil, que passaram a constituir uma segunda geração de militantes do MST.

⁸⁸ Como explica Octavio Ianni (1983) em seu estudo sobre as origens agrárias do Estado brasileiro: “Todos os principais aspectos da questão agrária revelam que, assim como a cidade vai ao campo, o campo vai à cidade. O caminho de ida é sempre o caminho de volta: revolta.” (p. 253)

⁸⁹ A consulta popular é um grupo que tem origem em 1997 em Itaici, reunindo intelectuais de esquerda representantes de movimentos sociais da cidade e do campo, e pessoas que tem o interesse comum em formular uma rede de militância capaz de construir um projeto alternativo de Brasil, solidário com o povo e enraizada na base da sociedade. (Benjamim e outros, 1998)

⁹⁰ No ano de 2001 ficou muito conhecida a ocupação Anita Garibaldi, na periferia de Guarulhos (SP).

1.2.3 Organização do MST

O MST possui dentro de si vários movimentos, agrupa diferentes classes sociais e por isso abriga diferentes tipos de atuação e uma variedade de aspectos e escalas de ação. Na sua formação há agricultores já assentados, que conseguiram através do movimento social realizar a conquista da terra e preocupam-se em atuar no Movimento Sem-terra⁹¹. Há o movimento feito pelos militantes de esquerda⁹² que atuam nas secretarias nacionais, estaduais, direção nacional e coordenação, auxiliam a organização de encontros e congressos e são responsáveis por articular informações em nível nacional, estadual e regional.

Devido a esta diversidade existente na origem de seus integrantes, não se pode caracterizar o MST como um movimento que tem o projeto de vida camponês como determinante e único. Há diversos projetos de vida presentes no MST, são novas perspectivas que se abrem para aqueles que o integram, como é o caso do trabalho dos militantes.

A atividade da militância torna-se para muitos jovens um ideal de vida, uma forma de poder colaborar com a família e ao mesmo tempo poder ter acesso a experiências de vida diferentes do assentamento.

Há também os trabalhos gerados pela cadeia produtiva, um exemplo disso são as demandas geradas pelas cooperativas agrícolas, que necessitam de outros profissionais como: secretárias, vendedores, motoristas e contadores, dentre outros.

No período de 1985 / 1990 o movimento torna-se uma organização nacional na análise de Gohn (2000), que entende tratar-se de “(...) uma nova fase do movimento social, atuando como uma organização e movimento”. Oliveira (2001) concorda, sendo mais enfático, entretanto: “trata-se na verdade, de um movimento social organizado, onde a organização não é um fim em si, mas nasceu da necessidade da luta e dela depende, sendo, portanto, flexível”.

Para dar condições de participação aos trabalhadores formam-se algumas instâncias de representação. Como coloca Fernandes (2000): “a luta pela terra é uma luta de resistência e no seu desenvolvimento, desde os trabalhos de base até depois da conquista das terras desdobram-se outras lutas.”(p.222)

⁹¹ Uma relação que revela a solidariedade do mundo rural, uma espécie de gratidão daqueles que não tinham nada e que hoje, pela ajuda do MST, conseguiram a sua terra e por isso participam do movimento.

Por isso, procurando conquistar direitos em vários âmbitos e inserir o trabalhador rural no processo de politização, o MST foi organizado em setores e coletivos, destacando-se o apoio de uma articulação de pesquisadores, um setor de relações internacionais, além de contar com o Sistema Agrícola dos Assentados (SCA) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA).⁹³

Os setores e coletivos são organizados em acampamentos, assentamentos, e em nível estadual, regional e nacional, consistem em: comunicação, finanças, projetos, saúde, educação, coletivos de mulheres e de cultura. O MST nacional e estadual conta com um setor de direitos humanos, organizado na década de 1990, sendo formado por advogados que atuam em defesa dos trabalhadores.

Quando o MST completou 20 anos deixou de ser um movimento para tornar-se uma organização, presente em 23 estados da federação. Sua presença ocorre através de diferentes frentes de atuação e com os mais diversos sujeitos: acampamentos, assentamentos, escolas, secretarias, cooperativas, e unidades agro-industriais que possuem máquinas, veículos e implementos. Um outro fator de destaque são as características locais, que fazem com que cada MST tenha aspectos diferentes segundo as determinantes culturais locais, fato que determinou a expansão de sua organização em várias partes do país. Desta forma, observa-se que há uma diversidade de agentes e os mais diversos âmbitos de atuação que interagem entre si.

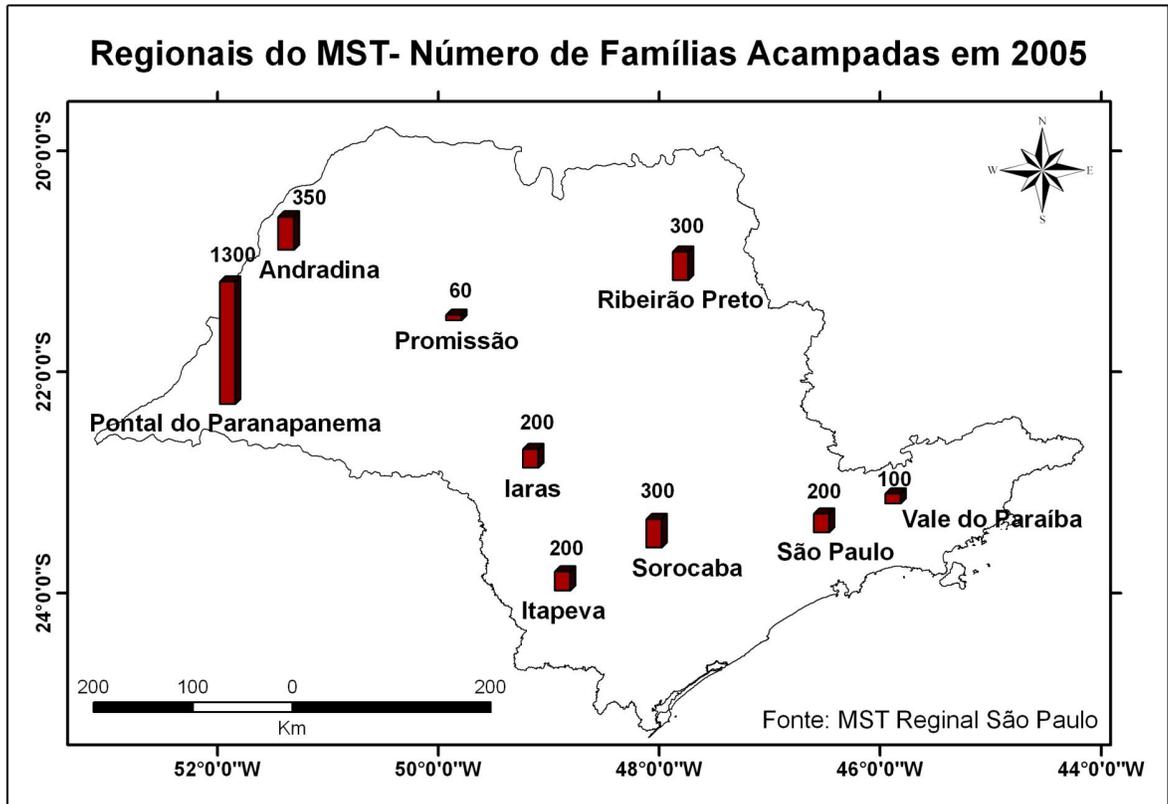
As instâncias de decisão revelam o lado da organização mais hierárquico, composto por representantes de forte caráter político e repercussão na mídia⁹⁴. As instâncias se dividem da seguinte forma: Congresso e Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação e Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos e Acampamentos.

⁹² Cujas origens sociais são diversas, compondo-se de jovens estudantes, universitários, profissionais liberais e que de algum modo vislumbram na luta pela terra valores importantes.

⁹³ Para compreender de forma mais detalhada este processo ver Fernandes (2000).

⁹⁴ Neste sentido, em São Paulo, um líder que ficou muito conhecido neste período foi José Rainha.

Mapa 1.2



Legenda:

Cidades que compõe as regionais do MST:

- 1-**Ribeirão Preto** - Franca, Restinga, Araraquara, Ribeirão Preto
- 2-**Vale do Paraíba** - Jacareí, Biritiba Mirim, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté
- 3-**Pontal do Paranapanema** Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Regente Feijó, Taciba, Narandiba, Anhumas, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Teodoro Sampaio, Álvares Machado, Tarabaí, Presidente Venceslau, Piquerobi, Santo Anastácio, Emilianópolis, Santo Expedito, Presidente Prudente, Caiabu, Inadiana, Caiuá, Rosana, Euclides da Cunha, Marabá Paulista
- 4-**Promissão** - Birigui, Buritana, Coroados, Penápolis, Anhandava, Promissão, Guaiçara, Lins, Cafelândia, Guarantã, Pirajuí, Presidente Alves
- 5- **Itapeva** - Itapeva, Itaberá
- 6-**Andradina** - Ilha Solteira, Itapura, Castilho, Andradina, Murutinga do Sul, Guaraçaí, Mirandópolis Pereira Barreto
- 7-**Iaras** - Bauru, Piratininga, Agudos, Lençóis Paulistas, Borebi, Iaras, Avaré, Santa Cruz do Rio Pardo, Águas de Santa Bárbara, Cerqueira César
- 8- **Sorocaba** - Itapetininga, Tatuí, Porto Feliz
- 9- **Grande São Paulo** - Grande São Paulo, São Bernardo do Campo

1.2.4 Reflexões sobre a estratégia Geopolítica do MST

Nesta parte do trabalho pretende-se mostrar a estrutura organizativa do MST no Estado de São Paulo para chegar ao esclarecimento das seguintes questões: o papel dos assentamentos na organização do MST e como o mecanismo de formação de lideranças acabou privilegiando algumas localidades em detrimento de outras, assim como a democracia dentro do movimento.

A divisão do MST no Estado de São Paulo é decorrente da formação dos primeiros assentamentos conquistados e também pelo interesse do movimento em revelar a existência de terras griladas⁹⁵ possíveis de serem ocupadas por projetos de reforma agrária. Atualmente são oito regionais: Andradina, Promissão, Ribeirão Preto, Pontal do Paranapanema, Iaras, Itapeva, Sorocaba, e Vale do Paraíba.⁹⁶

O espaço do assentamento torna-se uma base de apoio e segurança para atuação do movimento, constituindo um “território do movimento social”. A conquista do espaço do assentamento constituirá uma espécie de “base” territorial do MST, para apoiar a luta pela terra.

Há muitos casos em que acampamentos despejados na beira da estrada, ameaçados de despejos pedem ao assentamento uma área segura, em que possam ficar até a organização de uma nova ocupação. Nesses momentos, o assentamento torna-se uma espécie de refúgio, em que o acampado é autorizado a ficar, sem sofrer ameaça, além de contar com a solidariedade dos assentados no fornecimento de água e alimentos.

⁹⁵ Ou que tenha qualquer tipo de irregularidade definida como infrações à constituição no que consiste ao uso da terra (site do MST, 2005).

⁹⁶ Ver Mapa 1.2.

Entre a cidade e o campo

No discurso que o movimento faz em seus trabalhos de formação de novos quadros, referindo-se à vida nas cidades como “lugar” onde há o desemprego, a miséria e a violência, reforçam a idéia da cidade como periferia, como “rua”.

Neste processo pode-se identificar uma espécie de segregação socioespacial, quando o MST apresenta o rural como “única” alternativa para um seguimento social que se manteve em ciclos sucessivos de exclusão, o que de alguma forma, reforça o caráter “marginal” do espaço rural, como um lugar onde não é preciso muito para se viver, como é dito no relato de muitos sem-terra acampados.

O depoimento da acampada Farlete destaca aspectos da sua experiência numa vida urbana e as dificuldades encontradas no campo na situação de acampada:

“Vim de Campinas, tenho 16 anos e uma filha (mostra bebê ao lado). Primeiro quem veio foi o meu marido Luiz, eu vim depois. Ele têm 23 anos e trabalhava de operador de máquinas, foi ele que conheceu o movimento. Neste acampamento (Nova Canudos) estou a 11 meses.

Antes de ir para cidade minha família morava em Porangatu, Goiás. Minha mãe sempre foi da roça, meu pai era índio.

O que foi mais difícil nos acampamento foram as mudanças, sempre estava chovendo. Quando mudamos para Esperança, chegamos com tudo molhado, comida, lenha, não teve janta tivemos que esperar o dia seguinte para comer.

Não gosto muito da cidade, me sinto mal. Na cidade não têm descobrimento, não é como aqui que sempre saímos para a floresta e achamos algo novo. Na cidade todo dia é a mesma rotina, enjoa.

Aqui também têm rotina, mas é diferente têm que carregar água, lenha, e de vez em quando, a gente vai pescar. Na cidade é tudo burguesia. Quando se quer fazer suco é só bater, quando se quer lavar roupa é só jogar na máquina.

Penso em ter uma casa na cidade, para ir de vez em quando passear, tomar alguma coisa, tomar refrigerante. Na cidade a gente não ganha nada só o salário, a gente trabalha para comer, pagar as contas. Aqui você trabalha, mas não paga a conta. Na cidade a gente quer comprar tudo que vêm vender.

Aqui temos muitas dificuldades. Se tenho que comprar um remédio, não posso, tenho que pedir. A iluminação do barraco é de óleo diesel, a caatinga do óleo queimado faz mal. Há dificuldade para lavar roupa. Aqui tudo foi difícil. Antes a minha mãe ajudava. Meu marido dormia de dia e trabalhava a noite.

A gente quer dar algo melhor para nossos filhos, agora ele não precisa de nada, é só um bebê. Mas pensando que depois, a gente ficando aqui ele vai ter tudo, compensa. Ele não vai nem saber o que a gente sofreu. Por mim viveria na cidade, mas por ele (bebê) vai ser melhor, agora ele não sabe de nada, não sofre humilhação nenhuma, não entende mesmo, não vai passar por humilhação nem preconceito por ser sem-terra.”



Foto 1.1- Farlete e seu filho

Na verdade, o que ocorre é que o rural ocupado pelo sem-terra geralmente caracteriza-se como lugar em que não se dispõe de condições materiais para se viver, e talvez por isso ainda se faz acessível para o sem-terra. Com a chegada de infra-estrutura, a vida começa a “exigir” mais. Como relata uma assentada do Zumbi dos Palmares⁹⁷ queixando-se do preço da energia elétrica que chega a cerca de R\$120,00 mensais para uma casa onde tem uma geladeira, TV, ferro de passar roupa e chuveiro elétrico, utilizados por 4 moradores: trata-se de um valor muito alto para o poder aquisitivo do assentado.

Como esclarece Wanderley (2002), em seu estudo sobre identidade no assentamento Pitanga⁹⁸ em Pernambuco, a imagem tanto da cidade como do rural oferece vantagens e desvantagem, e conclui:

“O ideal seria poder conciliar as vantagens das duas situações, mas parece lhes evidente que nem todos podem usufruir das oportunidades oferecidas pela vida urbana, para o que seria necessário dispor de níveis de renda e sobretudo escolarização compatíveis.” (p.67)

É assim que muitos acampados comparam as diferentes dificuldades vividas e idealizam no futuro o espaço rural como um lugar melhor, pois mais livre da opressão presente no espaço da cidade, onde existe a exigência cada vez maior de conhecimento formal, da alfabetização a qual não tiveram acesso. Estar livre desta opressão presente no trabalho urbano regido por leis,

⁹⁷ O assentamento Zumbi dos Palmares II está localizado no município de Iaras-SP.

⁹⁸ Os assentamentos estudados estão localizados no Município de Abreu e Lima e Igarassú, na Região Metropolitana de Recife.

que muitas vezes desconhecem, é o verdadeiro sonho de muitos migrantes que estão no MST hoje e que tem a sua trajetória de vida marcada pela trajetória campo-cidade-campo.

Contraditoriamente, é pela crise do modelo capitalista de desenvolvimento que se tornam desempregados, e idealizam no campo uma condição de vida melhor e por isso ingressam no movimento dos trabalhadores rurais, como uma tentativa de retorno ao campo pela via da reforma agrária, ideal que os unem em torno do MST.

As escalas de poder e os acampamentos

Nos acampamentos, que serão alvo de análise neste estudo, há uma dependência à organização do MST, já que o acampado está presente naquele lugar por intermédio dos militantes do MST. Esta legitimidade da ação do movimento é aceita pela sua base como uma condição para se chegar à terra. O trabalhador interpreta o MST como uma espécie de “guia”, que oferece uma alternativa de vida melhor. O MST, em seu ideal socialista interpreta a visão do sem-terra que deseja a posse da terra para sua família como algo individualista, tentando conscientizá-lo para a necessidade de organizações coletivas. “*O trabalhador escolhe o MST porque não consegue outra alternativa*”, este é o argumento destacado de ambos os lados, trabalhador e lideranças, e que reforça a ação do movimento social.

Esta instância – o acampamento – fundamental etapa da luta pela terra, contém relações que formam o seu conjunto, tentam transpor a desigualdade, buscando o direito à terra. Ao mesmo tempo, a espera no acampamento consiste em um tempo de sujeição, de confronto com as leis, perda de muitos valores morais e simbólicos, além da tentativa de criação de novos valores.

Tendo como ponto de partida as populações de acampamento, torna-se relevante pensar em: “como esta torna-se alvo de disputas políticas de mais diversos agentes?”. Neste contexto relativamente novo, desconhecemos as práticas sociais que ocorrem neste espaço, e as reais dificuldades de implantação dos ideais do MST.

A divisão representativa do MST em Direção Nacional, Coordenação e Direção Estaduais, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos e Acampamentos tenta operacionalizar uma estrutura de participação democrática. No caso estudado da região de Iaras, tal divisão apresenta-se de forma problemática, sendo geradora de contendas, pela existência de

interesses divergentes de diferentes grupos no mesmo núcleo de acampamentos e pela difícil negociação de interesses entre os grupos de acampados e de assentados.

O acesso à informação, restrito e mediado pelo representante regional, fica sujeito às decisões tomadas pelas instâncias superiores de representatividade do movimento. Esta autoridade atribuída à coordenação regional é recebida como um excesso de poder ao qual ficam submetidos os acampados - já que este líder é o responsável para representá-los nas reuniões com instâncias nacionais e estaduais do MST a junto aos órgãos governamentais responsáveis pela reforma agrária. Nestas reuniões, definem-se os rumos da comunidade, quanto ao apoio externo, e às possibilidades de assentamento, o que tem sido alvo de disputas de poder nos assentamentos e acampamentos.

No capítulo 3 será detalhado as relações existentes nos acampamentos além das diversas instâncias envolvidas no controle deste espaço.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZANDO A “TERRA PROMETIDA”

A parte do território requisitado para a reforma agrária, é a instância política com a qual o movimento social interage e se articula. As características da realidade agrária: estrutura fundiária e uso das terras relaciona-se com a definição do “locus” dos acampamentos do MST.

O ponto de partida da análise neste capítulo, é a história fundiária do Núcleo de Colonização Monção, uma grande área comprada pela União no início do século XX e que hoje abrange parte dos seguintes municípios: Iaras, Borebi, Agudos, Águas de Santa Bárbara e Lençóis Paulista.

O Núcleo Colonial Monção revela além de um grande latifúndio, crimes cometidos pelo próprio Estado contra o patrimônio público: o abandono e o descaso na fiscalização do uso das terras públicas no meio rural, deixando-as suscetíveis a grilagem.

O município em que se encontram o sem-terra, é uma escala territorial importante na reivindicação da reforma agrária. Neste estudo de caso, a relação do sem-terra é com o município de Iaras, é marcada pela presença do assentamento Zumbi dos Palmares e uma concentração de acampamentos. Por isso, destaca-se a origem da cidade de Iaras alguns aspectos que a caracterizam. É nessa cidade que atuam os assentados e acampados do MST, buscando o reconhecimento de direitos de cidadania, o acesso aos serviços públicos básicos, a educação, atendimento médico, dentre outros.

A ocupação das terras nesta região é explicada segundo o plano de desenvolvimento, do período militar que previa a utilização da área para a exploração de florestas artificiais, ou reflorestamento. Devido aos incentivos governamentais e expansão econômica do setor principalmente para produção de papel e celulose, o cultivo ganha grandes extensões de terra reproduzindo uma estrutura fundiária concentrada. Com isso, encerra-se este capítulo caracterizando alguns aspectos do processo de exploração econômica desta cultura e suas implicações.

2.1 Núcleo Colonial Monção, uma longa história

O Núcleo de Colonização Monção representa uma tentativa do Estado de controlar o uso das terras na região e, portanto, o início da institucionalização da propriedade rural através de um planejamento, para atrair imigrantes dispostos a ocupar as terras e destina-las para a agricultura.

A descrição de Dean (1996) caracteriza as condições oferecidas para os colonos:

“Quase todas as colônias de imigrantes do fim do século XIX e do começo do século XX - pequenos povoados heróicos e pobres, abandonados a sua sorte estavam situados nos climas mais problemáticos da floresta, no extremo mais distante dos transportes, sendo a sua função a de avançar o domínio neo-europeu para regiões onde nenhum fazendeiro brasileiro sensato se arriscaria.”(p.231)

De fato, as terras do Núcleo se situavam em uma região isolada do eixo econômico, e que pertencia até o século XIX, aos índios Caiuwas. As condições eram pouco favoráveis à agricultura dominante na época pela cultura do café, principalmente no que consiste ao tipo de solo predominante, Latossolo vermelho amarelo fase arenosa.

Somente em meados de 1840 começam a se expandir as primeiras vilas, hoje as cidades de Botucatu e Avaré. A região ficou famosa pela lenda do período pré-cabralino, quando teria sido ponto de passagem no caminho para o Peabirú, trilha lendária que ligava o litoral atlântico às terras peruanas.

Por volta de 1889, a estrada de ferro Sorocabana traz promessas de desenvolvimento para região, uma vez que a ferrovia passava por Avaré e Botucatu, formando pequenos centros de comércio, indústrias, oficinas e residências vinculadas ao funcionamento da ferrovia.

A União adquiriu essas terras entre 1905 e 1910 para formar o Núcleo Colonial Monção⁹⁹ (também chamada de Fazenda Nacional), destinado a formar uma colônia agrícola com imigrantes estrangeiros¹⁰⁰. Cada uma das fazendas que compunham o núcleo¹⁰¹: Capivara,

⁹⁹ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2005), uma das acepções do termo Monções vem do regionalismo brasileiro e diz respeito a quaisquer das expedições que, descendo e subindo os rios das capitanias de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, mantinham as comunicações entre os vários pontos dessas capitanias.

¹⁰⁰ Mas logo depois estouraria a Primeira Guerra Mundial, o que pode ter influenciado na desistência da ocupação dessas terras pelos colonos.

¹⁰¹ Uma das fazendas compradas pertenceu ao casal Ernesto Dias e Amélia Mattos Dias (Fundação Seade, 2004).

Turvinho, Capão Rico, Sarandy e Santa Luzia foi comprada em tempos diferentes e de diversos proprietários.

Este projeto foi implantado somente na fazenda Santa Luzia, área ocupada atualmente pelo centro urbano de Iaras. O projeto ficou nos primeiros lotes, iniciando o processo a titulação em 1920. Com isso, os títulos de posse foram destacados do título da União e transferidos em cartório para os novos proprietários. Assim, na época, poucos títulos foram registrados e posteriormente foram concedidos em definitivo alguns títulos com base no instituto do usucapião. A União manteve uma grande quantidade de terras não ocupadas, e sem um controle efetivo ficaram suscetíveis às ações de grileiros e a de posseiros. Com o passar dos anos essas terras griladas, foram sendo transferidas a outros proprietários por compra ou outros meios, repassando títulos pretensamente legítimos da área.

A fazenda Turvinho pertenceu à Companhia de Estradas de Ferro Sorocabana e foi trocada por dívidas junto à União, e é atualmente uma das áreas mais problemáticas quanto à cadeia dominial. Até o momento o INCRA ainda não teve a comprovação do registro das terras em nome da União, ou mesmo documentos judiciais autorizando a transferência das terras.

O levantamento do total de terras pertencentes ao Núcleo Colonial Monção ainda está sendo realizado por órgãos responsáveis pela reforma agrária. O trabalho teve início com base no mapa elaborado pelo Exército em 1985, no qual consta cerca de 40 mil hectares¹⁰². Mas, segundo a última avaliação através de novas medições feitas com auxílio de GPS¹⁰³ os técnicos do INCRA chegaram ao valor de 50 mil hectares, valor que pode aumentar quando terminada a verificação total da área.

Nos levantamentos obtidos junto a fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo é possível confirmar alguns aspectos do estudo da cadeia fundiária das seguintes propriedades:

- Fazenda Turvinho - possui 27.416 hectares, adquirida através de adjudicação nos autos de Divisão e Demarcação da Fazenda Forquilha, conforme auto de adjudicação e auto de imissão de posse datado de 27 de Julho de 1909, no Município de Lençóis, Comarca de São Paulo dos Agudos - SP.

- Fazenda Capivara - adquirida através de 01 transcrição com área de 4.000 alqueires (9.680 hectares), no entanto, pelo levantamento efetuado, foi encontrada uma área correspondente a 6.997 hectares com 28 posses.

-Fazenda Capão Rico - adquirida através de 6 transcrições, totalizando aproximadamente 4.580 hectares.

- Fazenda Sarandy - de aproximadamente 400 hectares pela descrição constante na transcrição da área. Está ocupada por 6 posses e não possui título de registro expedido pela União.

- Fazenda Santa Luzia - adquirida através de transcrição junto ao SRI de Avaré constando área de 3.000 alqueires (7.260 hectares). No levantamento efetuado consta uma área de 4.003 hectares.

O estudo completo da cadeia dominial do Núcleo ainda não foi finalizado, o que impede a União de retomar a posse sobre as suas terras. Para que isso ocorra o Estado deve entrar com o processo judicial de: ação reivindicatória. No caso das terras devolutas sob posse da União, quando há dúvidas em relação à propriedade de uma área, é requerido o procedimento de “ação discriminatória”.

A União, em 1997, entrou com pedido de ação reivindicatória na fazenda Capivara, que corresponde à cerca de sete mil hectares dos 50.000 hectares do núcleo. O procedimento inicia-se com o INCRA apresentando um título de domínio, em seguida, todos os “posseiros” (fazendeiros, sitiantes, dentre outros) que estão dentro do domínio do título devem apresentar seus títulos para comparação, sendo somente um deles o verdadeiro. Durante o processo é feito um trabalho de campo para levantar quem está na posse.

A produção de provas foi feita a partir de uma matrícula escrita em 1900, época em que a demarcação das propriedades era feita pela descrição de marcos naturais - rios, formas do relevo - que pudessem diferenciar o local. Segundo os referenciais geográficos descritos, localizou-se o imóvel, e foi feita uma reconstrução cartográfica da matrícula. Durante o processo devem ser apresentados títulos que são reais e títulos inventados que serão analisados segundo as suas descrições e cadeia dominial. O “grilo”, isto é, a falsificação do título da fazenda Capivara, ocorreu provavelmente entre os anos de 1930 e 1960, quando foram criados os títulos e matrículas paralelas e/ou inventadas.¹⁰⁴ Se o levantamento fosse feito recuando apenas vinte anos não se acharia o grilo, foi preciso recuar 60, 70 anos na cadeia dominial para saber onde estão os grilos.

¹⁰³ O GPS (*Global Position System*) oferece a posição, segundo coordenadas obtidas de satélites.

¹⁰⁴ Informação fornecida em entrevista por técnico do Incra-SP em 2005.

O INCRA iniciou o procedimento necessário para ação reivindicatória em 1996. Em 1998 conseguiu a tutela antecipada concedida em liminar¹⁰⁵ de 1.377,5500 ha da fazenda Capivara, localizada nos municípios de Iaras e Agudos para projeto de assentamento de trabalhadores rurais (Zumbi dos Palmares). No entanto, a fazenda só retornou ao controle jurídico da União em 2005 quando é destinada mais uma parte da área para um novo projeto de assentamento.

2.2 A Cidade de Iaras

A história deste pequeno município de aproximadamente 4000 habitantes fundamenta-se na constituição do Núcleo Colonial Monção, em 1910, como um pequeno povoado, localizado na formação geológica “*Cuesta* de Botucatu”, relevo de formação predominantemente arenítica, caracterizado pelos solos ácidos, pouco favoráveis à agricultura tradicional.

Por volta de 1911, o governo federal implantou o Patronato Agrícola de Monção, que visava abrigar menores abandonados provenientes do Rio de Janeiro (uma espécie de FEBEM), e criar a possibilidade de se explorar terras remanescentes desta antiga fazenda (Fundação Seade, 2005). A origem da localidade está ligada à dinâmica de uma região que havia se formado a partir de Botucatu e seus desmembramentos, influenciada pela incursão da Estrada de Ferro Sorocabana.

Com a prática de agricultura de subsistência, o povoado de Monção tornou-se, em 1921, distrito do município de Águas de Santa Bárbara¹⁰⁶. O distrito teve seu nome alterado para Iaras em 1944 em homenagem a uma lenda indígena sobre uma sereia que costumava aparecer no alto da Cascata Capão Rico.

Em 1963, durante o governo de Ademar de Barros, teve início a construção da Rodovia Castelo Branco¹⁰⁷ (SP 280), cuja função era abrir um novo caminho para o Mato Grosso e Paraná.

¹⁰⁵ Conferida pelo despacho proferido em 26/11/97, às fls. 238/240 nos autos da ação reivindicatória n. 97.0042906-7.

¹⁰⁶ A cidade de Águas de Santa Bárbara, hoje uma estância turística, surge em 1910 com uma extensão territorial de 1.100 km².

¹⁰⁷ A rodovia Castelo Branco (SP 280) representou um marco no rodoviarismo brasileiro, pelas técnicas de engenharia rodoviária introduzidas. Segundo o DER-SP o projeto de sua construção foi elaborado em

O primeiro trecho foi inaugurado em 1968 interligando São Paulo à Torre de Pedra, numa extensão de 170 km. O segundo foi inaugurado em 31 de janeiro de 1971, com mais 58 km até o entroncamento de São Manuel e Avaré, cidade vizinha a Iaras. A terceira e última fase, com 74km, chegou até ao acesso à Rodovia SP 125, já próximo do Norte do Paraná.

A promulgação da Constituição de 1988 facilitou a criação de novos municípios, e incentivou a formação de um movimento pela emancipação de Iaras. O projeto de emancipação foi levado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e aprovado em 9 de janeiro de 1990¹⁰⁸.

A presença de presídios estaduais de alta periculosidade é um fator que caracteriza esta região (micro região de Avaré). Em Iaras está instalado o presídio “Orlando Brando Filinto”, que juntamente com a FEBEM contribui para a disseminação de uma imagem negativa ou de periculosidade para a cidade.

A economia do município é bastante modesta, dependendo principalmente do repasse estadual para manter os serviços públicos, responsáveis pela maior parte dos empregos da cidade. O repasse do governo estadual é feito de acordo com o número de habitantes contabilizado pelo censo 2002 que é de 3.554 habitantes, deixando de se contar a população do presídio e dos acampamentos, um argumento apresentado pelos funcionários da prefeitura e pelo próprio prefeito quando questionado sobre os problemas do município.

Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social,¹⁰⁹ Iaras é considerado um município de baixo desenvolvimento econômico-social. A visita de familiares dos detentos estimula um pequeno comércio, apesar disso, continuam sendo discriminados pela polícia da cidade. A rodovia Castelo Branco, que corta a cidade, oferece também alguns poucos empregos, na manutenção da estrada (no serviço de pedágios e obras diversas) e na rede de serviços, como postos de gasolina e mecânica. A agricultura e o reflorestamento não aparecem com destaque na

1961. Na época, a rodovia era denominada de Auto-Estrada do Oeste. Em 1967, através do decreto 48.275 passou a ser denominada de Rodovia Castelo Branco.

¹⁰⁸ O processo de emancipação de Iaras foi protocolado sob o número 3346/88. No entanto, somente em 1989 iniciou-se a legitimação do pedido encaminhado por um pequeno grupo do distrito (formado pelo atual prefeito) que buscou o apoio do Deputado Tonca Falceti para intermediar a ação. Foi através da lei estadual n. 6.645, de 09/01/1990, que Iaras foi emancipada. Iaras continuou sendo administrada pelo prefeito de Águas de Santa Bárbara até a primeira eleição ocorrida em outubro de 1992 (Xavier, 1996).

criação de empregos formais¹¹⁰ na cidade, embora exista, a atividade de reflorestamento já a mais de 30 anos e o assentamento de 56 famílias desde 1998 na área rural, além de produção agropecuária. O reflorestamento encontra-se nos limites entre vários municípios e a empresa que a explora não tem sede no município de Iaras (uma delas a LWART tem sede na cidade de Lençóis Paulistas), contratando geralmente empreiteiros que se encarregam da mão-de-obra.

No caso do cultivo de Pinus e Eucaliptos a demanda por mão-de-obra intensiva, pouco qualificada ocorre apenas no momento do corte das árvores, empregando muito pouco durante o período de crescimento das espécies. Logo, durante a maior parte do tempo às propriedades reflorestadoras mantêm somente uma vigilância, formada por caseiros que zelam pela estrutura da fazenda. O emprego qualificado gerado pela atividade geralmente é mantido nas sedes, cidades médias de Bauru e Botucatu, mas que contam com infraestrutura de casa no local do reflorestamento para os trabalhos de auxílio técnico dos cultivos.

2.3 A recriação do processo de concentração de terras: o reflorestamento

Antes de chegar ao reflorestamento é importante lembrar o processo que levou à destruição de boa parte das florestas naturais, a causa principal da origem desses cultivos.

A destruição da floresta nativa que ocupou grande parte do território brasileiro, especificamente a Mata Atlântica, foi provocada por anos de destruição, exploração predatória da madeira, do garimpo e da queimada para a agricultura. A floresta nativa foi considerada durante muito tempo como sinônimo de atraso, um obstáculo ao desenvolvimento, e lugar para onde fugiam os criminosos e bandidos das vilas coloniais, e também lugar para onde fugiam as pessoas que não queriam pagar tributos, em síntese, foi criada uma imagem negativa que favoreceu a devastação.

O regime de queima e derrubada da floresta predominou como técnica de preparo da terra para agricultura. Dean (1996) critica essa “forma exploradora de agricultura que mal merece o nome de agricultura. Era inerentemente predatória: não podia ser intensificada e se expandia ao longo de uma fronteira até exauri-la.”(p. 162)

¹¹⁰ Para ser considerado como setor agrícola deve ser cadastrado no Ministério do Trabalho. Desta forma é possível que o assentamento, dentro da classificação do Seade, tenha se tornado “outros”, junto com as grandes fazendas.

A prática de muitos fazendeiros era a simples derrubada da mata disfarçando o preparo da terra para lavoura ou pasto, e com isso evitando a cobrança de impostos sobre a terra improdutiva (Dean, 1996).

Muitas tentativas foram feitas para acabar com esta prática com a adoção de outras técnicas como o arado de tração para um aproveitamento melhor das terras. Entretanto, os fazendeiros relutavam em adotá-lo, pelo menos até o século XIX, comportamento que pode ser atribuído ao fácil acesso às novas terras.

Desta forma, a Mata Atlântica foi destruída em quase toda a extensão litorânea do país deixando de ser a principal fornecedora de madeira. A ameaça de esgotamento do recurso leva o Estado a regular o uso das florestas, criando reservas e iniciando experimentos com o cultivo de florestas artificiais, o reflorestamento. Esta atividade surgiu para garantir o uso da madeira como matéria-prima sem destruição das florestas nativas, além de atender à preocupação ainda incipiente de preservação da floresta.

Prevendo tais problemas, inicia-se, em 1825 no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pesquisas com eucaliptos do gênero “*D. robusta*” para exploração da madeira. A alta produtividade passa a atrair novos produtores e em 1868 são levadas algumas mudas para o Rio Grande do Sul.

A exploração florestal no Brasil manteve-se, desde o período Colonial até à República, em constante crescimento. As primeiras leis reguladoras não impediram a devastação resultante da demanda dos portugueses.

Com o advento das ferrovias, a exploração madeireira passou a ser um ótimo negócio atraindo o interesse dos grandes capitais. A demanda das ferrovias por lenha e dormentes incentivou o trabalho do madeireiro o que acabou abrindo caminho também para o agricultor, que geralmente utilizava-se das queimadas para acabar com o resto da mata, impedindo assim, a sua regeneração natural. Com o passar do tempo, este tipo de agricultura tornava o solo fraco, gerando safras sucessivamente menos produtivas, levando o agricultor a sair em busca de novas terras para plantar. Desta forma expande-se o desmatamento das matas nativas: que eram queimadas e ocupadas com roças e plantações de produtos de exportação (Goldenstein, 1978, p. 143).

A criação do Horto Botânico de São Paulo (antecessor do atual Instituto Florestal) nas matas da serra da Cantareira, em 1896, representou um marco do preservacionismo. Em 1903, o

seu primeiro diretor, o naturalista Loefgren promove um dos primeiros debates ambientalistas, questionando a devastação provocada pela construção das ferrovias. Preocupados com a repercussão de tais fatos, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro é uma das primeiras empresas a tomar iniciativa de criar um Horto Florestal voltado para o reflorestamento.

Segundo Goldenstein (1978), o projeto de reflorestamento proposto pelo engenheiro Navarro de Andrade, da Companhia Paulista, justificava-se pelo consumo (que chegava a cerca de um milhão de metros cúbicos de madeira por ano, em dormentes, e mais de 600 mil metros cúbicos, em lenha). Para o empreendimento a empresa adquire terras, tendo em vista não só o abastecimento das estradas, mas também para a valorização imobiliária. Para o plantio estabeleceu-se, como regra, uma faixa de seis quilômetros de cada lado de suas vias férreas e passou-se a incentivar lavradores para a realização do plantio das espécies recomendadas ao reflorestamento nesses espaços. Além dessas faixas de terras, a companhia estabeleceu hortos em várias propriedades, instalando viveiros, onde desenvolveu em larga escala a cultura de eucaliptos.

Foi a partir da criação dos hortos (federais, estaduais e particulares) que o eucalipto proliferou no país. Em 1911, foi fundado o Serviço Florestal do Estado de São Paulo (Horto da Cantareira). Com essas medidas de disseminação da cultura já em 1923 foram contabilizados 20 milhões de eucaliptos no Estado.

A elaboração do primeiro Código Florestal Brasileiro (Dec. 23.793) em 1934, marca uma nova fase no direito florestal. As florestas existentes em território nacional foram declaradas como bem de interesse comum de todos os habitantes e os direitos de propriedade passaram a respeitar as limitações estabelecidas pela Lei. A intervenção do código na propriedade privada, levantou polêmicas quanto aos limites da interferência governamental, incomodando muitos fazendeiros. O patrimônio nacional passou a ser acrescido do subsolo e de suas riquezas minerais, águas, ilhas, as florestas e demais formas de vegetação.

O código classificou as florestas como “de proteção”, “modelo” (parques nacionais, estaduais, municipais), “remanescentes” e as de “rendimento” (que poderiam ser naturais ou artificiais).

No ano de 1957 inicia-se um plano de reflorestamento proposto pelo Governo do Estado de São Paulo e executado pelo Serviço Florestal. A ordem era substituir os cerrados por florestas altamente produtivas. Para tanto, no período de 1957 a 1964, são plantadas mais

de 60 milhões de mudas no Estado. Para incentivar o plantio por particulares foram concedidos crescentes incentivos fiscais a esses empreendimentos.

Estes diferentes usos do espaço - um como reserva natural e o outro como um cultivo florestal de rendimento - foram contemplados com incentivos fiscais, muitas vezes dando a entender que florestas naturais e artificiais eram idênticas quanto ao seu valor. Um exemplo disso foi a isenção do Imposto Territorial Rural previsto no Estatuto da Terra de 1964:

Artigo 38 – “As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram.

§ 1º Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado.

§ 2º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento.”

O artigo 39 irá oferecer um percentual de isenção favorável para as florestas plantadas:

“Ficam isentas do imposto territorial rural as áreas com florestas sob regime de preservação permanente e as áreas com florestas plantadas para fins de exploração madeireira. Parágrafo único. Se a floresta for nativa, a isenção não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, que incidir sobre a área tributável.”

A repercussão dos incentivos fiscais foi tamanha que o então presidente da República, Emílio Médici, editou em 1970 o decreto-lei 1.087 aprovando incondicionalmente o direito à dedução do imposto de renda das quantias empregadas no reflorestamento mesmo sem a aprovação do - IBDF, condição antes obrigatória para implantação dos projetos.

“Art 1º Os projetos de florestamento e de reflorestamento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, de 30 de novembro de 1968 até 10 de dezembro de 1969, e que ainda não tenham sido aprovados por esse órgão, darão direito à dedução ou abatimento condicional nas declarações de imposto de renda de pessoa física ou jurídica, desde que observadas as demais exigências da Lei número 5.106, de 2 de setembro de 1966 e o seu regulamento.

§ 1º Até a data da declaração do exercício financeiro de 1971 (ano base de 1970) será apresentado o comprovante, fornecido pelo IBDF, referente à aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas.

§ 2º A falta de comprovação, na forma do parágrafo anterior, ou a rejeição do projeto sujeitarão ao tributo as importâncias condicionalmente abatidas, como rendimento da pessoa física ou jurídica, cobrando-se com correção monetária a diferença que for apurada.”

As florestas de rendimento, principalmente os cultivos experimentais de pinus e eucaliptos, foram introduzidas para substituir a exploração de florestas naturais do “pinus

araucária”, em extinção pela sua crescente utilização na exploração de celulose para abastecer as indústrias de papel. Segundo Goldenstein (1978), neste período de 1960/1970 intensifica-se a exploração dessas espécies tendo como objetivo atender ao crescente mercado externo dos países desenvolvidos que viam minguar suas reservas de madeira para produção de celulose e procuravam novas áreas onde pudessem explorar a matéria-prima.

Parte do cerrado paulista e áreas antes devastadas pela pecuária foram destinadas para o cultivo dessas espécies. Em 1964, pelo Decreto 44.305, o governo do Estado reservou uma área de 3.789 hectares do Núcleo Colonial Monção para fins de pesquisas com novas espécies de reflorestamento através da criação da Floresta Estadual Santa Bárbara do Rio Pardo I e II. No entanto, não existem informações a respeito deste parque¹¹¹, nem existe uma sede ou cerca que o delimite como “floresta estadual”. A área provavelmente foi explorada por empresas privadas na região e que agora estão sendo acusadas de grilagem de parte das terras do Núcleo Colonial Monção.

Segundo Oliveira (2003), as grandes propriedades das empresas privadas mantêm uma participação hegemônica na silvicultura em decorrência da história política de incentivos fiscais durante o governo militar.

Tabela 2.1 Brasil – Distribuição do Volume de produção - Silvicultura

Produtos	Pequena	Média	Grande
Carvão vegetal	11.2	18.1	67.8
Madeiras em tora	10.0	34.8	55.1
Madeiras para papel	8.3	18.6	73.1

Fonte: censo agropecuário do IBGE 1995/96 (In: Oliveira, 2003)

Comparando-se a geração de renda no campo por pequenas, médias e grandes propriedades, observa-se que as pequenas são responsáveis por mais da metade deste valor sendo a silvicultura responsável por apenas uma pequena parcela do valor total da produção agropecuária, de acordo com o quadro a seguir.

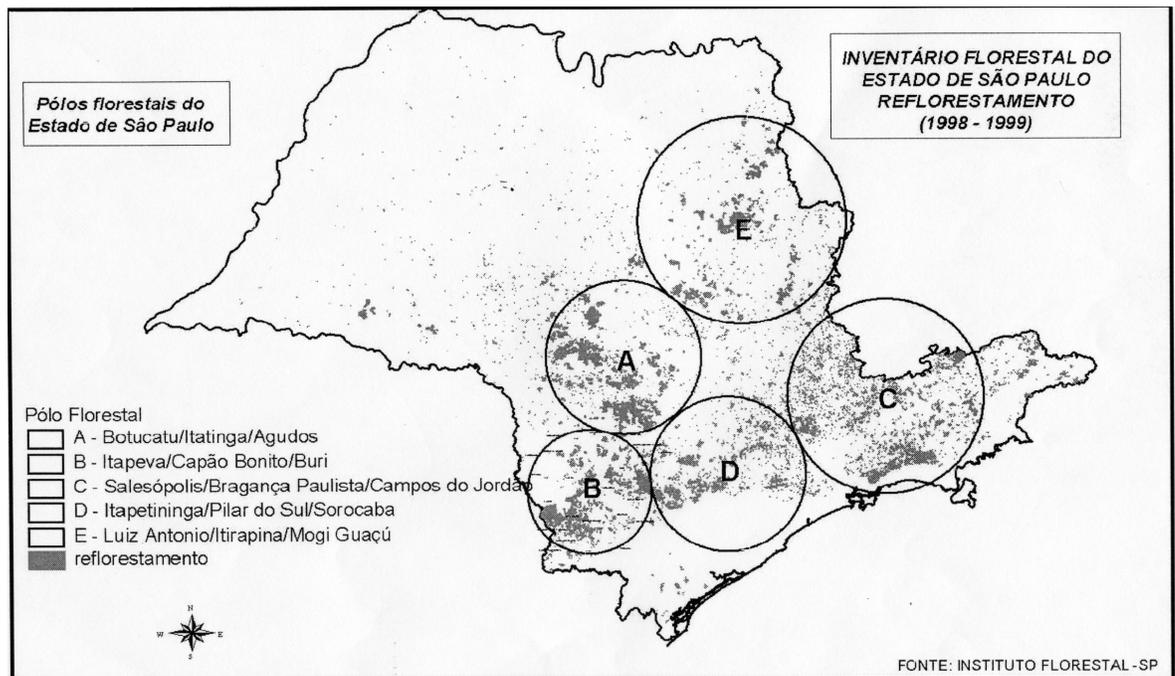
¹¹¹ Consultados, muitos moradores e autoridades da cidade disseram desconhecer a existência desta floresta estadual.

Tabela 2.2- Brasil – Distribuição do Valor da Produção

Setor	Total geral	PARTICIPAÇÃO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Total geral	100	100	56.8	29.6	13.6
Total da produção animal	39.4	100	60.4	28.6	11.2
Animal de grande porte	25.2	100	46.4	7.2	16.4
Animal de médio porte	3.8	100	85.5	2.9	1.6
Pequenos animais e aves	10.4	100	84.8	13.6	1.5
Total da produção vegetal	60.6	100	53.6	31.2	15.2
Lavouras temporárias	42.1	100	49.2	33.8	16.7
Lavouras permanentes	12.6	100	70.5	24.3	5.2
Horticultura e floricultura	2.0	100	94.7	4.1	1.2
Extração vegetal	1.6	100	67.6	17.9	11.3
Silvicultura	2.3	100	16.8	23.4	59.8

Fonte : Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6 (In: Oliveira, 2003)

Mapa 2.1 – Reflorestamento no Estado de São Paulo



2.3.1 Reflorestamento de eucaliptos ou reforma agrária?

O debate sobre a preservação do meio ambiente altera a discussão atual sobre a reforma agrária, atribuindo-se aos assentamentos a possibilidade de modificar as formas de produção na agricultura utilizando métodos de menor impacto ambiental. Com isso, a pequena propriedade vem ganhando espaço na difusão do manejo agroecológico¹¹², opondo-se à tradicional monocultura de grandes extensões ou ao moderno cultivo de espécies transgênicas.

Na opinião de João Paulo, representante do MST, o dinheiro usado para financiar plantações de eucaliptos seria melhor empregado se fosse revertido para a reforma agrária. “Os assentamentos rurais geram mais empregos, produzem alimentos e também podem contribuir com a pauta de exportações”¹¹³. Com base neste argumento, o MST ocupou áreas de florestas artificiais exploradas pelas empresas Veracel¹¹⁴ e Votorantim no interior do Estado de São Paulo para a produção de papel e celulose.

Segundo Osmar Zogbi, presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), as ocupações podem retardar os investimentos previstos para o setor e comprometer a criação de empregos. “Queremos clareza em relação ao direito à propriedade. O MST para nós é uma ameaça”, declarou ao Congresso Nacional, pouco antes da abertura da mostra sobre as atividades do setor de papel e celulose.

De acordo com os números apresentados por ele, o setor pretende investir cerca de 14,4 bilhões de dólares nos próximos 10 anos, o que significará que a área plantada hoje de 1,5 milhão de hectares, praticamente dobrará provocando uma reconcentração fundiária. Em 2003 o setor contribuiu com 9% do superávit da balança comercial e hoje o Brasil ocupa a sétima posição mundial na produção de celulose e a 11^a na produção de papel.

¹¹² A Agroecologia é definida como a produção, cultivo de alimentos de forma natural, sem a utilização de agrotóxicos e adubos químicos solúveis. O conceito de agroecologia e agricultura sustentável consolidou-se na Eco 92, quando foram lançadas as bases para um desenvolvimento sustentável no planeta. Nos dias de hoje, o termo é entendido como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura. O PNRA 2003 propõe como matriz tecnológica a produção agroecológica. (MDA, 2003).

¹¹³ OESP de 19/05/2004.

¹¹⁴ No início de abril de 2004, 2.500 famílias invadiram a fazenda Veracel, *joint venture* entre a Aracruz e a europeia Stora Enzo, na Bahia.

Como os dados disponíveis sobre a atividade são oferecidos pelas próprias associações de classe, fica a dúvida sobre a quantidade de empregos efetivamente gerados no setor. O advogado do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), por exemplo, declara 100.000 empregos diretos, enquanto o presidente da Bracelpa declara que o setor é responsável por 60.000. Além disso, os dados sobre incentivos fiscais, financiamentos e concessões de terras nunca são revelados.

Segundo os dados apresentados pelo IBGE, na tabela a seguir, pode-se observar que o Estado de São Paulo é o maior produtor de madeira destinada para produção de papel no país, posição que se mantém para região Sudeste. Este dado permite concluir que o processo de reconcentração fundiária ainda se manterá no Estado de São Paulo nas áreas ocupadas por este setor.

Tabela 2.3 – Quantidade e valor da madeira em tora para papel e celulose por unidades da federação – 2003

Unidades da federação	Madeira em tora para papel e celulose quantidade em (m3)	valor (1000 R\$)
Pará	1482,357	77.083
Amapá	1.441.866	37.353
Maranhão	56.600	340
Piauí	27420	126
Bahia	6.219.340	272.250
Minas Gerais	3.817.679	81.566
Espirito Santo	4.776.017	127.771
São Paulo	13.317.999	257.908
Paraná	7.406.648	201.082
Santa Catarina	6.109.935	160.153
Rio Grande do Sul	3.575.622	66.279
Mato Grosso do Sul	1.300.000	21.580

Fonte: IBGE

Os eucaliptos cultivados pelas empresas de papel e celulose são criticados como “desertos verdes” por ambientalistas, assim como pelo MST. Este tipo de cultivo esgota o solo e impede o crescimento de outras espécies vegetais sendo, portanto, pobre em biodiversidade. A inexistência de pássaros nestas áreas permite que sejam chamadas de “florestas silenciosas”.

De acordo com o responsável pela câmara de legislação ambiental do CEBDS: “os plantios de pinus e eucaliptos, quando manejados de forma adequada, apresentam grande

vantagem para o meio ambiente, como o fato de cada hectare/ano de plantação absorver 10 toneladas de carbono da atmosfera, reduzindo a poluição e o aquecimento global¹¹⁵.

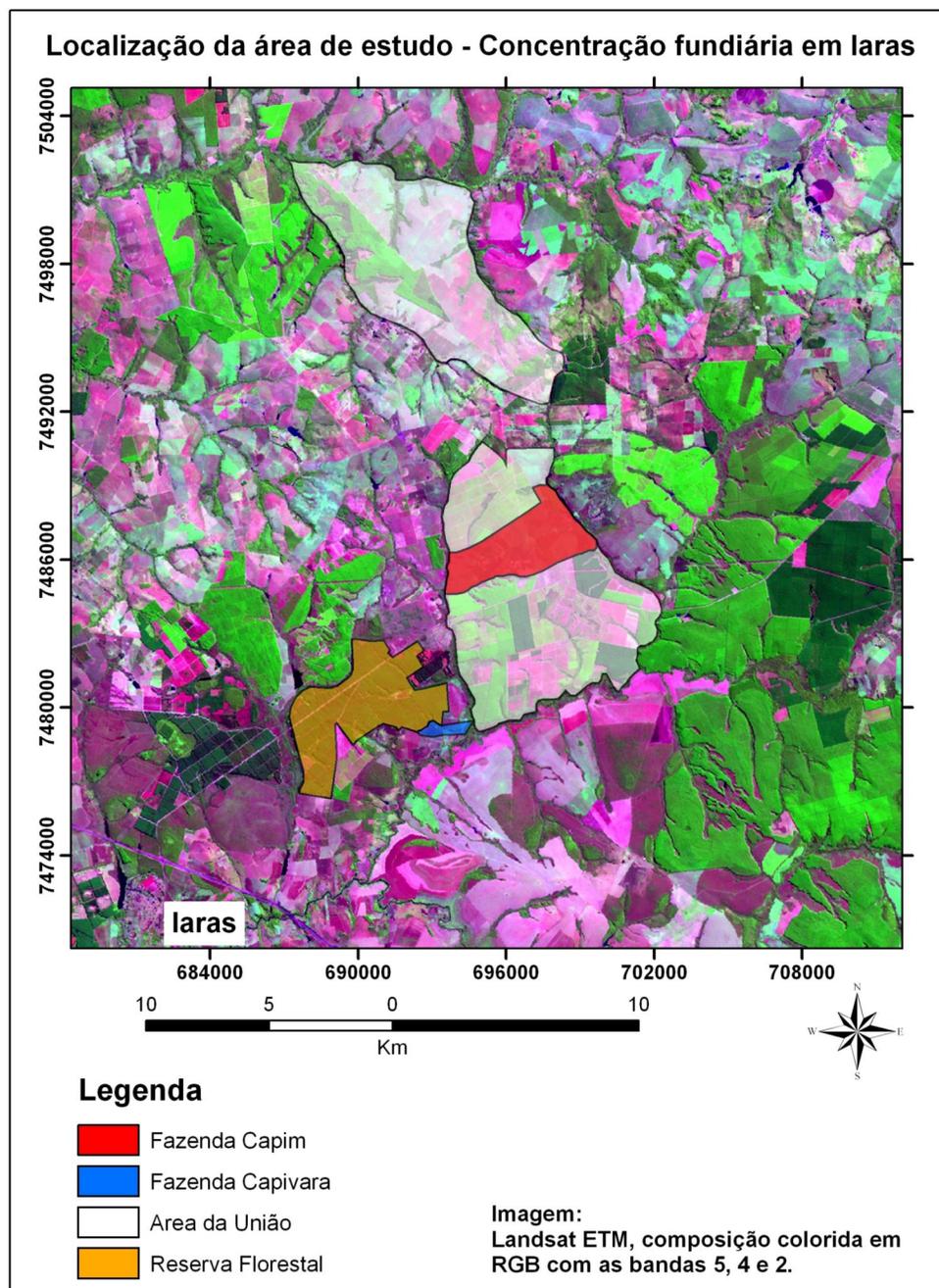
Estas controvérsias não se esgotarão facilmente, assim como ainda não se esgotou a expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira que devasta grandes dimensões da floresta nativa para monocultura de grãos¹¹⁶. Neste contexto deve-se questionar:

- E a reforma agrária? Terá a sua vez no meio deste latifúndio?

¹¹⁵ AG Comunicação Ambiental 03/05/2004.

¹¹⁶ Ver: “Agronegócio e Corrupção devastam MT” in Folha de São Paulo 19/06/2005 caderno B1.

2.1- Imagem localizando o Núcleo Colonial Monção



Na imagem acima é possível observar o predomínio de reflorestamento evidenciado pela cor verde escuro. A área onde há solo exposto, a área urbana e as pastagens são representadas por gradações da cor rosa. A agricultura é caracterizada pelo verde claro.

No canto esquerdo da imagem é possível observar a cidade de Iaras beirando a Rodovia Castelo Branco. A linha que sai da cidade de Iaras e corta o Núcleo Colonial Monção é a estrada Iaras – Lençóis Paulistas.

CAPÍTULO 3 – O MST EM IARAS

3.1- O “sem-terra” na interface rural-urbana

As categorias de trabalhadores que integram os sem terra são inúmeras, assim como as diversas formas de trabalho existente no campo brasileiro. Os sem-terra que lavram a terra que não lhes pertence sempre existiram são: posseiros, arrendatários, parceiros. Já entre os sem-terra trabalhadores rurais propriamente ditos há os assalariados, assalariados temporários, parceiros subordinados, peões (Martins,1991 p.49). Há também entre os sem-terra aqueles que foram desenraizados de suas posses pela construção de grandes obras como é o caso das usinas hidrelétricas em que áreas antes ocupadas por uma população são desapropriadas para construção de barragens. Embora incorporados ao movimento por diferentes motivos, hoje fazem parte da luta por reforma agrária no MST. Stédile, um dos fundadores do MST, explica que quando foram conceituar o movimento, percebeu-se que este era diferente de certos movimentos históricos camponeses, que apenas lutavam por terra simplesmente. Nessa condição completa Stédile: “Na essência o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade”(Stédile,1999 p. 31).

O termo camponês, como bem observa Otávio Velho (1982), refere-se originalmente a um fato bem localizado estrutural e historicamente, não sendo uma criação de cientistas, mas apropriado por esses. O maior ou menor alargamento da utilização deste conceito dependerá em grande parte de seu valor explicativo nas diversas situações concretas. Uma discussão que estende-se também à dicotomia, camponês X proletariado rural. Para compreendê-la, o autor propõe um modelo simples, e que será utilizado nesta análise.

Partindo da definição de Caio Prado Jr (1966), propõe para o camponês como pequeno agricultor autônomo¹¹⁷, Velho estabelece a hipótese de um caso-limite para esta teoria de classes

¹¹⁷ “(...) Se queremos dar a esta expressão ‘campe sinato’ um conteúdo capaz de delimitar uma realidade específica dentro do quadro geral da economia agrária – trabalhadores e pequenos produtores autônomos, que ocupando embora a terra a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros (...) - exercem sua atividade por conta própria. É a esses tipos de trabalhadores, a que propriamente se aplica e a que se reserva a designação de ‘camponeses’ (...). (Prado, 1977, p.129)

e para isso cita o caso dos agricultores dos municípios de São João do Araguaia e Marabá (PA).¹¹⁸

Estes municípios foram ocupados em função da extração da castanha, que aos poucos, foi perdendo importância para outras atividades agrícolas mais rentáveis e que determinou formas de ocupações mais recentes. A influência das atividades agrícolas sobre a produção destas populações foi incipiente e restringiu-se à iniciativa de financiamento de safras pelo recém instalado Banco do Brasil. A ocupação organizou-se em pequenas “comunidades” rurais ou por famílias que construíram suas casas isoladas nas matas. O trabalho era organizado da seguinte forma: durante a época da safra da castanha trabalhava-se nos castanhais, onde se recebia um “salário disfarçado”, portanto, assumia-se dois papéis distintos, o de agricultor e o de apanhador de castanhas.

Esta situação é definida como caso-limite (sem chegar a ser tribal), e próxima de um ponto ideal de afastamento possível física e socialmente dos principais centros (sua produção é quase que exclusivamente de subsistência), caracterizando assim uma situação de integração mínima no sistema nacional (e internacional), sendo caracterizado também pela extrema abundância de terras e escassez de mão-de-obra.

Velho (1982) mostra a existência de situação-limite contrária a esta em que a terra é escassa e a mão-de-obra é abundante, associadas à alta integração ao sistema nacional e internacional, onde o grau de proletarização parece atingir o máximo. Exemplo disso é o ocorria na Zona da Mata Pernambucana¹¹⁹, em que coexistiam relações camponesas e não-camponesas na agricultura.

Neste modelo, as situações rurais se estabeleceriam entre um máximo de “campesinidade”, e um máximo de “proletarização”, mas:

“não em termos de oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas como um *contínuum* com dois casos limites entre os quais podem ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores, etc. Podem ser encontrados em nosso interior com diversos graus de autonomia de trabalho. Dada a variedade dessas ocorrências parece mais justo situá-las como ponto de um *contínuum*. Mesmo porque boa parte delas parece definir-se por uma tensão que não se resolve de imediato, e que sofre uma ‘série de vicissitudes.’” (Velho, 1982, Op.cit, p. 41)

Essas vicissitudes são decorrentes da conjuntura econômica, de elementos exteriores ao modelo e que faz com que o indivíduo esteja mais perto de uma economia de mercado, ou recue

¹¹⁸ Este estudo foi publicado originalmente em 1969 na Revista América latina, ano 12, número 1. Logo, as situações exemplificadas referem-se a esta época.

para uma economia de subsistência. É em face deste *contínuum* camponês-proletário, que podemos situar o sem-terra neste estudo, ora mais proletários do que camponeses, ora mais camponeses do que proletários.

3.2-A origem dos acampamentos do MST em Iaras – a face urbana do movimento

Embora a origem e a reivindicação do MST seja camponesa, é mais apropriado lembrar as observações de Stédile: “o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de democratização do país” (Stédile, 1999, p.22).

O contexto de democratização atraiu outros segmentos para a luta pela reforma agrária caracterizando o que convém chamar de movimento popular, onde participa aqueles que tem interesse, desde: padres, técnicos agrícolas aos militantes do sindicalismo urbano. Desta abertura à participação da sociedade, surgiram novas formas de atuação e, talvez, novas possibilidades de mudança na correlação de forças no campo social. Como explica Bourdieu (1999, p.134) “A posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição de poderes em que atuam cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico nas suas diferentes espécies: o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital [...]”

Em 1998 surge a proposta do MST, que causou muita polêmica, de organizar acampamentos com pessoas dos grandes centros urbanos. Neste período, as críticas dirigidas ao movimento social colocavam em pauta a aptidão dos acampados para a atividade agrícola.

Como resultado da aliança dos movimentos sociais do campo e da cidade (MST-MTST), as organizações unidas a grupos como a Consulta Popular iniciaram o projeto de realizar um grande acampamento com pessoas do meio urbano. A intenção era unir as duas propostas numa só reivindicação, dando-lhe um caráter mais amplo, isto é, de organização política na cidade e no campo. O grupo seria formado por pessoas da periferia urbana e que buscariam na luta pela

¹¹⁹ Refere-se ao contexto em que realizou a pesquisa, ano de 1969.

reforma agrária uma contraposição à violência e à miséria das cidades, ou seja: um novo projeto de vida.

Para a organização do projeto do acampamento “urbano”¹²⁰, o MST, constituiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) resultante da união de militantes da CMP (Central de Movimentos Populares) de São Paulo com o MST. O objetivo foi levar para a cidade a luta por terra, trabalho e moradia, transferindo as reivindicações do movimento rural para o movimento urbano, mobilizando os desempregados urbanos que necessitavam de trabalho. Em sua estratégia, o MTST procurava identificar a existência de terras ociosas e imóveis que pudessem ser ocupados, possibilitando condições de vida e trabalho para parcelas dessas populações nos próprios centros urbanos. No Estado de São Paulo esse movimento ainda existe nas cidades de Campinas, Sorocaba, Guarulhos, Osasco, Jandira, Itapevi, ABC e outras regiões.

A união do MTST com o MST teve como princípio a aliança campo-cidade e, neste contexto, o MST buscou atrair para o movimento social as pessoas que saíram do campo e foram para a cidade e sonhavam em voltar para o campo, completando um processo de migração campo-cidade-campo (Iha, 2001). Além da realização das ocupações urbanas, os militantes contribuiriam nas ocupações rurais, fazendo o trabalho de base¹²¹ com famílias sem-teto, desempregados e moradores de rua excluídos do processo de produção e consumo das grandes cidades (Buzetto, 2000).

Deste modo, iniciou-se a proposta de realizar um grande acampamento com pessoas do meio urbano formado por moradores da periferia urbana. Foi esta proposta que deu origem a vários acampamentos no Estado de São Paulo, sendo oito deles no Núcleo Colonial Monção em Iaras.

¹²⁰ Sendo que muitos têm origem no meio rural e passagem pelo urbano.

¹²¹ O trabalho de base consiste em reuniões para formação política dos movimentos sociais.

Trajetória de vida dos acampados

A mudança histórica causada pelo avanço do capitalismo no campo, e seu processo de modernização provocou o desenraizamento do trabalhador rural, processo que envolveu o contato com o urbano, com o outro, em um embate que leva à transformação da cultura anterior “camponesa”. As categorias camponato e proletariado estão inseridas na dinâmica social migratória provocada por estas mudanças, e só são compreensíveis mantendo-as na dinâmica dialética de interpretação da história, ou seja, a da possibilidade de constante transformação dessas relações e de seus sujeitos.

Para mostrar como a mudança provocada pela expansão do capitalismo no campo atinge o indivíduo, fazendo-o migrar e transformar sua condição camponesa em proletária ou vice-versa, nada mais esclarecedor do que verificar a trajetória de vida dos acampados, seus sonhos expectativas, frustrações, fragmentos da vivência rural e urbana.

Nesta parte foram selecionados alguns relatos colhidos no trabalho de campo para mostrar um pouco mais da trajetória do sem-terra, tentando evidenciar alguns aspectos que levaram o indivíduo a se tornar acampado.

Franco Martiniano, nasceu em Arapiraca, Alagoas, tem 6 filhos e participou do acampamento Nova Canudos. Quando entrevistado, estava morando sozinho em seu barraco. Conta que criou os 6 filhos em Alagoas, mas que já esteve na Bahia e teve que migrar por causa da seca. Voltou para Alagoas onde passou a trabalhar na produção de fumo. Depois que os filhos casaram, conta que não teve mais como trabalhar por conta própria (arrendando terra de fazendeiros), foi então que decidiu vir para São Paulo. Segue o relato de Franco Martiniano.

“Resolvi vir para São Paulo. Vindo para lá foi muito difícil. Não tive condições, aí tive que vir pra cá (acampamento). Alguns de meus filhos estão na cidade outros no interior, estão esperando que a gente se aboite em algum lugar, para que eles possam vir trabalhar. Pois sabe, o nosso negócio é trabalhar. Nossa produção é roça mesmo. Na roça nós têm feito alguma coisa. E pedir emprego, eu não tenho condições, mais para pegar emprego, pela minha idade um, e outra só a produção do emprego não dá para a gente sobreviver. Pra mim não dá. Os filhos fazem bico e ajudam a família. Aqui passo dificuldade mas fico satisfeito porque não devo nada a ninguém, meu nome é limpo.

Em São Paulo não trabalhei de nada, fiz uma inscrição e comprei um carrinho velho para bagunçar minha vida. Bagunçar assim: laborar. Aí aconteceu que eu não levei nem sorte que roubaram meu carro. Aí fiquei sem condição de ficar lá, parado, sem ganhar nada. Aí aconteceu que eu soube deste movimento do MST. Eu como sei que aqui a gente sempre espera o futuro com uma

terra. E Eu quero a terra, me dirigi com minha família para cá, fiz meu barraco e estou me dando bem graças a Deus.’

Desde 86 de 84 conheço o movimento, tenho família minha assentada, tenho sobrinho, sobrinha, irmão. E eu sempre trabalhava de arrendatário, e trabalhava por conta própria, assim fui elaborando minha vida, dependendo do futuro da minha pessoa, e sempre esperando por Deus, sempre, sempre. E foi, foi, mas sempre aquelas coisas. Foi ficando mais difícil o arrendamento com fazendeiro, travaram com condições que ninguém quer mais arrendar terra, por essas condições, e a gente que trabalhava por esses meios de sobreviver, acabou parando, ficando sem condição então de viver, aí não têm jeito.”

Na afirmação de Franco Martiniano “nosso negócio é roça mesmo” parece estar muito claro a opção de vida como negação à vida na “cidade”, o que pode ser caracterizado segundo Ribeiro (2001) como processo em que o indivíduo migrante se percebe enquanto parte de mundos culturais diametralmente opostos. É também o momento em que percebe a sua identidade. Neste confronto o que pode resultar é a aceitação e uma introspecção da negação, ou a ação contrária à dominação.

Em muitas trajetórias de acampados a possibilidade de criar os filhos na roça apresenta-se como um fator importante na escolha feita por muitas mulheres, de se tornarem acampadas. Alguns casais se separam temporariamente. Um auxilia o outro mandando dinheiro do trabalho na cidade para manter o outro membro na condição de acampado. Neste contexto, a família enquanto grupo torna-se fundamental para os seus membros no processo de enraizamento em determinado lugar. Para a família, converge um conjunto de forças: espiritual, econômica, simbólica e também uma linguagem, enquanto sinônimo de identidade e proteção. É nesse contexto que se define uma identidade grupal (Op. cit.).

Dona Célia, do acampamento Nova Canudos, tem 6 filhos, nasceu na cidade de Umuarama (PR), trabalhou na lavoura de café e depois mudou-se para Piracicaba onde trabalhou numa fábrica de costura. Ela justifica o fato de estar acampada com o seguinte argumento:

Aqui (roça) é melhor para cuidar dos filhos. É melhor que na cidade para cuidar dos filhos, criar nossos filhos agora. E a gente veio para cá agora com o objetivo de ganhar um pedaço de terra para terminar de cuidar dos nossos filhos e netos. Tenho cinco netos.

Chegou um momento que ficou difícil em ter que deixar o marido, os filhos, porque a gente nunca se separou, mas não tinha solução, não tinha jeito.

Vai fazer dois anos que estou aqui. Eu estava desempregada, a firma estava para me mandar embora, foi ficando fraca de serviço e teve que mandar embora, aí então a gente não conseguia mais serviço, as crianças tudo de menor não conseguia mais serviço. Os rapazes (seus filhos) não podiam trabalhar, estava desempregada fazia um ano, foi aí que decidi vir para cá.

Há também acampados que acham que é melhor para os filhos morar na cidade, pelas possibilidades de acesso ao estudo, como é apresentado no relato de Marta.

“Tenho 43 anos, morava em Campinas, aí passei a conhecer o movimento por um trabalho de base. Mas antes conhecia pela televisão, passava e via na televisão. Aí depois, os meninos, os militantes passaram a fazer um trabalho de base lá né... No bairro onde morava (Mauro Marcondes).

Aí a gente começou a ir nas reuniões, nas entrevistas que eles faziam com o pessoal, pra trazer o pessoal para o acampamento. Aí a gente se interessou. Vim. Aí no começo[...] nos primeiros dias meu marido foi quem veio. Ele veio primeiro que eu, e eu fiquei para trás porque trabalhava. Tinha um menino que estava estudando.

Eu trabalhava de faxineira. Meu marido é pedreiro. Ele se interessou e veio na frente. Uma semana após que ele tinha vindo, veio eu. Só para passear, para conhecer que não conhecia, aí cheguei acabei gostando e voltei só para pedir a conta na firma e vim de vez para o acampamento.

Faz dois anos que estou aqui (acampamento) desde o dia 15 de fevereiro de 2001, faz dois anos que estamos na luta. Eu estou aqui desde o dia 15, meu marido desde o dia 7.

Para a cidade eu tenho ido sim. Tenho uma filha casada que mora lá.. E sempre tô indo pra vê ela, para ver como é que ela tá como o meu netinho tá. Para morar, não tenho vontade de voltar para a cidade mais não. Porque para começar eu nasci criei-me na roça. Fui para a cidade pela minha filha porque ela precisava estudar né,. Onde a gente morava era difícil estudo, era longe da cidade. Morava em Bebedouro. Vim do Paraná para Bebedouro. De Bebedouro vim para Campinas e de Campinas estou aqui..

Eu gosto daqui, gosto porque... É uma coisa que a gente tá lutando por um objetivo por um pedaço de terra que a gente não pode ter, a gente sempre morou na roça mas na terra dos outros. Agora não, agora a gente tá lutando para ter um pedaço de terra da gente mesmo. Que a gente possa plantar e colher. E sobreviver, né. Porque rico a gente não vai ficar mesmo, mas pelo menos que a gente sobreviva. Porque na cidade você não vive, você vegeta. Pra cidade não quero voltar mais não. Às vezes brinco com meu marido, e pergunto: ‘ Vamos voltar pra cidade?’

Ele responde: ‘Pra cidade não quero voltar mais não.’

Por incrível que pareça nem o menino quer voltar mais para cidade. Porque na cidade você sabe. A gente vive na cidade, mas vive preso. A gente não pode soltar para brincar na rua... Eles não têm liberdade que nem aqui. Aqui não. Aqui eles correm, brincam... Sai no rio, toma banho, volta...

Tenho dois filhos, uma casada, um de dezenove anos.”

Marta justifica em seu relato que o sonho pela terra não envolve uma ascensão financeira, mas sim a terra como um meio de sobreviver : “Porque a gente rico não vai ficar mesmo, mas pelo menos que a gente sobreviva”.

A participação no MST parece inserir-se na busca do indivíduo pelo re-enraizamento, em oposição ao que Bosi (1992) caracteriza como desenraizamento, processo em que a cultura migrante é retirada de suas raízes.

Para Ribeiro (2001), a expulsão dos moradores do campo significa para muitos o sentimento de perda de parte da identidade, expressa no valor simbólico e mítico que a terra representa para eles. No instante em que se deparam como uma situação de desgarrados da terra,

o modo de vida rural aparece em suas memórias tão somente como recordações, lembranças. [...] A injustiça do ponto de vista do camponês está ligada à quebra de um acordo fundado na reciprocidade e na confiança.

No relato seguinte, Doquinha, revela além do processo de migração um fato que representa a quebra do acordo de reciprocidade camponesa.

“Sou conhecido por Doquinha no movimento. Nasci no Rio Grande do Norte, numa cidadezinha pobre. A gente morava de caseiro, meu pai lavrador. Depois de algum tempo a gente mudou para Campina Grande. Eu já tinha onze anos e quando a gente chegou a Campina Grande a gente viveu lá 10 anos. E de lá a gente (refere-se à família) retornou de novo ao Rio Grande do Norte... Fomos trabalhar com o mesmo fazendeiro... O que eu tenho a dizer desses fazendeiros, aliás de latifúndio, dos latifundiários... É que a gente não leva e não ganha nada com isso! Porque o que ganha é o que meu pai ganhou. Quando precisou de ser aposentado e pediu uma autorização dele... E o que ele veio dizer foi que não podia dar, porque já havia dado muito (aposentadoria)... Pra muita gente e para ele não podia porque tinha esgotado já...

Como meu pai era um lavrador das terras dele...Ele disse que não podia (pagar) porque tinha dado (aposentadoria) a outras pessoas! O que não tinha nada a ver!

E aí como meus irmãos moravam aqui em São Paulo, a gente veio pra cá... Assim, veio com as mãos na cabeça, meio sem saber o que fazer.

Daí apareceu o movimento sem teto e a gente se envolveu pelo meio de lá. Eu trabalhava numa empresa e de lá eu saí, porque não tive condições. Me intoxiquei com químico.

(o que você fazia lá?)

Eu era ajudante geral. Minha função lá dentro era de ajudar em tudo. Se precisasse mover uma coisa de um canto para outro era eu, se precisasse ajudar em alguma coisa lá de dentro era eu quem ajudava. E depois de lá pra cá não consegui mais emprego. Isso foi em 1995. De lá pra cá fiquei trabalhando assim, fazendo um ‘biquinho’ (trabalho temporário) aqui outro acolá.”

Um aspecto presente no relato de Doquinha é a revolta contra o latifúndio, neste caso poderia estar se configurando em sua entrada no movimento sem terra, uma oportunidade de lutar por justiça, uma espécie de vingança contra o latifúndio, contra o fazendeiro que não garantiu direitos ao pai. A vida de Doquinha revela o contato negativo com o trabalho rural condição em que o pai é destituído de direitos, e no urbano em que ele sofre um acidente de trabalho e depois desempregado, passa a viver realizando “bicos” (trabalho temporário).

Dona Antônia, mãe de Doquinha, é uma das coordenadoras do acampamento, nasceu em Souza na Paraíba, tem 10 filhos, seu pai trabalhou em um latifúndio no Rio Grande do Norte e teve que migrar por causa da seca, lembra também de um episódio violento em que perdeu a nora por causa de uma dívida de cinco reais em uma das fazendas em que trabalhou durante 17 anos. Depois mudou-se para o bairro - cidade A E Carvalho em São Paulo, período em que conheceu o movimento sem teto em Guarulhos e no qual iria integra-se. Lá conseguiu

uma casa, onde atualmente mora uma de suas filhas. A conquista da casa através do movimento de moradia levou a família de Antônia a um outro movimento. Com suas palavras conta os porquês de sua escolha:

“Meu filho estava desempregado, e uma amiga me falou da ocupação, é aí fui. Já estávamos derrotados, não tinha como viver na periferia. Sou evangélica e a terra é para mim a nova Canaã. O latifúndio judiou de meu pai. E vejo que foi feito para ser habitado, não têm razão de ser. Se Deus quiser vamos usá-lo para fazer o que comer.”



Foto 3.1 – Dona Antônia, Doquinha, Dida e Renata

3.3 As diferentes trajetórias dos acampamentos de Iaras.

A primeira ocupação na área do Núcleo Colonial Monção ocorreu em 1995 numa propriedade pertencente ao Estado com 300 famílias formando o acampamento Zumbi dos Palmares II organizado pelo MST. Segundo Turatti (1999), que realizou trabalho sobre este acampamento:

“Os acampados de Iaras eram [são] oriundos de Sorocaba, Limeira, e outras cidades menores, periférica a esses centros, embora tenham nascido principalmente nos Estados do Paraná, Minas Gerais, e outros Estados do Nordeste” (Turatti, 1999, p.35).

Em 1999, o INCRA assentou 53 das 300 famílias formando o Assentamento Zumbi dos Palmares. Um dos assentados, conta sobre as dificuldades enfrentadas neste processo:

“Não havia condução para ir pra cidade e se vinha uma condução tinha que se esconder pois não sabia se era algum amigo de fazendeiro. A trajetória do Zumbi foi muito difícil: houveram 9 ocupações e 8 despejos. O ultimo despejo foi na Ninho verde. E veio 600 policiais para despejar nós...

Nós tivemos 380 famílias acampadas, 360 crianças acampadas, houve muitos problemas com alimentação. Pois estamos longe das grandes cidades que poderiam nos fornecer cesta básica. Teve problemas com o leite. O Zumbi desafiou o governo federal e o município de Iaras para sair o assentamento, enfrentamos toda espécie de contradição. Enfrentamos a questão do poder judiciário que era devagar. Sofremos muito preconceito na região, pois a mídia solta que o sem-terra era terrorista, o sem-terra é um bando de ladrão...um bando de vagabundo, no entanto, tinha um tanto de gente que era trabalhador. O Zumbi foi o que abriu a possibilidade de assentamentos, mas estacionou nele.”(Piu,2004)

Pelo relato de Piu o sem terra tornou-se uma espécie de *outsider*¹²² em relação a um grupo estabelecido presente na região desde longa data. Ficaram caracterizados como “os sem terra”, herdeiros somente dos aspectos negativos de uma minoria. Segundo Elias:

“(...) os grupos estabelecidos ferem os *outsiders* porque costumam encontrar um aliado numa voz interior de seus inferiores sociais. Com frequência, os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de *outsiders* trazem em si, até mesmo para o ouvido de seus membros, implicações de inferioridade e desonra” (ELIAS, 2000, p. 27).

¹²² Pessoas estigmatizadas como de menor valor humano. O oposto de *outsiders*, o *establishment* é um grupo que se auto percebe e que é reconhecido como boa sociedade, (...) fundam seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Os *outsiders* são os não membros da boa sociedade, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established* (Neiburg F., In: Elias, 2000).

Aqueles que não foram assentados no Assentamento Zumbi dos Palmares acabaram promovendo novos acampamentos em Iaras. Em 1998 como resultado do trabalho de base do MST na região, contando com a participação de alguns assentados do Zumbi do Palmares, formou-se um novo acampamento: Madre Cristina.

Fazer o trabalho de base convidando as pessoas pobres da cidade para acampar é uma prática do MST. Um dos moradores de Iaras revela que conheceu o movimento neste contexto e conta que os militantes convidaram-no, juntamente com sua esposa, para o acampamento dizendo: “a gente convida vocês (refere-se as pessoas da cidade) pra depois não ficar falando que só pega terra aqui quem é de fora”. Esta prática do convite, demonstra ser também uma forma do MST se aproximar da população local tentando não só recrutar pessoas aos acampamentos, mas melhorar a imagem do movimento¹²³ junto à população e desta forma conquistar apoio e legitimidade à reivindicação.

A primeira ocupação ocorreu com 150 famílias na beira da rodovia SP-261 (Iaras/Lençóis Paulistas) na fazenda São Miguel, remanescente do mesmo Núcleo de Colonização. A estratégia do acampamento era ocupar a fazenda; desocupá-la se houvesse ordem de despejo, mantendo-se em uma área próxima e posteriormente reocupá-la, até conseguir a desapropriação da mesma.

Segundo Feliciano (2002):

“(...) O maior problema enfrentado era com relação às freqüentes ameaças de ‘seguranças’ de fazendeiros e a perseguição da polícia civil acusando-os como os principais autores do roubo de madeira, para justificar as irregularidades das empresas arrendatárias na região.”

Esse acampamento ainda se mantém na área, e passados 7 anos, os sem-terra ainda não foram assentados. Nesse período os acampados plantaram roças com produtos de subsistência como arroz, feijão, mandioca e milho, além de criar algumas galinhas e porcos visando à sobrevivência das famílias enquanto permanecem acampados.

No ano seguinte ao estabelecimento do acampamento Madre Cristina (1999), em Iaras, é formado o acampamento Nova Canudos, em Porto Feliz (120 km de São Paulo), com 1.200 famílias, contabilizando cerca de 3.000 pessoas. Os novos acampamentos formaram-se principalmente por pessoas dos seguintes municípios: Osasco, Campinas, Guarulhos, Sorocaba,

¹²³ A imagem do MST, feita pela imprensa de um modo geral, estigmatiza-o como “movimento de baderneiros”.

Jundiaí, Piracicaba, Monte Mor, São José dos Campos, Sumaré e das cidades do ABC Paulista. Nas entrevistas feitas em campo pode-se notar que a maioria dessas pessoas nasceu na região nordeste e no estado do Paraná, para posteriormente migrar para a periferia destas cidades.

Esta ocupação ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1999. Foi a primeira vez que o MST ocupou uma fazenda produtiva, a fazenda Engenho D'Água do grupo União, produtora de cana.

Segundo Buzetto (2000):

“O MST já vem discutindo esse conceito de terra produtiva há algum tempo, e é importante convencer a sociedade de que a terra produtiva é aquela que cumpre sua função social e produz alimento para o povo. Monocultura de 11 mil hectares, concentrada nas mãos de poucas famílias fazem de sua propriedade um instrumento de acumulação pessoal de riqueza e de exploração dos trabalhadores, por isso não pode ser considerada produtiva”.(p.74)

No dia 9 de fevereiro os acampados fizeram uma assembléia e aprovaram o nome de “Nova Canudos” para a ocupação. Nesse mesmo dia chegou uma ordem de reintegração de posse e a Polícia Militar determinou que a retirada das famílias ocorresse até o dia 23 de fevereiro. Mas, acabaram ficando 46 dias nesta área, até serem despejados. Antes disso, no dia 28 de fevereiro, o acampamento recebeu, em solidariedade, uma carreata promovida pelo Fórum Estadual de Defesa da Reforma Agrária, o que foi comemorado com uma grande mística¹²⁴ e apoio dos visitantes.

Após várias tentativas da juíza de Porto Feliz, Daniela Bortoliero Ventrice e da Polícia Militar, os acampados decidiram, em assembléia realizada no dia 17 de março, pela desocupação da área e pela transferência do acampamento para o Km 99 da rodovia Presidente Castelo Branco (SP 280), próximo ao trevo de Porto Feliz.

Posteriormente, o acampamento foi transferido provisoriamente para uma outra área na beira da mesma rodovia, na Fazenda Caic, onde ficou durante três meses. Neste período foram realizados diversos protestos, com o fechamento da pista da rodovia, e uma marcha de cinco dias com destino a São Paulo, onde chegaram no dia 30 de abril.

¹²⁴ A mística, segundo Turatti (1999 p.137), “pode ser compreendida como discursos ideológicos, construídos de acordo com o que o movimento quer de cada estrato do todo heterogêneo formado pelos integrantes de acampamentos e assentamentos em geral. A mística se reveste de várias formas simbólicas com a mesma função simbólica, qual seja, a de ganhar adesão, gerar convencimento, estabelecer confiança.(...)”.

Na fazenda Caic os acampados passaram grandes dificuldades como o frio e falta de alimentos, de lona, além de outros problemas. No entanto, não houve resposta dos órgãos governamentais para assentar os acampados ou qualquer outro tipo de assistência.

No dia 27 de maio de 1999 os acampados organizaram uma manifestação em solidariedade ao violento ataque realizado pelo Governo do Estado do Paraná contra os sem-terra daquele Estado¹²⁵. Neste mesmo protesto, devido à ameaça de fome no acampamento, foi realizado um saque a alguns caminhões de alimentos que por ali passavam, sendo interditada uma das rodovias de maior fluxo do País. Nesse protesto foram presos 16 participantes, sendo que apenas 9 foram libertados dias depois.

A Polícia Militar montou então uma operação de guerra em volta do acampamento. Diz Buzetto (2000):

“Montaram o posto de comando das operações em frente à entrada do acampamento, e durante a noite do dia 27 e madrugada do dia 28, ficaram de campana, esperando a ordem de reprimir as famílias dos sem-terra.”

Nos dias 28 e 29 de maio, a polícia do Estado mobilizou uma tropa de choque vinda de Sorocaba para invadir o acampamento. Uma operação que envolveu 300 policiais incluindo à cavalaria e outras unidades da Polícia Militar. O objetivo era entrar no acampamento e retirar os alimentos saqueados. Para evitar a violência, o movimento decidiu entregar parte dos alimentos. As crianças foram encarregadas da tarefa, o que sensibilizou alguns policiais.

Após a expulsão da fazenda Caic, os acampados foram acolhidos num assentamento, onde ficaram provisoriamente durante 2 meses. Em seguida, decidiram ocupar a praça da cidade de Anhembi, onde permaneceram durante 15 dias. No entanto, a polícia já articulava o despejo e manteve-se de vigília no ginásio de esportes da cidade, do outro lado da praça onde estavam acampados os sem-terra. A retirada foi feita sem confronto com os policiais, para não colocar em risco as crianças. Durante este episódio uma reportagem da TV Globo acusou o movimento de porte de armas, mas nada foi encontrado.

Ainda na cidade de Anhembi os sem-terra dirigiram - se para a Fazenda Nova Esperança, pertencente ao fazendeiro Osvaldo Calcidoni que imediatamente pediu reintegração de posse. Foi concedido um mês para a retirada das famílias, as quais tentaram, então, ir para a

¹²⁵ Foram realizadas 41 prisões e desfeitos 13 acampamentos rurais.

Fazenda Ribeirão Pires, que estava com ordem judicial de interdito proibitório, o que protegia o proprietário de uma possível “invasão”.

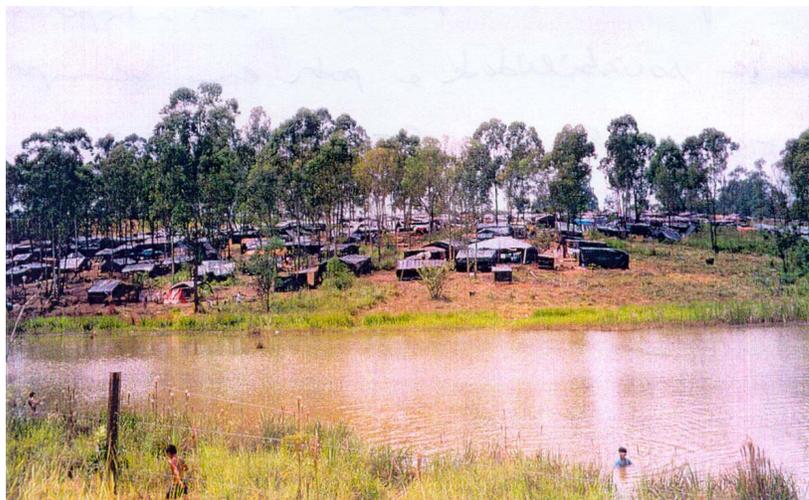


Foto 3.2- Acampamento Nova Canudos (Feliciano-1999)

Saindo desta última fazenda passaram a ocupar uma área pertencente ao Banco do Brasil, na cidade de Limeira mas saíram no dia seguinte para serem alojados provisoriamente nos terrenos da prefeitura em locais públicos da cidade, como estádios de futebol. Alguns políticos locais mobilizaram-se para retirar os acampados de Limeira. O acampamento foi então dividido e parte das famílias instalou-se no acostamento da rodovia SP-147 e outra ocupou a Fazenda Maria Ângela, em Piracicaba.

No mês seguinte, por intermédio do Incra, ocuparam outra área do Banco do Brasil, no município de Limeira. Foi aí que o Governo Federal aventou a possibilidade dos sem-terra serem transferidos para o Núcleo Colonial Monção.

Segundo um dos coordenadores do acampamento, a proposta de acordo incluía a transferência das famílias para o Núcleo Monção e, em contrapartida, o governo forneceria maquinário agrícola, sementes e cesta básica antes da realização do assentamento, o que deveria ser realizado num prazo de três meses. Assim, os acampados de Nova Canudos aceitaram a proposta de ir para a Fazenda Capivara (no Núcleo Colonial Monção), mas as promessas do governo não foram cumpridas.

No dia 28 de Dezembro de 2000, um novo grupo (Lafayette de Oliveira) chegou para acampar no Núcleo Colonial Monção. Este acampamento, segundo Feliciano (2002), originou-se das ocupações realizadas em 1997 nas Fazendas Reunidas/Bonanza (antes chamava-se Laudenor de Souza), na cidade de Itapeva-SP. Com o trabalho de base da CPT e apoio de sindicatos e do PT de Bauru, as famílias não assentadas ocuparam o Horto Florestal de Aymorés, juntando-se a outras famílias sem-terra das regiões de São Carlos, Promissão, Marília e Bauru.

Foto 3.3- Lafayette de Oliveira



O Horto estava arrendado à empresa CELPAV (Celulose e Papel Votorantin), que entrou com pedido de reintegração de posse. Organizadas pelo MST, as famílias transferiram o acampamento para a estrada municipal próxima à rodovia Bauru-Jaú. A empresa que administra a estrada, Centrovias, conseguiu a reintegração de posse e então organizaram uma nova ocupação, com 40 famílias, na Fazenda Santo Antônio, no Distrito de Brasília Paulista, município de Piratininga. No mês de junho de 1999, junta-se a esta ocupação mais um grupo de 90 famílias que foi despejado e passou a acampar novamente às margens da rodovia Bauru-Marília. Promoveram, então uma nova ocupação, desta vez na Fazenda Jandaia (município de Pirajuí), ocasião em que mudaram o nome do acampamento para Lafayette de Oliveira. Foram novamente despejados e passaram então a ocupar a fazenda São Pedro e São Paulo, no município de Presidente Alves, da qual são despejados em 17 de Dezembro de 1999.

Em abril de 2000, ocupam a Fazenda Lutécia no município de Gália. A ocupação fez parte do calendário simbólico do MST, em memória dos trabalhadores assassinados em Eldorado do Carajás (PA), como uma forma de ação política que passou a caracterizar o Movimento (Chaves, C.A., 2003). No mês de outubro de 2000, foram despejados, sendo obrigados a deixar os roçados que haviam cultivado durante o período da ocupação. Após esse episódio, o grupo dirigiu-se para uma área no Núcleo Colonial Monção.

Os acampados relatam o preconceito que atinge os sem-terra. Houve a mobilização do poder local para reprimir e criminalizar os acampados, através de ameaças de fazendeiros e perseguição às lideranças. Muitos crimes que aconteciam na cidade de Iaras eram primeiramente atribuídos às pessoas do acampamento. Além disso, a discriminação atingiu filhos de sem-terra, havendo trato diferenciado às crianças na escola do município. (Feliciano, 2002)

Em janeiro de 2001 o MST organizou um novo acampamento (Santo Dias) no Núcleo Colonial Monção, com 100 famílias, ocupando a Fazenda Águas de Caçador (ou Capim), no município de Borebi. O acampamento foi formado com famílias de sem-terra de Campinas, Ourinhos, Bauru, Iaras e Sorocaba. O proprietário da fazenda, Emiliano Abreu Sampaio Neves, solicitou à Justiça a reintegração de posse três dias depois da ocupação. Os sem-terra saíram, mas voltaram a ocupar a mesma fazenda alguns dias depois.

Um outro grupo de 19 famílias vindas de Araraquara¹²⁶ ingressou no MST e faz sua primeira ocupação num terreno da Prefeitura em junho de 2001. Desse processo originou-se o acampamento Che Guevara que ocupou a Fazenda Águas de Caçador em Outubro de 2001, construindo os seus barracos vizinhos ao acampamento Santo Dias.

No dia de 7 de julho de 2001, também resultado de organização urbana, surgiu o acampamento Maria Bonita, com 62 famílias ocupando a mesma fazenda.

Durante a realização da Romaria da Terra, uma das comemorações do MST, no Núcleo Colonial Monção, iniciou - se uma nova ocupação com 41 famílias (acampamento Padre Léo), em uma área da empresa de Reflorestamento Lwartcel. Após alguns dias, foram despejados e passaram a ocupar a fazenda Águas do Caçador aumentando a concentração de acampamentos do MST na área.

O acampamento Nova Canudos foi dividido em 2001, mantendo um grupo em sua área original, e formando novos acampamentos: *Rosa Luxemburgo*, com 30 famílias na Fazenda

¹²⁶ Essas famílias, segundo o MST, trabalhavam em regime de comodato nas fazendas de Araraquara.

Anglo; *Carlos Lamarca*, com 13 famílias na fazenda Ninho Verde e *Irmã Alberta*, com 23 famílias na Fazenda Capivara.

No decorrer da pesquisa pode-se observar que os acampamentos passam por despejos sucessivos e com isso forma-se uma dinâmica que une e ao mesmo tempo desfaz o grupo. Muitos sem-terra desistem, migrando novamente para as cidades. Por outro lado, a chegada de novos membros atraídos pela promessa de conquistar terra é constante, ora chegam por indicação dos próprios acampados, ora pelo movimento social.

Nessas ocasiões os restos e fragmentos de memórias tentam timidamente reconstruir-se, refazer-se, reerguendo-se do que foi destruído.

O Sr Nelson, chega ao acampamento Maria Bonita em 2001 e conta sua trajetória:

Tenho 52 anos, nasci em São João do Ivaí no Paraná. Meu pai tocava de fazenda em fazenda, trabalhava com animal, com burro. Quando acabava o serviço, destinava outro lugar ele ia embora. Tenho curso de tratorista, trabalhava dia e noite pra criar de minha família. Pegava meia noite e ia até o dia seguinte, no outro dia a mesma coisa. A fazenda que trabalhava tinha 250 alqueires de plantio de soja. Fui pra São Paulo em 1991. Fui trabalhar em firma, depois saí. Pensei que lá ia ser meu futuro mais não foi não. Trabalhei de marreteiro fiquei desempregado. Aí fui trabalhar em depósito ganhava 10 contos por dia, descarregando areia, pedra, tudo na pá, jogando no caminhão e dirigindo. Então foi esse meu sonho largar a cidade. Desde quando cheguei aqui (na cidade) disse pra mim mesmo aqui não dá fruto não. Meu sonho é a roça mesmo. Fui criado na roça desde 8 anos e sempre queria uma criação pra vir pra roça. O dia que sair um qualquer coisa, e que dar para ir pra terra aí eu vou.

Aí surgiu turma lá, caçando gente pra vir pra terra, diziam que em 120 dias era assentado e que vinha cesta básica todo mês.

Os acampados chegam com muitas expectativas, movidos por um passado idealizado na vida camponesa frente a um presente de dificuldade do desemprego, um processo que provoca um tipo de desenraizamento (Ribeiro 2001). Neste momento de fragilidade do indivíduo frente aos estigmas da exclusão social provocada pela condição de desemprego, ele passa a integrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, confrontando-se com novos valores e regras existentes no movimento social. É neste confronto que é determinado o lugar - acampamento - como uma categoria de análise onde as ações horizontais, ou seja, dos agentes que ali vivem, determinam suas características e o seu conteúdo. Este processo será detalhado na parte que se segue - a territorialidade dos acampamentos.



Foto 3.4 – Escola construída no acampamento Nova Canudos 2000



Foto 3.5- Acampamento Nova Canudos em dia de visita, almoço coletivo. 2000

3.4 A territorialidade dos acampamentos

“Produzir o seu próprio espaço significa necessariamente possuir um determinado controle sobre o seu tempo, pois o espaço e o tempo são formas fundamentais, as condições básicas da existência humana”. (Oliveira. A U., *Espaço de tempo, compreensão materialista dialética*, 1982, p. 96-108.)

Ao mesmo tempo em que o acampamento pode ser uma etapa para a realização do assentamento, ele também está sujeito a ordens de despejo, a situações de risco presente em suas habitações (barracos de lona), e ao estigma que de ser sem-terra. É neste espaço, através da forma acampamento, que as práticas sociais associam-se a luta pela reforma agrária.

Para o MST o acampamento consiste numa forma de protesto, para o sem-terra acampado é uma opção de vida, talvez a única alternativa que lhe restou frente ao desemprego, por isso para o indivíduo acampado este espaço é constituído também de sonhos e esperança. Segundo Garcia (2004),¹²⁷ a relação território e cultura não é universal, o camponês tem representações territoriais, uma territorialidade que se expressa também pelos vínculos cognitivos.

Para conquistar o direito à terra, o MST e outros movimentos utilizam-se da ocupação como estratégia de posse, a fazenda é ocupada e depois é montado o acampamento. Após este momento, o espaço ocupado passa a caracterizar uma territorialidade específica do sem-terra. O conceito de territorialidade, diz respeito a um aspecto importante do comportamento humano: uma estratégia de influência e controle de recursos e pessoas, através do controle de uma área. Segundo Sack (1983, p. 55), “A territorialidade pode ser definida como uma tentativa de um grupo ou indivíduo de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e exercendo controle sobre uma área geográfica dada”.

Segundo Oliveira B.C. (2001), na reivindicação por terra há uma busca pela ancestralidade do direito costumeiro camponês. Tanto que, no caso da conquista da terra, o marco das ocupações feitas pelo MST é o “barraco” com a família, para transfigurar a “terra de negócio” em “terra de morada”.

¹²⁷ Palestra realizada no Instituto de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Unicamp no dia 10/08/2004.

Quando a territorialidade molda o comportamento, delimitando o controle e impondo limites de acesso a uma área, este espaço torna-se um território. Diferentemente de outros espaços, o território requer constante esforço para estabelecer-se e manter-se. O território é resultado de estratégias para o uso, influência e controle sobre pessoas, fenômenos e relações (Sack, 1983).

Embora o acampamento não constitua necessariamente um território, dada a sua mobilidade e transitoriedade, é importante mostrar como ele se utiliza do território, impondo uma territorialidade que o acompanha e se reproduz nas ocupações. É por este expediente, do uso do território como lugar da morada, no “barraco de lona preta”, é que os acampados requisitam o direito de posse legítima.

Conforme observado nos acampamentos e segundo a descrição presente nos trabalhos de Sigaud (2000), Loera (2004), Turatti (1999), os acampamentos são constituídos de barracas feitas com pedaços de madeira e cobertas com um plástico denominado lona (na maioria das vezes de cor preta, e em alguns casos de cor amarela). Em todos os acampamentos é hasteada uma bandeira vermelha com logotipo do movimento.

Os militantes do MST coordenadores dos acampamentos explicam que a lona preta significa “luto”, e o acampamento neste sentido, é parte de um processo de purificação para construção de um novo ser humano, por isso, todos devem passar pela “lona preta”.¹²⁸

O acampamento Nova Canudos, na fazenda Capivara, em 1999, foi construído com o objetivo de se tornar uma espécie de acampamento modelo do MST. Foram edificados barracos de madeira para espaços coletivos como a escola, o barracão de festas e assembléias e a guarita na entrada do acampamento. Na época da construção o grupo contava com cerca de 400 famílias acampadas.

A territorialidade dos acampamentos do MST é representada pelas definições de grupos e coletivos, e de regras de comportamento e de conduta determinados pela “comunidade” em assembléia ou estatuto. A divisão de tarefas é um dos princípios organizativos do MST. Segundo Stédile (1999) seria uma forma de permitir que o indivíduo trouxesse para dentro da organização suas aptidões pessoais.

¹²⁸ O discurso do sofrimento é então uma forma de legitimação, um sacrifício necessário para se chegar ao objetivo de “ganhar terra”(termo nativo). Stédile(1999) interpreta que “passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”. (p.115)

A princípio todos acampados adultos devem participar da organização de algum “setor” do acampamento, como: educação, saúde, almoxarifado, negociação, secretaria e segurança. O funcionamento de alguns setores, como segurança do acampamento e educação funcionam por turnos, exigindo o rodízio das pessoas. Aos poucos algumas funções foram sendo suprimidas, como a escola (substituída pelo ensino da escola municipal) e a vigilância.

Além dessas funções há também o coordenador geral do acampamento, responsável pelo grupo. O coordenador geralmente tem o caráter de ser um militante mais preparado que os demais, é alfabetizado e recebe formação política do MST¹²⁹. A responsabilidade do coordenador é diversa, realiza desde negociações com policiais em ocupações, até a tentativa de conciliações nas brigas entre vizinhos ou marido e mulher no acampamento.

Durante a pesquisa de campo, um militante do MST, Sr. Elias, ao ser entrevistado, explica a organização dos acampamentos:

“Nós somos um conjunto ao ocupar a terra e para administrar o acampamento. Então, a gente forma grupos, dependendo do número de pessoas forma-se grupos de 20 pessoas, cada grupo desse vai trabalhar em prol do acampamento.

A partir do momento que a gente ocupa uma fazenda, então aquilo faz parte, é uma posse do sem-terra. Só vai deixar de ser uma posse do sem-terra a partir do momento que tivermos uma liminar de despejo. Se a gente não tiver uma liminar de despejo, é posseiro ali. A gente tem que mandar ali naquele território, então a polícia não pode entrar, antes de entrar deve ter o mandato. Assim como se fosse o seu lar, como se fosse sua casa”.

O funcionamento do acampamento está relacionado à disciplina, o que é cumprida somente por alguns. Segundo Loera (2004), “no acampamento, essa disciplina (regras e obrigações) faz parte do contrato que um acampado deve cumprir para poder continuar no acampamento e ganhar terra.” Aqueles que não cumprem as regras são inicialmente repreendidos e posteriormente expulsos, caso não haja mudanças¹³⁰. Há uma certa flexibilidade para isto dependendo do que se trata, em alguns casos o acampado pode ser transferido para outro acampamento.

¹²⁹ A formação política é feita nas escolas de formação ou em encontros e seminários realizados em espaços das universidades. No Estado de São Paulo foi criada a Escola Nacional Florestan Fernandes na cidade de Guararema em 2004.

¹³⁰ Em campo foi possível presenciar a resolução de um problema que se tornou coletivo. Numa assembléia com a participação de todos, foi feito o julgamento da ocorrência. Tratava-se de um caso em que a mulher pedia abrigo na casa dos vizinhos argumentando que o marido a ameaçava de morte. Os envolvidos levantaram todas as versões sobre o fato numa conversa mediada e coordenada pela liderança.

Ocupação e despejo

As ocupações ocorrem preferencialmente em áreas onde há suspeita de grilagem¹³¹; trata-se de terras improdutivas, terras devolutas, ou terras com titulação duvidosa. No entanto, no Núcleo Colonial Monção foram realizadas algumas ocupações em fazendas consideradas produtivas. Segundo o coordenador da ocupação, isso ocorreu dessa forma para chamar a atenção do governo federal para aquela área que estava completando dois anos de acampamento. Para isso ocuparam a Fazenda Globo e a Fazenda Lagoa Rica e mais recentemente a Fazenda Rio Pardo. Na fazenda Lagoa Rica, não foi construído nenhum barraco, apenas ocupou-se as casas já existentes e estendeu-se a bandeira vermelha no mastro.

Uma vez ocupada a fazenda, segue-se a batalha judicial. Via de regra, os proprietários requerem à justiça local uma liminar com o pedido de reintegração de posse¹³², com a respectiva ordem de execução de despejo. Entretanto, o uso desse expediente é discutível uma vez que a liminar não responde pela legalidade do título, mas apenas pela “posse” das terras, não havendo ainda nesta fase um estudo rigoroso da cadeia dominial para saber a origem do título. Assim, nesta fase, o juiz apenas cumpre, primariamente, o estabelecido no código civil que garante a propriedade privada e, nesses casos, geralmente, é concedida a reintegração de posse. Em alguns casos, o despejo é realizado passivamente, mas em outros, dependendo do proprietário, a polícia intimida a ação do sem-terra, com a presença massiva de policiais, mobilizando um grande número de viaturas ou mesmo com ações violentas.

A briga entre os dois pareceu cessar frente à assembléia, sendo os julgados posteriormente obrigados a jurar reconhecer erros, caso contrário seriam mandados embora.

¹³¹ Dicionário Houaiss (2005) - Grileiro - Regionalismo: Sudeste do Brasil, Centro-Oeste do Brasil. Pessoa que se apodera ou procura apossar-se de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade.

¹³² A realização do cumprimento da ordem de despejo fundamenta a manutenção da ordem jurídica de um território desconhecido pelo próprio Estado e que acaba legitimando o grileiro, como se fosse um posseiro que utiliza pequenas extensões de terra para sobreviver. O grileiro utiliza-se explícita ou implicitamente o poder, apoiado em leis mal definidas ou contraditórias e que trata igualmente o posseiro e o grileiro. O território se fundamenta neste conflito, onde o uso do poder serve para manutenção ou destruição da ordem pré-estabelecida.

Doquinha relata como foi a ocupação na Lagoa Rica:

“Lá a gente passou poucos dias, mais para a gente fazer o nosso movimento se realizar. Nós sabíamos que não ficaríamos lá.

Foram poucas pessoas, umas quinze famílias. Não foi muito não, só para ocupar mesmo e dizer assim: ‘vamo pisar fundo e mexer com quem nós pretende, mesmo’.

(não teve medo?)

Esses momentos não nos dá medo principalmente pra mim. Ao contrário do medo e da tristeza, eu fico mais com coragem pra luta e mais firme mesmo. Por que a gente sabe, que aí a gente tá dando continuidade para luta.

Na hora que chegou a polícia, pouco antes chegou a turma (de sem-terras) que mandaram pra lá. Nós estávamos até jogando baralho. Quando chegou a polícia nós nem se apavoramos, sentados estávamos, sentados nós ficamos. E continuamos jogando. Um foi receber eles lá . Foi quando quiseram entrar. E dissemos: ‘Por enquanto aqui quem manda é a gente, né. Não vão entrar...Por que não temos autorização de ninguém, nem por ninguém... pra vocês entrar aqui. Se todo mundo decidir que vocês entram, vocês podem entrar. Se não vocês fiquem aí.’

(...)Eles insistiram, aí deixamos um (policial) entrar para ir conversar com a gente lá dentro. Quando ele chegou, pensou que tinha só uma pessoa ou duas. Nos estávamos em mais de cem pessoas no momento.”

Assim, os acampamentos seguem esta trajetória: ocupação, despejo e formação de um acampamento provisório. Em seguida, quando as coisas se acalmam, tenta-se reocupar a área pretendida, com a formação de novo acampamento. Estas etapas podem se repetir diversas vezes, como descrito nas trajetórias de cada acampamento.



**Foto 3.6- Acampamento da Capim 2004
Ao lado reflorestamento da empresa Lwart**

A configuração espacial dos acampamentos altera-se em cada uma dessas fases. Embora não existam parâmetros bem definidos, é possível estimar fases e tempo de acampamento pela disposição espacial dos mesmos. Assim, geralmente os acampamentos que se formam à beira de estradas são temporários e acabam por ser despejados. Nesses casos, são montadas duas fileiras de barracos, uma de cada lado da estrada. Já aqueles que ocupam as fazendas tendem a fazer suas próprias ruas. Nos acampamentos mais duradouros são construídos batedouros de roupa, fogões de lenha, fossas e cavados poços de água para uso de todos ou de um grupo de vizinhos.

Com o despejo, os sem-terra passam então a acampar nas imediações da área, geralmente às margens de estradas vicinais. No caso de Iaras os sem-terra têm acampado nas margens da estrada Iaras-Lençóis Paulista.¹³³



3.7 – Acampamento Rosa Luxemburgo na fazenda Anglo 2001

¹³³ Estiveram acampados às margens desta estrada praticamente todos os acampados da região de Iaras. O último deles foi o grupo despejado da Fazenda Capim. (será anexada foto)



Foto 3.7- Barraco: Nova Canudos, 2000.



Foto 3.8 Barraco como pequeno comércio no acampamento, 2000.



3.9 - Barraco: Nova Canudos, 2000.

3.5 Aspectos gerais da vida dos acampamentos

Na ocupação feita na região de Iaras em 1999, o acampamento Nova Canudos construiu uma paisagem com traços muito nítidos de uma ocupação urbana. O aspecto criado na disposição dos barracos torna o conjunto similar a uma pequena vila cortada por ruas, determinadas num recorte regular de quarteirões.

Turatti (1999) faz uma caracterização detalhada dos aspectos materiais dos acampados.

“Os barracos são a unidades de habitação familiar no acampamento, espaço privado por excelência, neles os acampados guardam os seus pertences, realizam a higiene pessoal e repousam durante a noite. Sem qualquer luxo no chão de terra, os acampados zelam por seu barraco sem, no entanto nomeá-los como casa.”

Os barracos são construídos pelos próprios acampados, que devem ter sua própria lona no momento da ocupação. Aqueles que não tiveram condições de obtê-la anteriormente, adquirem uma com o MST. Para a sustentação do barraco usam a madeira disponível no local da ocupação. Cada família, segundo sua disponibilidade de lona, constrói barracos de diferentes tamanhos – maiores ou menores – com dois ou três cômodos. Alguns reproduzem o aspecto das casas convencionais, plantando flores ao redor e deixando claro as características urbanas, colocando cerca em volta dos barracos, fechando-os com um portão e mantendo cachorros amarrados, ao contrário do que encontramos na área rural.¹³⁴

A condição de vida precária nos acampamentos, e a disciplina do movimento social, acabou realizando uma espécie de seleção: permanecendo acampados somente aqueles que possuem condições tanto físicas e psicológicas, como também financeiras para a alimentação e a manutenção.

O acampamento, pelo menos na fase inicial, depende quase inteiramente¹³⁵ de doações de cestas básicas de instituições de apoio: sindicatos, igrejas, agremiações estudantis e poder público local. A partir de 1997, os acampamentos de Iaras passaram a receber algumas cestas básicas também através do programa Comunidade Solidária do Governo Federal. Todavia não houve uma regularidade na distribuição, e muitos acampados admitem ter passado fome. Estas cestas eram compostas por quatro itens: farelo de arroz, fubá, feijão e farinha de mandioca.

¹³⁴ Ver foto

Assim, a capacidade de resistência dos acampados faz-se de forma precária e frágil, adaptando-se a falta de alimentos, e ausência de infraestruturas como água encanada e energia elétrica.

Com o aumento do tempo de espera nos acampamentos, o MST tem incentivado a formação de pequenas roças de subsistência. Segundo Brenneisen (2002 p.57), as providências tomadas no sentido de limpar a terra e torná-la produtiva, além de possibilitar as condições mínimas de vivência e de sobrevivência, têm ainda um outro significado, que é o da legitimação da posse da terra pelo trabalho. Diz ainda esse autor, que o ato de tornar uma terra antes improdutiva em produtiva tem, antes de tudo, o sentido da tomada de posse. Portanto, não é por acaso que as palavras de ordem do MST - *ocupar, resistir e produzir* - estão presentes nas canções que motivam as místicas nos acampamentos. Nesta prática relembram o direito dos posseiros, tornado legal com o estatuto da terra de 1964.

Sigaud (2000 p. 89) conclui seu estudos sobre os acampamentos em Pernambuco observando que: “ (...) o que buscam (os acampados) é uma saída a curto prazo, e é exatamente isso o que lhes proporcionam os acampamentos, por meio da estrutura do movimento, com uma série de fatores que importam num momento crítico: a proteção do grupo, o acesso a terra para lavoura de subsistência, a alimentação conseguida pelas lideranças e, sobretudo uma perspectiva. Muitos dos que entram no acampamento deles saem tão logo consigam se inserir no mercado de trabalho novamente, e retornam quando perdem seus empregos”.

No entanto pode-se notar que no caso dos acampamento de Iaras-SP, é possível concordar apenas parcialmente com esta afirmação, pois a saída oferecida pelo acampamento a curto prazo pode funcionar no início do acampamento, em que há uma regularidade de acesso aos benefícios, já com o passar dos anos o acesso a esses benefícios pela mediação do movimento social pode não funcionar mais. Como observa Turatti (1999 P.124-125) “Um tipo de sociabilidade generosa é característica dos primeiros tempos de acampamento. Com o passar dos meses, embora as pessoas se conheçam melhor, elas já se envolveram em rugas suficientes para não mais considerarem-se amigas e “quase parentes”. [...] Ora, desde o seu começo, o acampamento já apresenta uma situação de escassez material; com longa duração, começam a rarear as doações e a crise se agrava. Onde antes havia algumas mostras de generosidade

¹³⁵ Alguns acampados que possuem parentes na cidade contam com a ajuda dos mesmos que lhes enviam dinheiro ou alimento.

começam a surgir os furtos e as apropriações egoístas [...] ”

Alguns mantiveram-se na condição de acampado durante 10 anos, foi para estes justamente o contrário de uma solução a curto prazo, mas uma alternativa de longo prazo, que não foi mantida pelo movimento social, mas por meios próprios dos acampados. Aqueles que tinham possibilidade venderam o que tinham (carro velho, video, tv, e as vezes casa na periferia) para compra de animais de criação para se manter ocupando a terra. Logo, não parece ser uma saída como qualquer outra, mas à saída “de volta as origens”, como apresenta Sr. Luiz:

“Nesses seis anos a gente vendeu tudo que tinha na cidade. Só deixei a casa de minha mãe que ainda mora lá. E a gente foi aplicando em gado por que aqui a terra é meio fraca. Tinha muito capim... Aí vendi tudo que eu tinha e apliquei numas vaquinhas que está me dando algum dinheiro hoje.(...) O sonho da gente é o retorno as origens. Toda vida fui do campo nasci no Paraná numa área muito produtiva, o norte do Paraná, uma região cafeeira que hoje deu origem a soja e ao trigo mas uma terra muito boa. A gente foi criado na terra, eu vim pra cidade com 18 anos. Aí se não acostuma... Eu vivi na cidade durante muito tempo, mas não me acostumei. Se vê que não está no lugar certo. Até quando eu tava ganhando um dinheiro bom, tudo bem. Na época em que cheguei lá, a empresa vinha busca ocê em casa. E se você não tem documento a empresa tirava pra você... Se você não corresse atrás... Eles corriam, queriam você ali. Agora, hoje você chega numa firma e é aquela humilhação: - não há vagas não insista por favor! Se você falar alguma coisa é perigoso o guarda chamar a polícia. Por ter essa raiz no campo, gostamos da vida camponesa.

A gente viu que o movimento oferecia esta oportunidade pra gente. Que é de conseguir um pedaço de terra, condições de produzir e permanecer nela, que é o mais importante. A maioria da turma que foi pra cidade, não foi porque queria ir, mas porquê não conseguiu ficar no lugar de origem dele. Devido ao latifundiário que vai cercando, as grande fazendas de gado. ”

Na área ocupada em 1999 na Fazenda Capivara¹³⁶, por exemplo, o acampamento foi dividido em lotes de 400 m² para cada família, onde foram cultivadas hortas e algumas culturas básicas (feijão de corda, mandioca, abóbora, arroz, quiabo e milho), e foi mantida também uma área para lavoura coletiva e outra área comum para pastagem.

Neste caso, a luta pela terra passa a restituir práticas da condição camponesa, na utilização da terra para trabalho e moradia, na tentativa de manter a sobrevivência da família.

O Sr. Teixeira, coordenador do acampamento Irmã Alberta, conta que para estabelecer a localização de seu roçado, realizou individualmente cultivos experimentais, testando a fertilidade do solo no sítio, até determinar a área mais adequada para o plantio. O “planejamento” (do sítio) era feito através desses experimentos, adequando-se as necessidades e a disposição ao trabalho de cada grupo familiar.

Na ocupação da fazenda Capivara um dos acampados explica:

“A gente planta assim, uma área... nem marca, porque a fazenda é muito grande... então pega um quadrinho e já planta. Estamos numa fazenda de 405 alqueires... não se tem a medida exata... pega um quadrinho cada um e planta o que dá na telha, sem muitas técnicas, pois é tudo manual... só o trator que tomba a braquiara e todo mundo vai fazendo como sabe, e pode. É mais pra subsistência não têm nada pra ganhar dinheiro.”

De fato, algumas das famílias acampadas que completaram mais de 2 anos em Iaras, sem serem despejados, conseguiram manter colheitas periódicas e criação de animais para o auto-sustento. Nesta prática destacou-se os acampamentos Maria Bonita, Padre Leo, Che Guevara, Lafayette de Oliveira. Os demais acampamentos mantinham algum roçado somente em volta do barraco.

Quando os acampamentos completaram 3 anos de existência, conhecimento mais preciso sobre as fazendas, os grupos mais antigos foram redistribuídos para fazendas com menor possibilidade de despejo.

Com a consolidação dos acampamentos Nova Canudos, Lafayette de Oliveira e Madre Cristina, foram realizadas novas ocupações em 2001 e os acampados foram divididos em grupos de 15 até 30 famílias.

¹³⁶ Parte do Núcleo colonial Monção em Iaras.

Para o plantio, a área foi dividida em lotes de aproximadamente 2,5 hectares por família. Os acampados receberam, então, algumas doações de ramas de mandioca de um outro assentamento do MST, para poderem começar a plantar. Veja-se o depoimento de uma das coordenadoras do acampamento (Dona Luiza, acampamento Rosa Luxemburgo, Julho 2001):



3.10- Dona Luiza

“(...) tem um assentamento em Porto Feliz, que é a CAIC. Fica na região de Porto Feliz, Piracicaba, por aí... Então, e ali têm muita gente que é do MST. A maioria do que está assentado é MST. Então, a gente fez muita amizade com eles ali, tal... E eles sabem que a gente ia mudar pra cá... E sempre se ofereceram... Quando vocês precisar de rama de mandioca, as vêz mudas de café, alguma coisa. A gente não pode dizer que vai dar um monte assim, prá todo mundo se manter, mas pelo menos um pouco pra vocês começarem... E a gente arruma um pouco de muda pra vocês... Muda de banana, né... Essas coisas.

Tem um companheiro aqui que mora aqui, mas a esposa dele fica ainda com a família na Caic (fazenda onde há assentamento do MST no qual foram acolhidos em uma das ocupações, onde houve despejo), e ele foi pra lá e conversou. E a turma lá disse assim: “-quando vocês quiserem buscar, pode vir”.

Aí foram pra Piracicaba, também foram pra Sorocaba, e parece que lá em Sorocaba um companheiro falou: ‘-Olha... Aqui têm quantos caminhão vocês quiser vir buscar. Podem vir buscar! Só o que vocês têm que trazer é uns nove homem... Pra gente arrumar um barracão aqui, pra que fique acampado aqui, pra poder eles cortarem, né... E levarem já cortadinhos. (...) Vocês levando a rama cortada, já na medida certa de plantar, vocês levam bem mais, né. E já leva pronta pra plantar e é a gente que está dando pra vocês, não precisa pagar nada. Nós vamos dar pra vocês.’

Então, foi assim que a gente conseguiu. Os próprios companheiros que são assentados e se consideram Sem-terra ainda. Pois os próprios assentados têm um dizer,: que mesmo sendo assentado, enquanto existir uma pessoa debaixo da ponte, morando na rua, ele vai se considerar Sem-terra também. Enquanto não tiver todo mundo um pedacinho de terra pra morar, sendo dele, não só terra que é minha. Aí, quando não existir mais isso aí, diz-se: “- Eu não sou mais Sem-terra”. Mas enquanto, não... A gente é considerado Sem-terra mesmo.”

Entretanto a solidariedade entre os grupos assentados do MST e os acampados de Iaras não ocorre. Os valores de comunidade praticamente não existem nesses acampamentos como bem observa Turatti (1999), não vigoram aí relações de amizade e lealdade, como as dos antigos bairros rurais, que representam a organização social tipicamente camponesa. Estes valores permanecem apenas em sua dimensão prático-utilitarista: a troca mútua de bens e serviços é regida pela necessidade de divisão do que é já absolutamente escasso, e pelos pedidos com promessa de retorno, e não por um sistema de prestações e contraprestações calcadas na obrigação simbólica e na economia moral. As trocas se estabelecem no acampamento tendo como referência muito mais os contratos individuais da moderna sociedade urbana, racionalmente calculado, com divisão de lucros e dividendos ainda que não exista o dinheiro como regra geral.

Nos primeiros meses de acampamento a sociabilidade é mais generosa com a repartição dos poucos recursos que existem, já com o passar do tempo, com a falta de mobilização de recursos, a escassez prolongada e severa abala a solidariedade do grupo.

No ano de 2001 o acampamento Nova Canudos em Iaras estava praticamente abandonado, o grupo deixou de usar os espaços coletivos, não havia mais os cursos de formação¹³⁷ com o MST, a biblioteca e a escola foram desativadas. Cada família ou indivíduo passou a acentuar interesses próprios, ansiosos para pegar a sua terra, as famílias passaram a viver quase isoladas em seus lotes assumindo uma configuração espacial muito próxima dos assentamentos.

Entretanto, os acampados enquanto grupo mantém um compromisso com o MST: a “tarefa” atribuída a eles, de ajudarem a compor o movimento de massa organizando novas ocupações, e auxiliam uns aos outros, enquanto acampamentos, a manifestarem-se contra uma ordem judicial de despejo, confrontos com tropa de choque ou segurança particular. Quando está para ocorrer o despejo de um acampamento os coordenadores fazem uma espécie de vigília noturna, chamando todos os acampamentos do núcleo para compor “a massa”, junto aos que seriam despejados. Depois de receber a ordem de despejo determinando a saída das famílias, os

¹³⁷ “São os chamados cursos de militância que buscam passar aos participantes noções de economia e política, mecanismos de organização coletiva, o histórico das lutas no campo e da formação do MST.”(Turatti, 1999, p.116) Os militantes são coordenadores escolhidos pelo grupo de acampados e que permanecem na tarefa de representa-los nas instâncias do movimento.

acampamentos vizinhos auxiliam na mudança transportando os pertences do grupo acampado em processo de despejo.¹³⁸

¹³⁸ Ver foto



3.11- Despejo Lafayette de Oliveira 2001



3.12- Policiais no despejo 2001, bandeira do MST à direita.

Vivendo na liminaridade

A situação de acampado caracteriza bem uma situação de estar à margem, na transição entre um lugar e outro, no “meio do caminho”. Quem está na condição de acampado não pode estar empregado, pois segundo a regra deve manter-se “debaixo da lona preta”. No entanto, o longo período de espera exigia das famílias algum tipo de estratégia de sobrevivência. A busca de doação ou cesta básica era algumas delas. Entretanto, há também aposentados no grupo e que recebem pelo INSS, além de pessoas que recebem alguma renda de processo trabalhista. Uma outra estratégia entre os acampados é a de manter-se por um familiar que mora na cidade: o marido, a mulher ou filhos. A outra possibilidade é sobreviver da venda dos “bens”¹³⁹ que ainda possuem. O restante vive de “bicos” que geralmente são trabalhos realizados nas fazendas vizinhas e consistem em: reparo de cercas de arame farpado, corte de cana, carpir, trabalhar de retireiro e no corte de eucalipto.

Darcy, acampada na Fazenda Anglo, relata que no trabalho de carpir se ganha, 15 reais por semana, já no trabalho de lavadeira se ganha 10 reais por dia. Conta também que houve alguns casos de acampados que se dirigiram para as cidades vizinhas para pedir dinheiro.

Alguns assentados do Zumbi dos Palmares ajudam os acampados doando parte de sua produção, bem como através de pequenas trocas de gêneros produzidos, aceitando também o trabalho dos acampados em troca do favor. Há casos em que os assentados empregam os acampados para realizar serviços em suas propriedades, ou nas propriedades de outros, neste papel o assentado serve como um mediador da força de trabalho. Os “bicos” gerados no assentamento estão ligados à produção de leite, e aos serviços de pedreiro. Como nesse assentamento há um projeto de criação de gado leiteiro e de produção de farinha de mandioca, em alguns casos, os assentados acabam envolvendo alguns acampados na venda conjunta.

Para Martins (2002, p.42), o período no acampamento parece mais a etapa final do processo de dessocialização, de decomposição da sociedade anterior. O acampamento é um lugar onde a comunidade organiza o espaço social testando concepções tradicionais, em outras bases, dentro do território capitalista das fazendas ocupadas. Para Turatti (1999, p.15), o espaço do

¹³⁹ Deve-se ressaltar que os bens são geralmente de pouco valor, as casas são de periferia, às vezes feitas em áreas de ocupação urbana.

acampamento representa o início de um novo processo de socialização, um estilo de vida que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo.

O estudo das formas de organização do espaço, especialmente das relações de vizinhança, evidencia uma esfera de organização da vida do acampado, de seu referencial de relações estabelecidas a partir da área ocupada.

Analisando como o acampado determina seu espaço de relações, é possível distinguir que há entre algumas famílias vizinhas laços consangüíneos ou de aliança matrimonial. Mas há também caso em que pai e filho é assentado ou acampado, mas em lotes distantes, cada um com um núcleo familiar, mulher e respectivos filhos.

Há muitos casos de acampados que estão sozinhos, pessoas de mais de 50 anos que foram deixados pela família e buscam no assentamento uma possibilidade de reconstruir laços familiares deixados para traz, ou mesmo, uma nova família.

No acampamento Rosa Luxemburgo, cada família¹⁴⁰ possui um lote mas algumas tarefas do trabalho agrícola são organizadas em um grupo de 20 acampados. Neste caso, a única função do “grupo de trabalho” é fazer o revezamento na entrega do leite, que é produzido por cada uma das famílias que possuem vacas. A entrega é feita de charrete até o assentamento que irá comercializá-lo. Antes da venda, o leite é processado no tanque resfriador, pertencente à associação, e instalado no lote de Seu Gerônimo, um assentado. Desta forma, todos os assentados e acampados que produzem leite levam-no até esse resfriador, onde, então, o caminhão da empresa vai buscá-lo. O leite, geralmente, é vendido à empresa Cremom do Brasil, situada na cidade vizinha de Cerqueira César-SP.

Esta descrição evidencia o processo descrito por Chayanov (1974) de que a unidade econômica camponesa é também objeto de exploração capitalista e se converte em parte inseparável deste, existe dentro de uma economia dominada por relações capitalistas.

¹⁴⁰ E algumas pessoas sozinhas também.

Perfil dos acampados	total
Aposentados	0%
Trabalhador temporário	8%
Renda	%

Fonte: INCRA 2005

3.7 Aliança entre acampamentos vizinhos

Durante a ocupação da fazenda Águas do Caçador (2001-2003) - localizada a cerca de 30 km do município de Iaras - os acampamentos Padre Léo, Maria Bonita, Che Guevara e Santo Dias formaram um núcleo que foi batizado pelos sem-terra de núcleo “Da Capim”. A proximidade desse núcleo com os demais acampamentos mais antigos, como também com a coordenação da regional do MST em Iaras (cerca de 12km) fez com que, lentamente, este grupo organizasse uma outra esfera de representatividade.

Dada a pouca presença das lideranças do MST neste núcleo, um missionário católico - que também esteve acampado para realizar ações de apoio ao movimento - acabou por assumir o papel de representante dos acampados atuando na organização de suas reuniões, e como mediador da reivindicação pela reforma agrária.

Com isso, estabeleceu-se uma divisão (um racha) com a regional do MST em Iaras, pois a presença do missionário passou a influenciar os acampados, possibilitando o questionamento à atuação do MST na região.

Este grupo, desejoso de iniciar os plantios necessários à sua subsistência, passou a buscar apoios para viabilizar o empreendimento. Como as lideranças regionais do MST não ajudaram, passou a buscar apoio fora do MST, o qual se encontrava pressionado para priorizar aqueles acampados que permaneciam há mais tempo na região¹⁴¹.

Assim, os acampados da Capim, desejosos de melhorar suas condições de vida e sem poderem contar com o apoio do MST para o plantio, decidiram pedir ajuda ao Frei Moacir de

¹⁴¹ Alguns iriam completar, em 2002, quatro anos de acampamento.

Botucatu para negociar com “os vizinhos” - uma empresa de reflorestamento - a doação de madeiras, o aluguel de um trator para o preparo das terras para o plantio e a doação de sementes.

Uma das maiores divergências entre o grupo da Capim e o MST se estabeleceu justamente no momento em que aquele grupo aceitou fazer um acordo com seu “vizinho”, a empresa responsável pelo cultivo de reflorestamento, a Rilisa Florestal Ltda. pertencente ao grupo Ripasa. Celulose S.A.¹⁴²

No relatório de certificação de manejo florestal da empresa RILISA (2004) consta a interação da empresa com os acampados em um tópico denominado “consulta à lideranças locais” :

“ No município de Iaras, há uma invasão do MST (Movimento dos Sem Terra) auto denominado ‘Assentamento Maria Bonita’ na propriedade vizinha à Fazenda Ideal, onde vivem em torno de 35 famílias, já alguns anos. No início houve tensão por conta de lideranças radicais que ameaçaram invadir outras propriedades da área, o que veio a ocorrer numa plantação florestal de outra empresa. Contudo as atuais lideranças mostraram-se mais moderadas e o relacionamento dessas famílias com a RILISA/RILISA tem sido harmoniosa e sem problemas. A empresa destacou um funcionário que se relaciona diretamente com essa população que atualmente desenvolve algum cultura de subsistência. A RILISA/RIPASA doa madeira na forma de lenha para essas famílias e fez acordo para que em caso de queimadas, a empresa seja avisada (...)”

Para o MST, a empresa capitalista representa o inimigo a ser combatido. É ela a responsável pelas injustiças e pelo não estabelecimento da reforma agrária. Assim, a decisão tomada pelos acampados da fazenda Capim, em sua esfera, parece ter sido interpretada como uma atitude de enfrentamento com a liderança do MST na região.

Pelos depoimentos colhidos, os acampados do Núcleo Capim, depois de quase dois anos de ocupação (2001, 2002), já estavam impacientes e indignados, e foram levados a tomar tal decisão em função da “falta de iniciativa” do MST para solucionar os problemas que surgiam.

Segundo um dos acampados:

“ O MST prometeu que em 90 dias já estaríamos com nossos lotes já divididos. Vi que fui enganado. Falaram que iriam garantir as despesas, nada disso aconteceu. Estamos aqui ao Deus dará e não tem para quem reclamar. Vive-se pior que escravo pois se acontece alguma coisa não tem pra quem reclamar e não têm quem socorrer. Se você passa fome ou sede, têm que tentar sobreviver de qualquer maneira...E sob ameaça ainda. Se não ficar do lado dele concordando com que eles (as lideranças do MST) querem, podem até queimar seu barraco e nunca dar o seu lote que foi prometido. Já fomos despejados uma vez. E ‘eles’ mataram com veneno toda nossas roças. E nós

¹⁴² O relacionamento dos acampados da Capim com a Ripasa está registrado em relatório elaborado para a certificação de manejo das plantações florestais da Rilisa Florestal Ltda conduzido pela empresa de consultoria para a certificação florestal da SCS (*Scientific Certification Systems*), Julho e 2004 (em anexo).

não recebemos deles nem uma caixa de fósforo...E estamos até aí marchando...Até quando, não sei.”

Nessas circunstâncias, os acampados passaram a ver as lideranças regionais do MST com desconfiança e começaram a se sentir desiludidos pelo não cumprimento da promessa inicial do MST de 90 dias para que os acampamentos fossem transformados em assentamentos. Outros relatos apresentam prazos diferentes, chegando até anunciar um período de um ano de espera, o que demonstra uma falha do movimento social em relação à conscientização dos próprios militantes que realizaram o trabalho de base para recrutar pessoas para o acampamento, transmitindo às bases (acampados) informações e expectativas falsas, que resultavam na frustração do indivíduo e na sua saída do movimento social.

Tanto para o MST, como para o Incra não era possível prever um prazo, devido à demora quase imprevisível nos trâmites no âmbito do poder judiciário. O fato das terras requisitadas pertencerem à União levou muitos coordenadores do MST a lançar a hipótese equivocada de que as famílias seriam assentadas rapidamente.

Em campo foi possível ouvir relatos desesperados, com queixas a respeito da situação em que viviam. E mesmo nos acampamentos em melhor situação surgiram denúncias sobre a falta de leite para as crianças; de água, nos lotes onde já houve o assentamento; não havendo nenhuma discussão das situações desiguais, fora do controle proposto como “coletivo” pelo MST.

No último trabalho de campo, acampados da Capim queixaram-se da ausência do MST, da desigualdade quanto a representatividade e de acesso aos recursos.

Os grupos atribuíam uns aos outros os problemas, as desvantagens e as desigualdades que vivenciavam. O acesso aos recursos doados por instituições e destinados ao MST de Iaras, nem sempre eram de conhecimento de todos, segundo os depoimentos coletados. Muitos não sabiam o significado dos “recursos de projetos” e que se tratava de algo que foi doado ao coletivo dos acampados.

No caso aqui relato, o grupo dissidente passou a se sentir marginalizado pelo MST por ter aceitado a ajuda da empresa. Seus membros, segundo rumores, foram ameaçados de morte pela liderança do outro grupo, que também teria submetido alguns deles a forma violenta de coação. Este clima de repressão acabou gerando desconfianças, medos e acusações.

Em novembro de 2003, somente depois de quase três anos de ocupação da área improdutiva e abandonada, os proprietários ficaram sabendo da ocupação e requisitaram a reintegração de posse da fazenda. O acampamento foi despejado, depois de ter realizado duas boas colheitas no local. Foram impedidos de fazer a terceira, quando estavam para completar o seu segundo ano de produção.

3.8 A ocupação e a recriação dos acampamentos

Depois de despejados os acampamentos da Capim ocuparam as margens da precária estrada de terra: Iaras - Lençóis Paulista. Nesta situação, o grupo permaneceu vinculado ao MST, e mesmo após as várias contendas, o apoio do movimento tornava-se importante naquele momento. Na situação de despejados muitos desistiram de permanecer e retornar ao antigo grupo decidindo abandonar os acampamentos e buscar novamente uma outra forma de vida.

Novamente unidos em torno da regional do MST de Iaras, os acampados preparam uma ação para re-ocupar a Fazenda Capim. O grupo decide realizar uma ação direta, uma “ronda” para investigar o risco de uma re-ocupação. Para realizar a “tarefa” escolhem as 5 mulheres mais bonitas do grupo para “sondar” os vigias. As mulheres dirigem-se a fazenda no dia 7 de março, constatando algo que já suspeitavam, descobriram que os vigias da fazenda pertenciam às polícias civil e militar. Com esta informação o MST faz uma denúncia à polícia federal e ocupam a fazenda no dia 8 de março, dia Internacional da Mulher. Às 5 horas da manhã, deslocam para área 200 famílias, homens, mulheres e crianças transportadas nos carros, carroças e caminhões disponíveis. A ocupação dura pouco tempo, são despejados no dia seguinte, retornando ao acampamento na beira da estrada.

No dia 10 de Novembro de 2004, a organização estadual do MST realiza uma ocupação na fazenda Rio Pardo, com cerca de 500 famílias, agregando os acampados da Capim. Segundo o Movimento, esta fazenda de 26.000 hectares, usados para pecuária e reflorestamento, pertence a família J.J. Abdala¹⁴³. A mesma família já teve imóveis desapropriados para fins de reforma agrária em outros municípios do Estado de São Paulo, como o caso da fazenda Reunidas na cidade de Promissão.

A imprensa chamou de “novembro vermelho” as ações organizadas pelo Movimento neste período¹⁴⁴. As reivindicações colocaram em pauta o assentamento de todas as famílias acampadas, além de pedirem uma audiência com o governador do Estado, para a liberação de cestas básicas a todas estas famílias. Foi requisitada também a urgência na vistoria das áreas pertencentes ao governo estadual na região de Ribeirão Preto e do Pontal do Paranapanema.

¹⁴³ Dados www.mst.org.br 28/12/2004.

¹⁴⁴ Principalmente nos jornais do Estado de São Paulo, recebendo destaque “O Estado de São Paulo” e a revista “Primeira Leitura”.

Conforme o jornal *O Estado de São Paulo* do dia 12/11/2004 (dia seguinte à ocupação), o juiz do Fórum de Cerqueira César, cidade vizinha a Iaras, concede a liminar de despejo dos sem-terras. “O magistrado teria considerado injusta a privação da posse do bem e recomendou que a desocupação fosse feita de forma ‘urgente’. Ele autorizou a requisição da força policial, se necessária, mas recomendou que os policiais agissem ‘com moderação’”.

Para que as reivindicações fossem atendidas, fazia-se necessário o reconhecimento do Inca da situação de conflito. Mas, a rapidez na concessão da ordem de despejo não permitiu o reconhecimento do conflito. Uma das coordenadoras do movimento relata que os oficiais de justiça realizaram a entrega de notificação usando helicóptero do fazendeiro.

O gerente geral da fazenda, Paulo César Gonçalves, declara que os sem-terra teriam ameaçado invadir a sede da mesma, além de terem cortado cercas, árvores, bambus e eucaliptos da mata ciliar do Rio Pardo (considerada área de proteção ambiental). Atendendo a seu pedido a polícia militar de Avaré desloca um comboio com viaturas e policiais e prende três sem-terras na delegacia de Iaras, para averiguações. Os coordenadores do MST relatam que a prisão foi arbitrária e que o movimento faria uma marcha pela libertação de seus presos, caso não fossem liberados. O delegado ouviu os detidos, liberando-os logo em seguida. Os coordenadores do MST negam a retirada da madeira e assumem ter usado o bambu para a construção dos barracos.

No dia 14 de Novembro de 2004, quatro dias após a ocupação da fazenda Rio Pardo, as 500 famílias foram despejadas. Isso levou a que, em 16 de novembro, o MST realizasse uma outra ocupação, novamente na Fazenda Águas do Caçador, ou “Capim”, que já havia sido ocupada pelo MST ¹⁴⁵na região de Iaras e de onde os ocupantes foram despejados em maio de 2004.

¹⁴⁵ Detalhes sobre esta ocupação ver capítulo 4 parte 4-7.

CAPITULO 4 – RECONHECENDO OS SUJEITOS

4.1 Acampados, o MST e as Instituições

O reconhecimento do acampado como uma categoria jurídica aparece no cadastro do INCRA colocando-o como candidato ao assentamento, assim como as categorias de assalariado, parceiro e posseiro (Sigaud 2000), é um passo no reconhecimento de um grupo, um coletivo situado em uma situação específica, mediados pelo movimento social.

Nestes últimos anos foi criado tanto no governo estadual como no governo federal instâncias de mediação para tratar da escalada dos acampamentos e da violência no campo. A análise dessas instituições é necessária e exige estudos específicos para o tema, entretanto cabe aqui apenas citá-las.

Em 1991 foi criado no Instituto de Terras de São Paulo um grupo para identificar os conflitos por terra ocorridos no Estado. A partir de 1999, com a transformação do Instituto em Fundação, o grupo passa a ser denominado “Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários”, modificando as diretrizes de atuação.

No mesmo ano criou-se a Ouvidoria Agrária Nacional, órgão nacional responsável em receber denúncias sobre conflitos e violência no campo na tentativa de mediar e preveni-lo.

No Incra, também foi criado recentemente um setor de conflitos. Este setor é responsável em atender as demandas do movimento quando há ações de reintegração de posse.

Segundo Sabrina, advogada do setor de conflitos, atua-se em liminar com a decisão definitiva numa área. O setor manda um ofício para os juízes e para a polícia militar pedindo para “segurar” a reintegração, entra-se em contato com a Ouvidoria Nacional, para conseguir uma área e evitar o conflito de reintegração de posse. A Ouvidoria Agrária Nacional, através de um desembargador, faz o pedido aos juízes. O setor de conflitos tenta sensibilizá-los, juntamente com o ministério público, para atuarem no processo, principalmente na instância da infância e da juventude. Pede-se prazo de 3 a seis meses para conseguir uma área provisória para as pessoas até que se resolva a situação delas.

Além de atuar na instância jurídica, o Incra tenta intermediar os conflitos. Como ocorreu na Fazenda Capim, após o despejo, os acampados queriam fazer a colheita enquanto o fazendeiro

defendia a sua propriedade com seguranças armados, dentro da propriedade em que a ação da reintegração já tinha sido encerrada a favor do fazendeiro.

A assistência técnica aos assentados, tanto do Incra como do Itesp, é composta por uma equipe pequena para as demandas. Somente alguns assentados acabam recebendo auxílio. As formas de relação dentre os técnicos e os assentados não foram estudadas, necessitando de mais dados para uma análise conclusiva. Contudo, é possível prever que essas relações são efêmeras devido a rotatividade dos técnicos, e a falta de continuidade dos trabalhos que, inúmeras vezes, é suspenso pela falta de financiamento ou por motivos atribuídos a gestão da máquina burocrática. No caso dos acampamentos a situação é ainda mais grave. O Incra esteve presente em alguns momentos no acampamento Nova Canudos, apresentando em seu discurso uma situação (arrecadação das terras) que estava aparentemente resolvida; alimentando a esperança dos acampados, mesmo sem a certeza do cumprimento dos prazos. O não cumprimento das promessas causou muita ansiedade e revolta nos acampados criando um clima de tensão durante as reuniões.

Em um desses encontros, o Incra alertou os acampados que haveria uma seleção para assentar somente pessoas com vocação para trabalhar na agricultura. Um dos acampados, conhecido como “Ceará” respondeu: “- Aqui como você pode ver, todo mundo tem vocação! É só olhar em volta. Tá tudo plantado! A gente trabalha porque a gente tem vocação. E a senhora? A equipe de vocês trabalha por vocação ou por dinheiro?”

Este episódio ocorreu em 2000. Depois deste período permaneceram ainda acampados, recebendo cesta básica pelo Incra (sem periodicidade definida). A primeira ocupação do grupo foi em 1995, completando, portanto, cerca de 10 anos de acampamentos. Parte das famílias tentaram garantir a sua permanência como acampadas legitimando a ocupação produzindo pequenos roçados, remetendo a estratégia de ocupação usada pelos posseiros, e iniciando por conta própria um “assentamento”. A “confusão” judicial foi parcialmente desfeita e foram assentadas aproximadamente 182 famílias na Fazenda Capivara em fevereiro de 2005.

SINAPRO

O Sindicato Nacional dos Produtores Rurais é uma organização que chegou à região há poucos anos. Não há dados nem publicações a respeito de sua organização, a descoberta da

entidade foi feita em campo a partir de conversas informais junto aos técnicos do Incra e acampados. Uma das formas de divulgação de sua atuação é feita pelas rádios da região, quando anunciam o objetivo da organização, que é levar ao produtor rural “medidas preventivas contra a ocupação”. Os fazendeiros da região são procurados pela organização que oferece como um de seus serviços, o acesso a uma segurança armada contra as ocupações.

MST e o município

“Quando o MST chegou aqui, há 9-10 anos atrás foi um susto para o município. Eu pensava, o que vai ser de nós com toda essa população aqui! Essas pessoas foram pra nós algo de assustador! Com certeza, se sentiam discriminados, mas hoje é numa proporção bem menor. Nós não tínhamos uma visão de que eles viriam a colaborar com o crescimento do município, tínhamos uma visão deles como um empecilho. Dentro de um partido conservador na prefeitura, nós víamos eles como um empecilho.” (Lucia, ex-funcionária da prefeitura 2004)

A maior parte a população de Iaras não apoiou os protestos organizados pelo MST e as ações do movimento de massa. Mas não foi somente ela que condenou as ações do MST. A participação de pessoas em reivindicações públicas ao organizar atos políticos contra aquilo que designamos injustiças, é visto e noticiado cada vez mais, como aberração. A sociedade afasta-se da participação política, do compromisso de cidadania e aceita de modo omissivo as decisões impostas ao seu cotidiano. Aquilo que deveria ser a luta pela justiça social neste caso, é transformado para favorecer o Estado, e os interesses das classe dominante, que impõe a interpretação do acontecimento, caracterizando o protesto como arruaça e baderna (Iha, 2001).

O poder da linguagem e dos símbolos construídos, reside justamente na capacidade de dominação, o que torna oculto o agente dominador. Isto se realiza na construção de um discurso hegemônico, dificilmente combatido e que domina o espaço comunicativo¹⁴⁶.

Entretanto, os acampamentos de Iaras passaram por um processo bastante violento, marcado pela grande mobilização de massas que encobria as contendas existentes no ambiente interno do grupo.

Retomando a trajetória do MST na cidade, o primeiro acampamento a ser instalado é o Zumbi dos Palmares em 1995. Foram assentadas somente 58 famílias em 1998, o restante passa a formar novos acampamentos. Forma-se uma grande concentração de acampados em Iaras, chegando a cerca de 800 famílias. A cidade se tornou pequena para os sem terra. Os pedidos para

a prefeitura da cidade tentando negociar acesso a recursos eram inúmeros. Entretanto, com poucos os recursos para tanta gente somente algumas pessoas se beneficiavam dele.

Segundo a assistência social, devido à grande demanda de cestas básicas, o município criou um critério de seleção: o acampado pôde conseguir uma cesta básica ao prestar um serviço para a prefeitura. Foi criada até mesmo uma lei municipal legitimando esta prática para todos os que precisassem do auxílio.

O programa bolsa escola do governo federal beneficiou 53 famílias assentadas. No entanto, é difícil quantificar quanto e quais os recursos atendem aos acampados.

A escola municipal passou a ter uma dinâmica diferente com a chegada da população dos acampamentos. É quase uma norma do movimento social a de priorizar a educação, por isso logo que ocupam uma cidade, uma pessoa do setor de educação do acampamento fica encarregada da matrícula das crianças na escola. Segundo um professor da escola o principal problema apresentado por essas crianças é justamente a dificuldade em manter uma continuidade do ano letivo, já que os acampamentos mudam de cidade constantemente. O preconceito parece não atingir a sala de aula, talvez pelo fato da maior parte das crianças serem acampadas e assentadas. A prefeitura, a escola ou a associação de professores, pais e mestres oferecem o material e uniforme aos alunos.

Uma das maiores dificuldades para os estudantes é o transporte. Há um ônibus gratuito que busca as crianças na área dos acampamentos e assentamento nos três períodos. A escola oferece um café de manhã, almoço e janta a noite, muitas vezes a única possibilidade de refeição dos acampados.

Na fazenda Ninho Verde, área concedida para um novo assentamento, foi instalado um posto de saúde em uma casa cedida pelo MST. Neste posto há atendimento durante três dias da semana, disponibilizando um clínico geral e um dentista. Devido à distância da cidade ao núcleo de assentamentos e acampamentos, o programa de saúde disponibiliza transporte para buscar aqueles que precisam de auxílio para as consultas, entrega de remédios e exames requeridos. No posto de saúde do município de Iaras há somente ortopedista, clínico geral, ginecologista e pediatra. Para o atendimento especializado é disponibilizado um transporte que sai todo dia de manhã para levar pessoas para serem atendidas em Botucatu-SP.

¹⁴⁶ O termo espaço comunicativo foi elaborado por Gohn (2000).

O assentamento recebe o auxílio da secretaria da agricultura do município que oferece periodicamente cursos de aperfeiçoamento e capacitação dos assentados em parceria com SEBRAE.

Atualmente, alguns dos assentado produzem parte de sua alimentação - arroz, feijão, mandioca - e mantém pequenas criações de animais e gado. A mandioca produzida é beneficiada numa indústria pertencente aos assentados agregando valor e atendendo a necessidade de produzir em um solo ácido e fraco.

No município há uma sede da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, órgão responsável pela reforma agrária no estado do São Paulo. O primeiro projeto de assentamento, o Zumbi dos Palmares foi executado por esta instituição sendo responsável pelo auxílio técnico e pelo acesso ao financiamento do governo federal PRONAF. As pessoas contempladas por este financiamento investiram em um projeto de gado leiteiro. Embora alguns assentados reivindicassem um projeto de agricultura, a regra era que este financiamento contemplasse apenas um projeto. Um dos coordenadores do grupo era responsável juntamente com o técnico de dar o encaminhamento ao projeto. Segundo relatos de assentados, foi comprado um tipo de gado confinado, alimentado com ração, além disso, não havia pasto para ele. Conseqüentemente os animais morreram por falta de pasto. Os assentados que foram envolvidos no projeto estão hoje endividados e sem recursos para investimento.

Em 2004 o a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), assenta 19 famílias em uma área pertencente à Febem. Foram contempladas somente nove pessoas dos acampamentos do MST, escolhidas entre as pessoas da cidade. Segundo o MST a instituição não chamou a representação do Movimento para participar das reuniões do Itesp. Nesta ocasião, foi feita a proposta de uma parceria com a empresa de reflorestamento LWART para um projeto de cultivo de eucaliptos.

As Eleições

Os empregos públicos de um município muitas vezes são preenchidos com cargos de confiança, o que significa que muitas vezes só há emprego para aqueles cujo candidato vence as eleições.

O Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade de Iaras convidou o MST para integrar o quadro de candidatos para vereador com a indicação de um representante para as eleições de 2004. Os acampados e assentados reuniram-se para tirar um nome, indicando a coordenadora do MST e assentada Rosemeire para preenchimento do cargo. Por esta aliança comprometiam-se a dar apoio para o candidato do PT para prefeito Xavier.

As pessoas que integravam o Partido dos Trabalhadores acompanhavam a trajetória dos acampamentos há alguns anos, apoiando-os durante algumas mobilizações e despejos.

Disputaram as eleições três candidatos: o ex-prefeito José Edval de Melo Araújo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Edilson Granjeiro Xavier pelo Partido dos Trabalhadores e Calid El Kassis pelo Partido Democrata Trabalhista.

Na disputa Araújo é reeleito, mas é acusado de irregularidades pelos adversários. O Tribunal Regional Eleitoral condena-o ao pagamento de uma multa e tem o registro de sua candidatura caçado, convocando nova eleições para fevereiro de 2005. Segundo o apurado, Araújo fez uso promocional, em favor da sua candidatura, da distribuição de cobertores ao acampamento Lafayette de Oliveira, custeados pelo poder público municipal. Uma atitude que se assemelha à do patrão, do tempo da dominação tradicional, que “protegia” seus moradores nos tempos difíceis.

A candidata à vereadora pelo movimento, Rosemeire, é eleita, o que representa uma vitória política para os acampados e assentados e também um termômetro, indicando a aprovação ou rejeição do MST na comunidade. Para o movimento houve algumas surpresas, como o apoio de alguns assentados à candidatura de adversários políticos do MST, em troca de favores.

Na segunda eleição para prefeito, em 2005, três políticos candidatam-se para o cargo, “Xavier” pelo PT, “Clovito” pelo PL e “Paulinho do mercado” pelo PTB. O candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, “Paulinho”, ganha as eleições e assumindo o cargo, mantém a prefeitura sob a administração do partido anterior.



3.13- Barraco na Fazenda Capim, 2003



3.14 - Pequena roça ao lado do barraco



3.15 - Plantação de seu José (acampamento Maria Bonita na Fazenda Capim) 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escalada das ocupações por terra, pelos acampamentos, materializam demandas muito além da reforma agrária e que precisam ser analisadas mais atentamente, quanto às suas determinantes, enxergando a gênese que criou o trabalhador que ali se integra e os difíceis percursos para a sua inserção social.

Uma das repostas para a hipótese do surgimento e recriação da forma acampamento é colocado pela conjuntura histórica e social, em que o desemprego dos grandes centros urbanos cria uma população disponível para ser recrutada para os acampamentos (Sigaud 2000). Mas é preciso compreender que a escolha do indivíduo para se tornar acampado, é determinada “(...) pela percepção que tem o trabalhador da situação que estão vivendo, a qual por sua vez está sempre relacionada às suas experiências prévias.”(Op. cit. p 87).

Uma das contradições deste processo é que o trabalhador que busca uma saída a sua situação anterior de desemprego e trabalho sem garantia de direitos trabalhistas, depara-se novamente com a mesma situação na região de acampamento. O trabalhador que escolhe acampar e não tem meios de se manter, constitui uma reserva de mão e obra, se sujeitando a trabalhos mal remunerados e temporários, condição na qual muitos se encontravam anteriormente e motivo pelo qual decidiram acampar.

No estudo de caso sobre a crise dos engenhos em Pernambuco, Sigaud (2000) relata que no Engenho Amaragi o patrão suspendeu os salários, mas assegurou aos trabalhadores, o direito de cultivar terras e lhes fez ver que se importava com a sua sorte. Os trabalhadores não recorreram à justiça e, embora tivessem aderido ao acampamento sob o convite do sindicato, não se mantiveram acampados nem um dia, ficando aguardando uma solução do patrão. Já no Engenho Sauezinho, os impasses foram sendo construídos lentamente, primeiro com a suspensão do salário família, depois houve a suspensão do décimo terceiro salário e posteriormente, das férias e do salário mensal. A situação foi ficando insuportável para o trabalhador, sendo esse um dos motivos que levou-os aos acampamentos, além de evidências de que a usina estava “caindo”. E mesmo assim, depois de terem escolhido o enfrentamento, perguntavam-se a usina não poderia se levantar.

No caso estudado em que o trabalhador é recrutado no meio urbano, em uma situação de desemprego, muitas vezes aderem à ocupação convencidos de que não há outra saída, principalmente para aqueles que saíram no campo e não encontraram na cidade “aquilo que procuravam”. Neste sentido, a terra é mitificada pelo movimento social como a “única saída”. Um outro fator que contribui para escolha dos acampados, como constatado em muitos relatos, é a alternativa representada pela chance de sair da periferia urbana.

Atualmente a bandeira da reforma agrária pelo MST tenta cumprir na sociedade um papel próximo daquele que deveria ser uma função do Estado, em relação ao encaminhamento de uma alternativa de reintegração social destes trabalhadores, além da sua inserção econômica. Entretanto, a reforma agrária do movimento social não pode ser a única saída.

A ocupação do território por assentamentos rurais é ainda muito restrita, destinado à áreas nem sempre adequadas ao uso agrícola, onde falta infraestrutura, e a assistência técnica, é incompatível para enfrentar os desafios da reconversão social deste sujeito duplamente desenraizado. Logo, para a inserção desses sujeitos (sem-terra) como iguais é preciso que sejam compreendidos como diferentes, respeitando as suas fragilidades.

Neste trabalho assim como no estudo de Sigaud (2000) podemos perceber que está se configurando no campo uma milícia armada, resultado do medo provocado pela presença dos acampamentos. O que permite lançar a hipótese de que a prática da ocupação esteja, na verdade, igualando a correlação de força entre os sujeitos. Um aspecto relevante no caso de Iaras é a presença de uma vereadora com representante do grupo de assentados e acampados do MST, tendo voz na tribuna e apresentando reivindicações antes não conhecidas pela população da cidade, como o caso da reforma agrária como uma possibilidade de desenvolvimento do município.

A oposição à reforma agrária no Brasil, evidencia a disputa entre os diversos usos do território que é concebido de forma fragmentada. A existência de um pré-capitalismo rentista contrasta com as exigências da nova fase do capitalismo mundial, que exige o planejamento do mercado de terras, combinando a administração dos recursos naturais e as necessidades de sua população. A ausência de uma nova política de desenvolvimento capaz de integrar estas preocupações persiste, e é evidente na falta de coesão das instâncias governamentais envolvidas na administração dos diversos interesses presentes no uso das terras, além do processo de sucateamento dos órgãos existentes (apropriação dos recursos naturais: água, minérios, petróleo,

manutenção de reservas florestais, reservas indígenas, utilização do solo para agricultura, entre outros).

O MST em Iaras torna-se um exemplo necessário e rico revelando limites da sua organização e conflitos resultante do arriscado projeto de organizar a ida dos sem-terra moradores das cidades para o campo, com a promessa de reforma agrária, sem poder garantir o mínimo acesso aos direitos, vislumbrados pela busca do socialismo.

Logo é preciso concluir que, o espaço de socialização política existente no MST, ao qual se refere Fernandes (1999), é capaz de integrar somente uma parcela dos trabalhadores envolvidos, aqueles capazes de dominar esta linguagem. Fato que não deve ser culpa de um movimento social, mas de um processo histórico de dominação capitalista que se desenrola há anos. O desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade não é um dado, mas uma construção dialética, como se fosse uma bicicleta subindo a ladeira, se o sujeito não estiver pedalando, ela anda para trás.

Dossiê Fotográfico



Farlete lavando roupa no rio (Nova Canudos-2001)



Reunião na Fazenda Capim 2003

Acampamento Lafayette de Oliveira



Dona Maria e seu Marido



Local do Trabalho de base em São Paulo

Fazendo farinha de mandioca



Família de Antônia



Roça no acampamento Maria Bonita / julho 2003

Fazendo Pães: Nova Canudos 1999



Na beira da estrada 2004



Junto à bandeira brasileira

Barraco de madeira (acampamento Maria Bonita) 2003

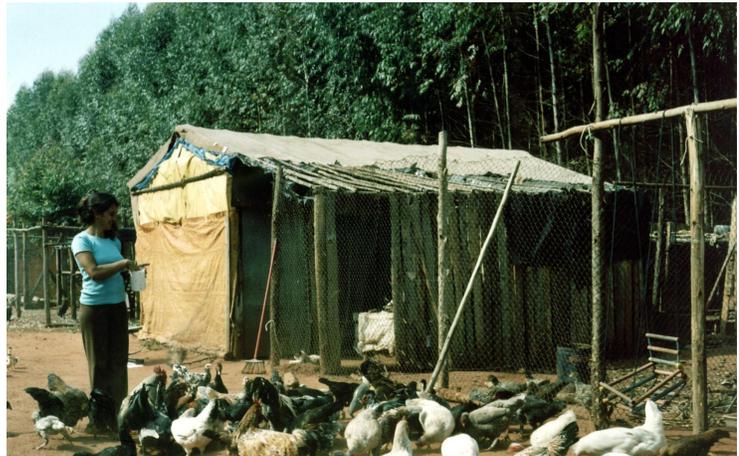


Dona Fátima buscando lenha



pesquisadora no campo

Uma produção agroecológica por necessidade



Marta, ex- bóia-fria (acampamento da Capim-2003)



Crianças no acampamento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABROMOVAY, Ricardo et SACHS, Ignacy (2003). *Nouvelles Configurations Villes-Campagnes. Séries Politiques Sociales*, n. 7, *Gestion des Transformation Sociales (MOST)* – UNESCO.

BAUCH, Roberto; KIKUCHI, Mário; PIRES, José Salatiel; SHIMOYAMA, Vanilda (2004). Avaliação de Certificação do Manejo das Plantações Florestais da Rilisa Florestal Ltda. No Estado de São Paulo e Paraná. Versão Final.

BRASIL, Governo Federal (2003) Plano Nacional de Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. www.mda.gov.br 22/02/2005.

BEGA DOS SANTOS, Regina (1994). Rochadalle Alphavile: formas diferenciadas de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana. Tese de Doutorado, IFCH Unicamp. Campinas.

BENJAMIM, César (1988). [Org.] *A Opção Brasileira*. São Paulo, Contraponto.

BENJAMIM, Walter (1985). “Sobre o Conceito de História”. *Obras Escolhidas I – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense.

BENOIT, Hector (2000). A luta Popular pela Moradia. *Revista Crítica Marxista*. n° 10, São Paulo, Boitempo Editorial, Junho de 2000.

BOMBARDI, Larissa M. (2002) Geografia Agrária e Responsabilidade Social da Ciência. *Revista Terra Livre*, ano 9, v.2 n 21. São Paulo (p.41-53)

BOSI, E. (1992) *Cultura de Desenraizamento*. In: *Cultura Brasileira temas e situações*. 2° ed. São Paulo, Editora Ática.

BRENNEISEN, Eliane C. (2003). Assentamento Sepé Tiarajú: Persistências do Passado, Fragmentos do Presente. In: Martins, José de Souza et al. (org). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS (p. 53-106)

BUZETTO, Marcelo (2000). Nova Canudos e a Luta do MST no Estado de São Paulo. *Revista Lutas Sociais*, n°6. PUC. São Paulo.

CAVALCANTI, J.S.B. (2004). Globalização e Ruralidade. In: Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (org). *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro*. Campinas, SP, Polis. Ceres - Centro de Estudos Rurais do IFCH - Unicamp. (p.17-32)

CHAVES, Christine de Alencar (2000). *A Marcha Nacional do Sem-terra: Um estudo sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

CHAYANOV, A. V. (1974). *La Organización de la Unidad Econômica Campesina*. Buenos Aires, *Ediciones Nueva Vision*.

CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo. Xamã.

DAMIANI, Amélia (1999). *População e Geografia*. São Paulo, Contexto.

- FELICIANO, Carlos Alberto (2003). O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (1996). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e Territorialização em São Paulo. São Paulo, Hucitec.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (2000). Formação do MST no Brasil. São Paulo, Hucitec.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (2005) “Agronegócio e Corrupção devastam MT” (19/06) caderno B1.
- FOUCAULT, M. (1999). Microfísica do Poder. 14 ed. Rio de Janeiro, Graal.
- GRAZIANO, José da Silva (1985). Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. Editora Brasiliense, São Paulo.
- GRAZIANO, José da Silva (1980). O que é questão agrária? Editora Brasiliense, São Paulo.
- GRAZIANO, José da Silva (1982). A Modernização Dolorosa, São Paulo, Zahar Editores.
- GOHN, Maria da Glória (2000). Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o Futuro das Cidades e do Campo. Petrópolis (RJ). Vozes.
- GOLDENSTEIN, Lea (1975). Aspectos da Reorganização do Espaço Brasileiro Face as Novas Relações de Intercâmbio. Uma análise Geográfica do Reflorestamento e da Utilização da Madeira por Indústrias de Celulose. Tese de Livre-Docência. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.
- IANNI, Otávio (1979). Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis, Editora Vozes.
- IANNI, Otávio (1984). Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense.
- IHA, Mônica H. (2001). Formação do Acampamento Nova Canudos: um Estudo sobre a Espacialização da Luta pela Terra no Brasil. TGI. USP - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia, São Paulo.
- ITESP (1998). Terras e Cidadãos: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo. n° 4.
- LEITE, S.P. & MEDEIROS, L. S. (1997). Perspectiva para a Análise das Relações entre Assentamentos Rurais e Região. O Mundo Rural e o Tempo Presente. Rio de Janeiro, FINEP/CPDA/ UFRRJ/Pronex. p. 153-172.
- LOERA, N.C.R.(2004). A Busca do Território: Uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra. Dissertação de Mestrado IFCH/Unicamp, Campinas.
- MACHADO, Vitor Barletta (2003). Terra de fé. www.comciencia.br (3/01/2005)

- MARTINS, José de Souza (1986). O Cativo da Terra. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (1995). Camponeses e a Política no Brasil. As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. 5 ed. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, José de Souza (2000). Reforma Agrária: o Impossível Diálogo. São Paulo, Edusp.
- MEDEIROS, Leonilde de Sérvolo (2002). Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ e UNRISD. Editora Universidade Rural.
- NAVARRO, Zander (2002). Mobilização sem Emancipação - As Lutas Sociais dos Sem-Terra no Brasil. In: Santos, Boaventura de Souza (org). Produzir para Viver: Caminhos da Produção Não Capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- NOBRE, Marcos (2004). Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1982). Espaço e Tempo - Compreensão Materialista Dialética. In: Santos, M. (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo. Hucitec.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1986). Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Ática.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1986). Renda da terra absoluta. Orientação nº7, IGEO, USP (p.77-86).
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1996). A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo, Editora Contexto.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1997). A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1999). Geografia das Lutas no Campo. São Paulo, Contexto, 9ª. Edição.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. (2001). A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro. Estudos Avançados IEA, USP (p. 185-206).
- OLIVEIRA, Bernadete de Castro (2001). Tempo de Travessia, Tempo de Recriação: os Camponeses na Caminhada. Estudos Avançados 15 (43), IEA, USP (p. 255- 265).
- PRADO JR.,Caio (1977). A revolução Brasileira. São Paulo, Editora Brasiliense.
- RAFESTIN, C. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo, Ática.
- SACHS, Ignacy. (2001). Brasil Rural: da Descoberta à Invenção. Estudos Avançados 15 (43), IEA, USP (p. 75-81).
- SACK, Robert (1983). *Human territoriality: A teory*. In: *Annals of American Geographers*, 73 (1), p. 55-74.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós Modernidade. São Paulo. 5 ed. Cortez.

SANTOS, Milton (1997). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo. 2ªed. Hucitec.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura (2001) *O Brasil território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro. Record.

SIGAUD, Lygia (2000). *A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana*. In: *Novos estudos CEBRAP*, nº 58, Novembro de 2000, (p.73-92).

SILVA, José Gomes (1987). *Caindo Por Terra. Crises da Reforma Agrária na Nova República*. São Paulo, Editora Busca Vida.

SILVA, Lúcia Osório (1996). *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas. Editora Unicamp.

THOMAZ Jr. A (1988). *A Territorialização do Monopólio: as Agro-indústrias Canavieiras de Jaboticabal*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TURATTI, M. C. M. (1999). *Os Filhos da Lona Preta, Notas Antropológicas sobre a Sociabilidade e Poder em Acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.

VELHO, OTÁVIO G. (1982). *Sociedade e agricultura. Coleção agricultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar editores.

WOORTMANN, K. (1990). *Cum parente não se neguceia: O campesinato como Ordem Moral*. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília UnB/Tempo Brasileiro.

XAVIER, E.G. (1996). *Iaras vive. Iaras*. Publicação elaborada pelo autor .

BIBLIOGRAFIA

ANTAS JR., Ricardo Mendes (2003). *A Norma e a Técnica como Elementos Constitutivos do Espaço Geográfico: Considerações sobre o Ressurgimento do Pluralismo Jurídico*. In: Souza, Maria Adélia de (org.), *Território Brasileiro: Usos e Abusos*, Campinas Territorial.

BRASIL DE FATO. (2004) “Lula pode perder o trem da história” (1 à 7 de janeiro) p. 7.

BRASIL DE FATO. (2004) “Assentamentos dinamizam a economia”(10 à 16 de julho) p.7.

BERGAMASCO, Sonia.et.al (1997). *Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros: Espaços de Pesquisa*, Rio de Janeiro.

BOSI, Ecléa (1983). *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979, reimpressão.

BRANDÃO, C. R. (1981). Os Caipiras de São Paulo. (Série Tudo é História), São Paulo, Brasiliense.

CALABI, Donatella & Idovina (1992). Sobre o Uso Capitalista do Território. São Paulo, Revista Orientação nº9 - Departamento de Geografia, FFLCH, USP.

CALDART, Roseli Salete (2001). O MST e a Formação do Sem-terra: o Movimento Social como Princípio Educativo. Estudos Avançados 15 (43), IEA, USP, p.207-224.

CÂMARA, Antonio (1996). A Atualidade da Reforma Agrária – de Canudos aos Sem-terra: a Utopia pela Terra. In: www.oohodahistoria.ufba.br/03camara.html (acesso: 27/01/2005)

CAPARROZ, João Miguel (1997). Concentração de Terras no Brasil 1940-1985. Dissertação de Mestrado em Economia, PUC/SP.

CARVALHO, Horácio Martins (1998). Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Curitiba, II CA/MPF/INCRA, NEAD.

CARVALHO, Horácio Martins (2002). A Emancipação do Movimento no Movimento de Emancipação Social Continuada. In: Santos, Boaventura de Souza (org), Produzir para Viver: Caminhos da Produção não Capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CARVALHO, Horácio Martins (2005). Política Compensatória de Assentamentos Rurais Como Negação da Reforma Agrária. Revista ADUSP, n 34, maio. São Paulo.

CHAUÍ, Marilena (2000). Brasil Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

COMPARATO, Fábio Konder (2003). Artigo Publicado TENDÊNCIAS/DEBATES no dia 22 de julho de 2003 na Folha de São Paulo

CREDDO, Maria do Carmo Sampaio (1990). Posses e Terras Devolutas no Vale do Paranapanema. História (Revista da Unesp), São Paulo, n. 9, p. 107-124.

CUNHA Jr., Dirley da (1994). Terras Devolutas nas Constituições Republicanas. In: www.jfse.gov.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html (acesso: 12/01/2005).

D'AQUINO, T (1991). A Casa, os Sítios e as Agrovilas: uma Poética do Espaço no Assentamento Rural das Terras de Promissão. In: Cadernos do CERU, São Paulo, USP, série 2, v. 2.

D'AQUINO, T. (1998). Nas Terras de Promissão: da Luta à Construção do 'Lugar'. In: Relatório de Pesquisa. Marília, UNESP, 05/96 a 05/98.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gerard (1995). Nós cidadãos: Aprendendo e Ensinando Democracia. Paz e Terra.

D'INCAO, Maria Conceição (1990). Governo de transição entre o velho e o novo projeto de reforma agrária. In: Revista de Cultura e Política Lua Nova. P. 89-120.

DIAS, G. (2000). Cenários da Agricultura Brasileira. In: Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais, p. 6-20.

DIAS, V. Wagner (1997). Errantes em Fim de Século. In: Revista de Sociologia, São Paulo, USP. 9 (2): p. 166-178, Outubro de 1997.

ENGELS, F. (1981). O Problema do Camponês na França e na Alemanha [1894]. In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (org.). A Questão Agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo, Brasiliense.

ERTHAL, Rui (2000). A Colonização Portuguesa no Brasil e a Pequena Propriedade. Capítulo 1 da tese de doutorado “A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo: uma Abordagem Geográfica”, UFRJ. In: GEOgraphia, Ano II, n. 4.

ETGES, Virginia (1991). “Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo”. Santa Cruz do Sul, Livraria e Editora da FISC.

FERNANDES, B. M. (1999). Questões Teórico- Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. Boletim Paulista de Geografia, nº 75, edição comemorativa aos 70 anos de Pasquale Petrone, AGB, São Paulo.

GRAZIANNI, José da Silva (2001). Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. Estudos Avançados, 15 (43), IEA, USP, p. 37- 50.

HEGEL, George W. Friedrich (1995). A Razão na História: Introdução à Filosofia da História Universal. Lisboa, edições 70.

HOBBSBAWM, Eric (1995). A Era dos Extremos: o Breve Século XX 1914-1991. A Revolução Social – 1945-90. São Paulo, Companhia das Letras, p. 282-289.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W. (1978). “Massa”, “Indivíduo”. In: Temas Básicos de Sociologia. Editora Cultrix. São Paulo

INCRA (1999). Relatório de Atividades INCRA 30 Anos. In: www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/htm (acesso: 04/01/2005)

INCRA (2001). Definição dos Indicadores Cadastrais. In: [www.incra.gov.br/ htm/serveinf/ htm/indic/htm](http://www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/indic/htm) (acesso: 16/01/2005)

IOKOI, Zilda (1996). Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru 1964-1986). São Paulo. Hucitec.

ISAIAS DA SILVA, Eunice (1997). O Espaço: Une/Separa/Une. São Paulo, Revista Terra Livre - AGB, n. 9.

JONES, Alberto da Silva; ALVARENGA, Elizabeth Gomes; CARVALHO, Geraldo Bueno de (1997). Formação das Estruturas Agrárias Brasileiras. In: Universidade Federal de Viçosa.

KAUTSKY, Karl (1986). A Questão Agrária. São Paulo, Nova Cultural.

KAYSER, Bernard (1985). O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. [1978]. In: Oliveira, A.U. (org), Teoria e Método – Seleção de Textos n. 11, AGB, São Paulo, p. 25-46.

KONDER, Leandro (1992). O Futuro da Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LACOSTE, Yves (1985). A Pesquisa e o Trabalho de Campo: um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. [1977]. In: Oliveira, A.U. (org), Teoria e Método – Seleção de Textos n. 11, AGB, São Paulo, p. 1-23.

LEFEBVRE, Henri (1978). *De lo Rural a lo Urbano*. 4º ed. Barcelona. Península.

MARQUES, Marta Inês de Medeiros (2002). O Conceito de Espaço Rural. Terra Livre, São Paulo, ano 18, n.19, jul./dez. 2002,. p. 95 -112.

MARTINS, J.S. (1991). Expropriação e Violência: a Questão Política no Campo. São Paulo, Hucitec, 2º edição.

MARTINS, José de Souza (1986). O Cativo da Terra. São Paulo, Hucitec.

MARX, Karl (1974). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Abril Cultural, Série: Os Pensadores, XXXV,.p. 402-407.

MARX, Karl (1983). O Capital. Tomo I, vol I, cap I, II, III, tomo 2, volume V (p.242-250). São Paulo, Editora Abril Cultural.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998). Manifesto do Partido Comunista. Estudos Avançados 12 (34) set/dez 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom, SANTOS, Ana Paula, SALGADO, Suzana Lopes (1998). Vozes da Marcha pela Terra. São Paulo, Edições Loyola.

MITIDIERO Junior, Marco Antônio (1999). O Estopim dos Movimentos Sociais no Campo. TGI, USP / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia, São Paulo.

MOMBEIG, Pierre (1984). Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec.

MOREIRA, Ruy (1986). O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. Terra Livre, Rio de Janeiro, Maio de 1986, p. 6-19

MOURA, Margarida (1986). Camponeses. São Paulo, Ed. Ática, Série Princípios.

MOURA, Margarida (1978). Os Deserdados da Terra: a Lógica Costumeira e Judicial dos Processos de Expulsão e Invasão de Terra Camponesa no Sertão de Minas Gerais.

NAVARRO, Zander (2002). O MST e a Canonização da Ação Coletiva. In: Santos, Boaventura de Souza (org), Produzir para Viver: Caminhos da Produção não Capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

OLIVEIRA, A. U. (1991). Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (2000). O PT e o Setor Rural no Estado de São Paulo – Balanço das Atividades. In: www.pt-sp.org.br/secr-04d.htm (acesso: 28/12/2004).

RAMOS, Pedro (2001). Propriedade, Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados, 15 (43) IEA, USP, p. 141-155.

RAPCHAN, Eliane Sebeika (1993). De Indentidade e Pessoas: um Estudo de Caso sobre os Sem-Terra de Sumaré. Dissertação de Mestrado, USP / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Antropologia. São Paulo.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza (2001). O Migrante e a Cidade: Dilemas e Conflitos. Araraquara, jan. 2001.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa (1998). Um Discurso sobre as Ciências na Transição para uma Ciência Pós-Moderna. In: Revista Estudos Avançados, IEA, USP, vol.12, n 2 maio-ago 1998, p. 46-71.

SANTOS, Milton (1977). A Totalidade do Diabo: como as Formas Geográficas Difundem o Capital e Mudam Estruturas Sociais. Contexto, São Paulo, Hucitec, n. 4, nov. 1977, p 31-43.

SAUER, Sérgio (2001). A Proposta de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial no Brasil. Brasília, 10 Abril de 2001.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves (1972). Cooperativas Agrícolas Mistas do Estado de São Paulo: Estudo de Geografia Econômica. Tese de Doutorado. USP / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia, São Paulo.

SIMONETTI, Miriam Claudia Lourenção (1999). A Longa Caminhada: a (re) Construção do Território Camponês em Promissão. Tese de Doutorado, USP / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia, São Paulo.

SPAROVEK, Gerd (2003). A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO.

STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, B. M. (1999). Brava Gente: a Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

STEDILE, João Pedro (2003). A Proposta do MST. Revista Caros Amigos, Número 18, Setembro 2003, p.7-10.

STEDILE, João Pedro (2004). Nota sobre os 40 Anos do Estatuto da Terra. In: www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/jpestatutodaterra.htm (acesso: 10/01/2005).

STRECK, Danilo (2001). Da Exclusão à Cidadania - Notas sobre a Educação do Cidadão do Novo Milênio. In: Pedagogia no Encontro de Tempos. Petrópolis, Vozes.

THOMPSON, Paul (1992). 1935 - A Voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

WEBER, Max (1981). A Situação dos Trabalhadores Rurais na Alemanha nas Províncias Além-Elba [1892]. In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (org.). A Questão Agrária - Weber, Engles, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo, Brasiliense.

WEBER, Max (1982). Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha [1906]. In: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982, p. 413-437.

WOLF, Eric (1970). Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Mapas

BRASIL GOV. Ministério do Exército II Região Militar Escalão Territorial.Reprodução da cópia da planta do Núcleo colonial Monção "Terras pertencentes

ao núcleo colonial Monção Estado de São Paulo”. Resp. Técnico: Valdir Guimarães. Escala 1:50.000. Junho de 1985.

BRASIL GOV. Ministério do Desenvolvimento política Agrária, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de justiça e da defesa da cidadania Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Convênio INCRA/ ITESP. Núcleo Colonial Monção. Municípios de Águas de Santa Bárbara, Borebi, Iaras e Agudos. Área aproximada 36.276,9125 ha ou 14.990,4597 alqueires. Escala 1:50.000. Novembro de 2002.

Sítios

<http://www.incra.gov.br> data de acesso: 30/12/2003

<http://www.planalto.gov.br/> Data de acesso: 3/1/2004

<http://www.brasil.gov.br/emquestao> Data de acesso: 15/01/2005

<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/> Data de acesso : 3/01/2005, 20/01/2005

<http://www.itesp.sp.gov.br/legislação/leis/> Data de acesso: 03/12/2004

http://estradas.com.br/histrod_castelobranco.htm Data de acesso: 10/12/2004

<http://www.ibge.gov.br> Data de acesso: 15/12/2004

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia> Data de acesso: 30//12/2004

<http://www.mst.org.br/mstsp> Data de acesso: 20/11/2003,30/12/2004

<http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas> Data de acesso:28/12/2004

<http://www.mda.gov.br/> data de acesso: 15/11/2004

<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil> data de acesso:14/1/2005

http://www.site.cruzeironet.com.br/sorocaba/348anos/miseria_p01.shtml Data de acesso: 13/1/2005

<http://apuração2004.terra.com.br/1turno/SP/61085> Data de acesso: 28/12/2004

<http://www.tre-sp.gov.br/noticias/textos2005/not050224.htm> Data de acesso: 24/3/2005

<http://www.primeiraleitura.com.br/auto> Data de acesso: 28/12/2004

http://www.iflorestsp.br/dfee/novos_rumos.htm Data de acesso: 13/01/2005

<http://www.biota.org.br> Data de acesso: 13/01/2005

<http://www.mnp.org.br> Data de acesso: 22/07/2004

<http://www.udr.org.br/historico.htm> Data de acesso: 22/2/2004

<http://www.cna.org.br> Data de acesso: 3/01/2004.

<http://www.irib.org.br> Data de acesso: 6/2/2005

<http://www.prsp.mpf.gov.br/marilia/acp/reformagraria/Liminar07-1.htm> Data de acesso:
28//12/2004

<http://www.social.org.br/apresenta.htm> Data de acesso: 22/2/2005

Anexo 1 – Algumas das principais medidas da Legislação Agrária no Brasil e em São Paulo (tabela 2)

data	documento	Governo ou instância decisória	Descrição	Fonte
1530	Ordem Régia	Reino de Portugal	Criação das capitanias hereditárias	Silva, Ligia Osório
1530	Ordem Régia	Reino de Portugal	Implantação do sistema de sesmarias - distribuição de grandes glebas em troca de 1/6 da produção - mão-de-obra escrava - Investimentos orientados para a produção de açúcar de cana.	Dean, Warren
27/12/1695	Carta Régia		Fixa limite máximo das sesmarias em 5 léguas e institui-se o pagamento de um dízimo além do pagamento de um foro segundo a grandeza ou bondade da terra	Cunha Jr., Dirley
20/01/1699	Carta Régia		Revisão e confirmação pelo Rei dos atos de doação / pagamento de um foro por légua de terra / medição e demarcação para saber-se o foro devido.	Cunha Jr., Dirley
05/10/1795	Alvará	D. Pedro I	Exigência de medição e demarcação / proibida a concessão de sesmarias para quem já tivesse recebido anteriormente / reduz o limite máximo das sesmarias para 3 léguas	Cunha Jr., Dirley
17/07/1822		D. Pedro I	Suspende a concessão de sesmarias	http://www.aatr.org.br
28/09/1848	Lei 514	Período Regencial	Transfere às Províncias determinadas porções de terras devolutas para colonização (art. 16)	Cunha Jr., Dirley
1850			Fim do tráfico de escravos.	Silva, Ligia Osório
18/09/1850	Lei 601		Lei das Terras	Silva, Ligia Osório
30/01/1854	Dec. 1.318		Regulamento para Execução da Lei 601	Cunha Jr., Dirley
28.07.1860	Decreto 1.067		Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas	
24/06/1858	Lei 3.396		Transfere às Províncias determinadas porções de terras devolutas para colonização	Cunha Jr., Dirley
1888			Libertação dos escravos	
24/02/1891	Constituição Federal	Marechal Deodoro da Fonseca	Terras devolutas passam ao âmbito dos governos estaduais (art. 64), cabendo à União somente a porção do território indispensável à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais	Silva, Ligia Osório
30.10.1891	Lei nº 23		As atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras	www.planalto

			Públicas passam para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas	.gov.br
1916	Código Civil	Wenceslau B. P. Gomes	Proibiu a revalidação das sesmarias /a legitimação por posse passou a reger-se pelo instituto do usucapião.	www.planalto.gov.br
03/02/1933	Decreto 5.824	Estado de São Paulo	Incorpora ao patrimônio estadual áreas de colonização	http://www.ju.stica.sp.gov.br/ltesp/leis/lei4925.htm
16/07/1934	Constituição Federal		Reitera CF 1891	
21/06/1941	Dec. Lei 3.365	Getúlio Vargas	Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública.	www.planalto.gov/ccvil
06/08/1945	Dec. 14.916	Estado de São Paulo	Dispõe sobre terras devolutas e dá outras providências	
05/09/1946	Dec. Lei 9.760		Dispõe sobre os bens imóveis da União.	www.presidencia republica/ccvil
18/09/1946	Constituição Federal		Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16 ¹⁴⁷ , promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. Exige aprovação do senado para qualquer concessão de terras superior a 10 mil hectares.	www.planalto.gov/ccvil
24/07/1957	Lei 3.962	Estado de São Paulo	Dispõe sobre o processamento das legitimações de posse em terras devolutas	http://www.ju.stica.sp.gov.br/ltesp
30/12/1960	Lei 5.994	Estado de São Paulo	Incorpora ao patrimônio estadual as áreas de colonização	http://www.ju.stica.sp.gov.br/ltesp

¹⁴⁷ Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

11/10/1962	Lei delegada	João Goulart	Criação da Supra - Superintendência de Reforma Agrária	Histórico do Inbra
10/09/1962	Lei 4.132		Define os casos de desapropriação por interesse social previsto no Art. 147 da Constituição Federal de 1946.	Histórico do Inbra
02/03/1963	Lei 4.214/63	João Goulart	Institui o Estatuto do Trabalhador Rural	www.planalto.gov.br.
30/11/64	Lei 4.504	Castelo Branco	Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências (reforma agrária atrelada à política agrícola)	DOU
30/11/64	Lei 4.504		Extinção da Supra / criação do IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, do INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e do GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária	Silva da, Gomes
06/04/66	Lei 4.947		Estabelece Normas de Direito Agrário relativos ao planejamento e à implementação da reforma agrária (prevista na Lei 4.504)	DOU 11/04/1966
04/11/66	Dec. 59.456		I Plano Nacional de Reforma Agrária (não saiu do papel)	Histórico do Inbra
24/01/1967	Constituição Federal		Desapropriação da propriedade rural com objetivos de promover a justiça social / Atribui à União a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa nacional ou essenciais ao seu desenvolvimento econômico.	www.planalto.gov/ccvil
25/4/1969	Dec. Lei 554	Castelo Branco	Regula o processo especial de desapropriação de imóveis rurais em áreas críticas ou de tensão social.	www.planalto.gov/ccvil
09/07/70	Dec. 1.110		Cria o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (fusão do IBRA, do INDA e do GERA)	DOU
1970			Programa de Integração Nacional (PIN) - Ocupar a Transamazônica com a colonização em torno de agrovilas	Inbra 30 anos
1971			Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)	Inbra 30 anos
25/05/1971	Lei Complementar nº 11		Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL e FUNRURAL	
1972			Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE)	Inbra 30 anos
12/12/1972	Lei 5.868		Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural	
03/12/1973	Lei 5.954		Autoriza o INCRA a doar imóveis remanescentes de Núcleos de Colonização e de	DOU

			Projetos de Reforma Agrária	04/12/1973
1974			Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)	Incra 30 anos
1974			Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)	Incra 30 anos
07/12/1976	Lei 6.383		Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União	www.planlto.gov/ccvil
05/12/1979	Lei 6.739		Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais	www.planlto.gov/ccvil
10/12/1979	Lei 6.746		Normas gerais para fixação do ITR progressivo e regressivo	
06/05/1980	Dec. 84.685	João Figueiredo	ALTERA O DISPOSTO NOS ARTS. 49 E 50 DA LEI 4.504, DE 30/11/1964 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ESTATUTO DA TERRA	www.planlto.gov/ccvil
5/09/1980	Decreto-lei 1.799	João Figueiredo	Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GEAT)	Incra 30 anos
			Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM)	Incra 30 anos
10/12/1981	Lei 6.969		Dispõe sobre a aquisição por usucapião especial de imóveis rurais	www.planalto.gov/ccvil
20/06/1984	Dec. 89.817		Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional	www.planalto.gov/ccvil
10/10/85	Dec. 97.766		Novo Plano Nacional de Reforma Agrária	Histórico do Incra
10/10/1987	Dec. 97.766		Criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD)	Histórico do Incra
19/12/1985	Lei 4.925	Estado de São Paulo	Dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais	http://www.ju.stica.sp.gov.br/ltesp
30/12/1985	Lei 4.957	Estado de São Paulo	Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários	http://www.ju.stica.sp.gov.br/ltesp
09/11/1987	Dec. 27.558	Estado de São Paulo	Dispõe sobre programa de cooperação técnica para discriminação de terras devolutas situadas no Estado de São Paulo e sua regularização fundiária	http://www.ju.stica.sp.gov.br/ltesp
05/10/1988	Constituição Federal		Aprovada a Nova Constituição - Reforma Agrária (Cap. III, Título VII) / São bens da União: as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei	Histórico do Incra
17/05/1988	Dec. 28.389	Estado de	Dispõe sobre o procedimento administrativo para legitimação de posse. autoriza a	http://www.iu

		São Paulo	outorga de permissões de uso em terras devolutas estaduais	stica.sp.gov.br/ltesp
1989	Lei nº 7.739		Extinção do MIRAD (transfere os assuntos pertinentes a reforma e desenvolvimento agrário para a competência do Ministério da Agricultura).	Histórico do Incra
29/03/89	Decreto legislativo	Congresso Nacional	Rejeita o decreto que extinguiu o INCRA e o recria	Histórico do Incra
28/06/89	Dec. 97.886	José Sarney	Vincula o INCRA ao Ministério da Agricultura	www.planalto.gov/ccvil
17/01/91	Lei 8.171		Dispõe sobre a política agrícola	www.planalto.gov/ccvil
15/10/1992	Dec. 35.852	São Paulo	Dispõe sobre a seleção de trabalhadores rurais de que trata a lei 4.957 (30/12/1985)	http://www.justica.sp.gov.br/ltesp
19.11.1992	Lei nº 8.490		Art. 20, transforma o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária em Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, estabelecida pela MP nº 309, de 16.10.1992	
25/02/1993	Lei 8.629	Itamar Franco	Regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (Cap. III, Título VII) (Nova Lei Agrária - desapropriação por interesse social)	DOU 26/02/1993
06/07/1993	Lei Complementar 76		Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária	Incra 30 anos
28/01/1994	Lei 8.847	Itamar Franco/ FHC	Dispõe sobre o ITR (revogado pela Lei nº 9.393, de 19/12/1996).	www.planalto.gov/ccvil
29/04/1996		Fernando H.Cardoso	Cria o Ministério Extraordinário de Política Fundiária	Histórico do Incra
23/12/1996	Lei Complementar 88/1993	Fernando H.Cardoso	Altera dispositivos da Lei Complementar 76/1993 que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária.	www.planalto.gov/ccvil
13/05/1997	Dec. 41.774	Estado de São Paulo	Dispõe sobre a regulamentação fundiária dos remanescentes dos quilombos	http://www.justica.sp.gov.br/ltesp
01/08/1997	Dec. 42.041	Estado de São Paulo	Dispõe sobre critérios, condições e procedimentos para arrecadação de terras em processo de discriminação por meio de acordos.	http://www.justica.sp.gov.br/ltesp
26/08/1997	Portaria 37	INCRA	Aprova a Instrução Especial Incra 51 (estabelece módulos fiscais para os municípios)	INCRA

04/02/98	Lei Complementar 93/98	Fernando H.Cardoso	Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	DOU 05/02/1998
08/01/1999	Lei 10.207	Estado de São Paulo	Cria a Fundação ITESP	MDA
25/11/1999	MP1.911-12	Fernando H.Cardoso	Transforma o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar	http://www.planalto.gov.br
23/11/99	Lei 9.871	Fernando H.Cardoso	Estabelece prazo para as ratificações de concessão e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira	DOU 24/11/1999
	MP 1999-13	Fernando H.Cardoso	art. 17 item XII, transforma o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário	
04/05/00	MP 2.027-38	Fernando H.Cardoso	Impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas. Altera dispositivos das leis 3.365/1941, 4.504/1964, 8.177/1991 e 8.629/93	http://www.planalto.gov.br
09/06/00	Lei 2.001-9	Fernando H.Cardoso	Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF	MDA
22/02/01	Portaria INCRA 101	INCRA	Trata de critérios para vistoria de imóveis rurais ocupados	MDA
27/03/01	Portaria MDA 101	MDA	Trata de critérios para realização de vistoria de imóveis rurais invadidos	
24/08/2001	MP 2.166-67	Fernando H.Cardoso	Altera dispositivos do Código Florestal (Lei 4.771, de 15/09/1965) e do ITR (Lei 9.393, de 19/11/1998)	http://www.planalto.gov.br
24/08/01	MP 2.183-56	Fernando H.Cardoso	Terras invadidas não serão vistoriadas pelo prazo de até dois anos após o término da invasão (Altera dispositivos das leis 3.365/1941, 4.504/1964, 8.177/1991 e 8.629/93)	http://www.planalto.gov.br
28/08/01	Lei 10.267	Fernando H.Cardoso	Lei de criação do Sistema Público de Registro de Terras	http://www.planalto.gov.br
24.08.2001	MP 2.143-36	idem	Transforma o Ministério da Agricultura e do Abastecimento em Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, art. 17 inciso XIII.	http://www.planalto.gov.br
19/10/01	Norma de Execução 18	INCRA	Estabelece Procedimentos para seleção de candidatos a assentamento em áreas de reforma agrária	MDA
24/04/02	Portaria MDA 080	MDA	Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária	MDA
30/10/2002	Dec. 4.449	Fernando H.Cardoso	Regulamenta Lei 10.267 (Sistema Público de Registro de Terras) - Georreferenciamento	http://www.planalto.gov.br
18/11/2002	Instrução Normativa 10	Incra	Estabelece diretrizes para fixação do Módulo Fiscal de cada município e os procedimentos para cálculo dos Graus de Utilização da Terra (GUT) e de Eficiência na	MDA

			Exploração (GEE)	
10/12/2002	Portaria 09	Incra	Aprova o Manual de Fiscalização Cadastral e Instruções para comprovação de dados e elaboração de laudo técnico (Instrução Normativa 09, de 13/11/2002)	MDA
11/2003	II PNRA	Luiz Inácio da Silva	Plano Nacional de Reforma Agrária 2003/2006: estabelece metas e diretrizes para a realização de assentamentos.	www.incra.gov.br/_downs/_down/Caderno%20PNRA.pdf
13/06/2003	Decreto nº 4.739	Luiz Inácio da Silva	Transfere competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativa à assistência técnica e extensão rural, para esse Ministério	http://www.planalto.gov.br